Diário Oficial

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

ANO I

Edição nº 91

MANAUS - AM, Sexta-feira, 22 de Agosto de 2008.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	1
SETOR DE CERTIDOES E TRASLADOS.....	1
SETOR DE PUBLICACOES/ACORDAO.....	2
3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	40
5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	40
6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	41
7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	41
8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	41
14ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	42
19ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS.....	43

ACESSE A VERSÃO ON LINE DO DIÁRIO OFICIAL
NO PORTAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

www.trt11.jus.br/diario

SETOR DE CERTIDOES E TRASLADOS

EDITAL 00154/2008

De ordem da Desembargadora Federal, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, faço público para conhecimento dos interessados, que se encontram nesta Secretaria os autos abaixo relacionados, com **VISTA** para CONTRAMINUTAR o Agravo de Instrumento e CONTRA-ARRAZOAR o Recurso de Revista.

Processo Agravante e Advogada Agravado Advogado AIRR-00045/2006-401-11-40
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO - PREFEITURA MUNICIPAL
STELLA MARIA FREITAS CORDEIRO
CLEINALDO DE ALMEIDA COSTA
ADRIANA BARBOSA SODRÉ FLORES e Outros

Processo Agravante e Advogado Agravado Advogado AIRR-00346/2007-911-11-40
MADEIRAS COMPENSADAS DA AMAZONIA - CIA AGRO-INDUSTRIAL COMPENSA
SÉRGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA e Outros
1- MARIA ZORAIDE NOGUEIRA DOS SANTOS
2- I.B. SABBA S/A
ALDEMIR ALMEIDA BATISTA e Outros

Processo Agravante e Advogado Agravado Advogado AIRR-00504/2006-101-11-40
CAIXA ECONOMICA FEDERAL
RAIMUNDO ANASTÁCIO CARVALHO DUTRA FILHO e Outros
EDUARDO CESAR CARDOSO DE FIGUEIREDO
ODINEY NOGUEIRA TEIXEIRA

Processo Agravante e Advogado Agravado Advogado AIRR-00799/2007-017-11-40
MUNICÍPIO DE MANAUS-SEMED-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
MARSYL OLIVEIRA MARQUES
1- ZENAIDE PEREIRA DA SILVA
2- COOPERATIVA DE TRAB. E SERV. EM GERAL LTDA.
JAIRO BARROSO DE SANTANA

Processo Agravante e Advogado Agravado Advogado AIRR-00850/2007-003-11-40
DAMIANA RODRIGUES DO NASCIMENTO
PAULO FRANCISCO BEZERRA
CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
MARCIO LUIZ SORDI e Outros

Processo Agravante e Advogada Agravado Advogado AIRR-01615/2007-004-11-40
MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA
CELY CRISTINA DOS SANTOS PEREIRA
LIZANDRA LIRA DE OLIVEIRA
EXPEDITO BEZERRA MOURÃO e Outros

Processo Agravante e Advogado Agravado Advogado AIRR-01648/2006-052-11-40
BOA VISTA ENERGIA S/A.
ALEXANDRE DANTAS e Outros
1- EDSON DE CASTRO RIBEIRO
2- NORTELETRÔ COM. E SERVIÇOS LTDA
ANTONIO CLAUDIO C. THEOTONIO e Outros

Processo Agravante e Advogado Agravado Advogado AIRR-02067/2007-051-11-41
JOE DE ALMEIDA DUARTE
PAULA CRISTIANE ARALDI e Outros
COMPANHIA ENERGETICA DE RORAIMA-CER
ERIVALDO SÉRGIO DA SILVA

Processo Agravante e Advogado Agravado Advogado AIRR-04729/2007-013-11-40
SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA
REGIANE LOPES GIOIA e Outros
ADALCIRLON FÁBIO ALVES DE MATOS
JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA e Outros

Processo Agravante e Advogada Agravado Advogado AIRR-05884/2007-002-11-40
MUNICÍPIO DE MANAUS -SEMULSP-SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA E SERVIÇOS PÚBLICOS
ANNICK COSTA MONTEIRO
ROSILENE MARIA DE JESUS PEREIRA
JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA e Outros

Processo Agravante e Advogado Agravado Advogado AIRR-06287/2007-005-11-40
SEBRAE/AM-SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO AMAZONAS
FABIO BRAGA GOMES
ADALBERTO ABREU LIMA JUNIOR
SERGIO CUNHA CAVALCANTI e Outros

Processo Agravante e Advogado Agravado Advogado AIRR-08640/2006-008-11-40
INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
NEUTON ALVES LIMA e Outros
MARIA RAIMUNDA MIRANDA ARAUJO
MASSA FALIDA DA CONSERVADORA UNIDOS, R/P BDS CONFECÇÕES
JOSÉ MARIA GOMES DA COSTA e Outros

Processo Agravante e Advogado Agravado Advogado AIRR-09569/2007-006-11-40
MUNICÍPIO DE MANAUS - PREFEITURA MUNICIPAL
CELY CRISTINA DOS SANTOS PEREIRA
MARIA DE FATIMA DA SILVA DO CARMO
JOAO RICARDO DE SOUZA DIXO JUNIOR

Processo Agravante e Advogado Agravado Advogado AIRR-09932/2006-004-11-40
SINDICARGAS-SIND.TRAB.EMP.DE TRAN.CAR.SEC.E
MOL.,DIST.BEB,GAS,PET.DERV.AUT.MAOAM
RUBENIL ROSA DE ALMEIDA e Outros
IPCI COMERCIAL E SERVICOS LTDA.

Processo Agravante e Advogado Agravado Advogado AIRR-10258/2007-010-11-40
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
PABLO DA SILVA NEGREIROS e Outros
EDSON CARVALHO DA SILVA
NEILSON M. DOS SANTOS (NMS ANDAIMES)
DBM ENG. DE MANUT. E SERV. LTDA.
REGINA CECILIA DE SENA COSTA e Outros

Processo Agravante e Advogado Agravado Advogado AIRR-10531/2007-009-11-40
MUNICÍPIO DE MANAUS - PREFEITURA MUNICIPAL
DANIEL OCTÁVIO SILVA MARINHO
JOÃO EDUARDO CARDOSO DA SILVA
JOSE AIRTON MENDES DA SILVA e Outros

Processo Agravante e Advogado Agravado Advogado AIRR-10666/2007-001-11-40
JAIR FÁBIO CORREA DE LIMA
DAVID SILVA DAVID e Outros
MAGI CLEAN ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.
VIDEOLAR S.A
TAYANA MARIA JAÑA PINTO e Outros

Processo Agravante AIRR-10698/2007-003-11-40
MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA

e Advogado MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Agravada ANNICK COSTA MONTEIRO
Advogado VANUZA NOGUEIRA DE LIMA
JÚLIO CÉSAR MOREIRA e Outros

Processo AIRR-10771/2006-003-11-40
Agravant e Advogado INSTITUTO NOKIA DE TECNOLOGIA
JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS e Outros

Agravada FRANCILANE DUARTE DA SILVA
s NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.
SAN PRESS SEGURANÇA PATR. LTDA.
Advogado ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA e Outros
s

Processo AIRR-10792/2007-012-11-40
Agravant e Advogado MUNICÍPIO DE MANAUS - PREFEITURA MUNICIPAL
ANDRÉA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI e Outros
Agravado ORLEWILSON ALYSSON DA SILVA FIGUEIRA
s COOTRASG COOP. DE TRAB. E SERV. EM GERAL LTDA.
Advogado JOCIL DA SILVA MORAES e Outros
s

Processo AIRR-11676/2007-015-11-40
Agravant e Advogado EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ANDRÉ LUIZ D. DE ARAÚJO e Outros
s
Agravado GODOFREDO RAIMUNDO SANTOS PORTELA
Advogado EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA e Outros
s

Processo AIRR-11997/2006-002-11-40
Agravant e Advogado MUNICÍPIO DE MANAUS - PREFEITURA MUNICIPAL
ANNICK COSTA MONTEIRO
MANOEL DO CARMO SANTOS
s GB CONSTRUÇÕES LTDA.
Advogado JOCIL DA SILVA MORAES e Outros
s

Processo AIRR-14094/2006-015-11-40
Agravant e Advogado IMPLURB INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
IVAN BARBOSA FERREIRA e Outros
s
Agravado FRANK AMUD DOS SANTOS
Advogado ROSEMARY LIMA RODRIGUES
s

Processo AIRR-14642/2006-006-11-40
Agravant e Advogado GRADIENTE ELETRÔNICA S.A.
NATASJA DESCHOOLMEESTER e Outros
Agravado ARILDO MENDES
Advogado MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES e Outros
s

Processo AIRR-16685/2006-004-11-40
Agravant e Advogado MANAUS REFRIGERANTES LTDA
MÔNICA POSSEBON C. DE CASTRO e Outros
Agravado HENRIQUE BRITO NETO
Advogado ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO e Outros
s

Processo AIRR-18275/2006-002-11-40
Agravant e Advogado LG ELECTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA
MARIANA PEREIRA BASTOS e Outros
s
Agravado ELIANE LOPES CARNEIRO e Outros
Advogado JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA e Outros
s

Processo AIRR-18891/2006-014-11-40
Agravant e Advogado EXXCEL FREIGHT TRANSPORTE INT. LTDA
GILBERTO LUIZ VALENTE RODRIGUES FILHO e Outros
s ROBERTO CARVALHO MUBARAC
Agravado MARCELO AUGUSTO ANDRADE DE OLIVEIRA e Outros
Advogado

Processo AIRR-20260/2006-016-11-40
Agravant e Advogado TRANSEGURO TRANSPORTE DE VALORES E VIGILANCIA LTDA
ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR e Outros
s
Agravado FLAVIO SANTOS GUIMARAES
Advogado ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO e Outros
s

Processo AIRR-21885/2005-002-11-40
Agravant e Advogado FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - FUA
MARIA HELENA BARROSO GUEDES e Outros
s
Agravado CARLOS UMBERTO MELO DE SOUZA
s BRICK SERVIÇOS LTDA., N/P DE EDGAR FRANCO DE SÁ
FUNDAÇÃO DR. THOMAS
Advogado DELIAS TUPINAMBA VIEIRALVES e Outros
s

Processo AIRR-22302/2006-014-11-40
Agravant e Advogado MUNICÍPIO DE MANAUS - PREFEITURA MUNICIPAL
JOAQUIM SAMPAIO DE NEGREIROS NETO
Agravado ADAMOR FRANCA PEREIRA
Advogado ILCA DE FÁTIMA OLIVEIRA DE ALENÇAR SILVA

Processo AIRR-22322/2005-001-11-40
Agravant e Advogado ÁGUAS DO AMAZONAS S.A.
JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS e Outros
s
Agravado ANGELUCE FERRAZ SIMOES
Advogado ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO e Outros
s

Processo AIRR-22511/2005-010-11-40
Agravant e Advogado ÁGUAS DO AMAZONAS S.A.
JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS e Outros
s
Agravado RAIMUNDO DA SILVA MONTEIRO
s RTP CONST. E COM. LTDA N/P PAULO ONETY DE SOUZA FILHO
Advogado ALCINO VIEIRA DOS SANTOS e Outros
s

Processo AIRR-25710/2006-014-11-40
Agravant e Advogado JOSE IVALDO COUTINHO ALVES
ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO e Outros
s
Agravada MANAUS REFRIGERANTES LTDA
Advogado MONICA POSSEBON C. DE CASTRO e Outros
s

Processo AIRR-30864/2006-017-11-40
Agravant e Advogado MUNICÍPIO DE MANAUS-SEMED SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
MARSYL OLIVEIRA MARQUES
Agravado MARIA IOLANDA MATOS COELHO
s COOPERATIVA DE TRAB. E SERV. EM GERAL LTDA.
Advogado MAURICIO PEREIRA DA SILVA e Outros

Processo AIRR-31821/2005-010-11-40
Agravant e Advogado MANAUS ENERGIA S.A.
DEBORA LOUREIRO OHANA e Outros
s
Agravado FRANCISCO GERALDO SOUZA DOS SANTOS
Advogado MARIO JORGE SOUZA DA SILVA

Processo AIRR-32636/2005-005-11-40
Agravant e Advogado VIDEOLAR S/A
JOSE ALBERTO MACIEL DANTAS e Outros
s
Agravado CLEIDILEIA DO SOCORRO DOS SANTOS PEREIRA
s BANCO BRADESCO S.A
Advogado OZIEL PINTO DA SILVA e Outros
s

Processo AIRR-33302/2006-005-11-40
Agravant e Advogado NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA.
MARIANA PEREIRA BASTOS e Outros
s
Agravado SIDNEY MOURA DA SILVA
Advogado TALES BENARROS DE MESQUITA

O presente EDITAL encontra-se afixado na sede deste Tribunal, na rua Visconde de Porto Alegre, 1265, Praça 14 de Janeiro.

Manaus (AM), 20 de Agosto de 2008.

SANDYA GONCALVES XAVIER DO AMARAL MELO
Diretora do Serviço Processual

VISTO:
FLORIPES D ALBUQUERQUE VEIGA LIMA
Diretora da Secretaria de Coordenação Judiciária

SETOR DE PUBLICACOES/ACORDAO

EDITAL Nº 140/2008
INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃOS

De ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora Federal Presidente deste Tribunal, faço saber que em 12.08.2008 foram assinados os seguintes Acórdãos:

01. PROCESSO Nº RO-10849/2007-007-11-00
ORIGEM: 7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: FORT EMPREENDIMENTOS E TECNOLOGIA LTDA. (RECLA-MADA) MANAUS ENERGIA S.A. (LITISCONSORTE)
Advogados: Drs. Marcelo Furukawa Maia e Outros
Drs. Bairon Antonio do Nascimento Júnior e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS e PERISSON PARMIGIANI
Advogados: Dr. Jairo Bezerra Lima
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8416/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, não conhecer do Recurso da reclamada; conhecer do Recurso Voluntário da litisconsorte e negar-lhe provimento para manter, inalterada, a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: RECURSO DA LITISCONSORTE - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

A tomadora dos serviços, ao escolher empresa inidônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável, subsidiariamente, pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe a Súmula n. 331, IV, do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho. Recurso a que se nega provimento.

02. PROCESSO Nº RO-5562/2005-053-11-41
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTE: ESTADO DE RORAIMA
Advogados: Dr. Marcelo de Sá Mendes
RECORRIDO: DOMILSON DA SILVA
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8423/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação as anotações na CTPS, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que lhe negava provimento.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

03. PROCESSO Nº AP-18893/2005-001-11-01
ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
AGRAVANTE: AUTO VIAÇÃO VITÓRIA RÉGIA LTDA.
Advogados: Drs. Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior e Outro
AGRAVADO: ROBERTO ARCE USCA
Advogados: Drs. Rodrigo Waughan de Lemos e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8424/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo de Petição, negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada, na forma da fundamentação.

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO
O cálculo de liquidação deve observar o comando da sentença, sob pena de afrontar a coisa julgada material.

04. PROCESSO Nº RO-10685/2007-009-11-00
ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MANAUS REFRIGERANTE LTDA.
Advogados: Drs. Mônica Possebon Caetano de Castro e Outros
RECORRIDO: DANIEL SERRÃO FARIAS
Advogados: Drs. Fábio Guedes dos Reis e Outro
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8425/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento para, reformando a sentença recorrida, excluir da condenação as horas extras deferidas, acrescidas dos reflexos e integrações legais, conforme a fundamentação, julgando por consequência a reclamatória totalmente improcedente. Inverta-se o ônus da sucumbência, isentando o reclamante de seu recolhimento, na forma da lei.

EMENTA: ART. 62, I, DA CLT - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Se o empregado realiza trabalho externo, sem controle e fiscalização da empresa, não tem direito às horas extras, aplicando-se a regra do art. 62, inciso I, da CLT, conforme estipulado em cláusula de Acordo Coletivo de Trabalho, enquadrando-se, por conseguinte, o reclamante na exceção do citado artigo. Recurso a que se dá provimento.

05. PROCESSO Nº RO-10832/2007-004-11-00
ORIGEM: 4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MAYSIA COSTA REIS
Advogados: Drs. Rodrigo Waughan de Lemos e Outro
RECORRIDOS: VIAÇÃO CIDADE DE MANAUS LTDA. - MUNICÍPIO DE MANAUS - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Drs. Alberto Pedrini Júnior e Outros
Dra. Cely Cristina dos Santos Pereira
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8426/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para condenar a reclamada a pagar à reclamante 10 (dez) minutos a título de hora extra por dia efetivamente trabalhado, com adicional de 50%, com os reflexos e adicionais legais, na forma da lei.

EMENTA: HORAS EXTRAS 50% - PRESTAÇÃO DE CONTAS

Verificado que a reclamante despendia tempo para fazer a prestação de contas, impõe-se condenar a reclamada para que proceda o respectivo pagamento pelo tempo trabalhado e não registrado no controle de frequência.

06. PROCESSO Nº RO-10609/2007-009-11-00
ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MARIANO DOS SANTOS
Advogados: Drs. Maria Francideuza da Costa e Outra
RECORRIDA: SERVIMEC ENGENHARIA E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA.
Advogados: Drs. Luciana Granja Trunkl e Outro
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8427/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: HORAS EXTRAS PELO DESLOCAMENTO
Tendo o Juízo de 1º grau prolatado a sentença de acordo com as provas produzidas nos autos, não há como prosperar os argumentos levantados pelo reclamante em suas razões recursais. Recurso a que se nega provimento.

07. PROCESSO Nº RO-11087/2007-012-11-00
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED (LITISCONSORTE)
Advogados: Dra. Andréa Vianez de Castro e Cavalcanti
RECORRIDOS: RAIMUNDO FERREIRA FILHO COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8463/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, declarar, de ofício, a prescrição dos pleitos anteriores a 12.07.2002; por maioria, dar provimento parcial ao Apelo do litisconsorte para, tão-somente, excluir da condenação a indenização substitutiva do seguro-desemprego e a multa do art. 477, da CLT, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente do Exmo. Juiz JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES, que lhe negava provimento; voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que extinguiu o processo sem resolução do mérito.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA
O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

PRESCRIÇÃO

A intenção do Legislador, quanto ao disposto no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal, foi no sentido de limitar a prescrição em cinco anos, observando-se o limite de 2 anos, após a extinção de qualquer vínculo de empregatício. Prescrição declarada ex officio, nos termos dos art. 219, §5º e 269, IV, do Código de Processo Civil.

08. PROCESSO Nº RO-11131/2007-012-11-00
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MICROSERVICE TECNOLOGIA DIGITAL DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogados: Drs. José Alberto Maciel Dantas e Outros
RECORRIDO: JOÃO LUCIVALDO SILVA NERI
Advogados: Dra. Margarida Maria Leão Shinoka
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8477/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento para, reformando a r. sentença primária, julgar a reclamatória improcedente, conforme a fundamentação. Inverta-se o ônus da sucumbência, cominando custas pelo reclamante, das quais fica isento na forma da lei. Voto divergente do Exmo. Juiz JORGE ALVARO MARQUES GUEDES, que negava provimento ao Apelo.

EMENTA: DIFERENÇA SALARIAL - DESVIO DE FUNÇÃO - NÃO CARACTERIZAÇÃO
Não demonstrado nos autos haver o reclamante desempenhado funções vinculadas a cargo distinto daquele que ocupava, não prospera a arguição de desvio de função. Recurso a que se nega provimento.

09. PROCESSO Nº RXOF E RO-10737/2007-006-11-00
ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dra. Cely Cristina dos Santos Pereira
RECORRIDOS: ELIZEU DA SILVA COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs. Francisco Ézio Viana de Oliveira e Outro
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8478/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer da Remessa Oficial e do Recurso Ordinário, rejeitar as preliminares argüidas; no mérito, por maioria, dar-lhes provimento parcial para excluir da condenação a indenização substitutiva do seguro-desemprego, mantendo a decisão de primeiro grau em seus demais termos, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que extinguiu o processo sem resolução do mérito; voto parcialmente divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que lhes negava provimento.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA
O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

10. PROCESSO Nº RO-23950/2006-009-11-00
ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: TYCO ELECTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogados: Drs. Luciana Almeida de Sousa e Outros
RECORRIDA: ROSIANE MARIA PIMENTEL MORAES
Advogados: Drs. Delias Tupinambá Vieiralves e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8511/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para, tão-somente, determinar que a incidência da correção monetária sobre o montante fixado, a título de indenização por dano moral decorrente de ato ilícito, ocorra a partir da prolação da sentença que o quantificou, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação.

EMENTA: ACIDENTE DE TRABALHO - DANOS - OCORRÊNCIA

Restando provado nos autos que a angústia decorrente do acidente de trabalho sofrido pela reclamante, originou-se da incúria da reclamada em proteger seus empregados, tem-se caracterizado o dano, restando devida a indenização reparadora correspondente.

11. PROCESSO Nº RO-21415/2006-005-11-00
ORIGEM: 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: PERBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE PERFURAÇÕES LTDA. - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
Advogados: Drs. José Alberto Maciel Dantas e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Dra. Ana Virgínia Arakian Izel
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8512/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, rejeitar a preliminar de prescrição; no mérito, por maioria, dar-lhes provimento parcial para excluir a PETROBRAS da lide e para reduzir a indenização por danos morais à importância de R\$ 15.000,00, nos termos da fundamentação. Votos parcialmente divergentes das Exmas. Desembargadoras Federais SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que não excluía a PETROBRAS da lide e, VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que acolhia a prescrição e, no mérito, quanto à aplicação da Súmula n. 381, do Tribunal Superior do Trabalho.

EMENTA: RECURSO DA RECLAMADA - DANOS MORAIS - PRESCRIÇÃO - OCORRÊNCIA

Aplica-se à presente ação o prazo prescricional de três anos, contados da data da ofensa, incidindo a norma do art. 206, § 3º, V, do Código Civil, posto que se pretende a reparação civil decorrente de seqüelas advindas da ofensa sofrida. Ante a conduta inescusável da reclamada em negligenciar as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, configurada está sua culpa em não adotar procedimentos essenciais ao hígido meio ambiente de trabalho. Logo, faz jus o reclamante à respectiva indenização por dano moral, na forma concedida pelo Juízo Primário. Recurso a que se dá provimento parcial para reduzir o valor da indenização. **RECURSO DA LITISCONSORTE - TERCEIRIZAÇÃO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS**
A tomadora de serviços, por não ter sabido escolher a empresa idônea, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto. Recurso a que se nega provimento.

12. PROCESSO Nº RO-0657/2007-008-11-00
ORIGEM: 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: NOKIA DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA. SHEILA SOUZA DA SILVA
Advogados: Drs. Mariana Pereira Bastos e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8515/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, negar provimento ao apelo da reclamada e dar provimento parcial ao Recurso da reclamante para, reformando a r. sentença, condenar a reclamada ao pagamento de 01 (uma) hora extra/dia, no período de fevereiro/2003 a julho/2004 e 15 (quinze) minutos extra/dia, no período de 31.07.2004 a 30.07.2006, a título de intervalo intrajornada, com adicional de 50%, acrescidos dos reflexos e integrações legais, nos dias efetivamente laborados, conforme o disposto nas OJ's n. 307 e 342, da SBDI-I, do TST, mantendo a sentença primária nos seus demais termos, conforme a fundamentação.

EMENTA: INTERVALO INTRAJORNADA

Ao permitir que o intervalo mínimo de uma hora intrajornada fosse reduzido, o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria profissional afrontou norma cogente e a garantia de ordem pública que constitui preceito inalterável, devendo ser o mesmo desprezado, ante a existência de condições mais benéficas ao trabalhador.

Além disso, a parcela prevista no art. 71, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação conferida pela Lei n. 8.923/94, ostenta natureza salarial e, portanto, não indenizatória, em virtude da não-concessão pelo empregador de intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação.

13. PROCESSO Nº RO-29104/2005-008-11-00
ORIGEM: 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS - CEAM
Advogados: Drs. Jean Ricardo Lima de Queiroz e Outros
RECORRIDO: DELCIMAR PACHECO DA CUNHA
Advogados: Drs. Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior e Outro
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8516/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para, reformando a sentença de 1º grau, condenar a reclamada a pagar ao reclamante, a título de indenização pelos danos morais causados R\$37.043,76, mantendo-a em seus demais termos, na forma da fundamentação.

EMENTA: ACIDENTE DE TRABALHO - DANOS - OCORRÊNCIA

Restando provado nos autos que a angústia decorrente do acidente de trabalho sofrido pelo reclamante, originou-se da incúria da reclamada em proteger seus empregados, tem-se caracterizado o dano, restando devida a indenização reparadora correspondente.

14. PROCESSO Nº RO-1972/2001
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ORIGEM: 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
EMBARGANTE: SANTA CLÁUDIA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.
Advogados: Drs. José Higino de Sousa Netto e Outros
EMBARGADO: RAIMUNDO ALVES PRESTES
Advogados: Drs. Manoel Romão da Silva e Outra
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8517/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Embargos de Declaração e, atendendo a determinação do Tribunal Superior do Trabalho, dar-lhes provimento para esclarecer o julgado de fls.133/135 (Acórdão n. 2.329/2002) sem, contudo, impingir-lhe qualquer efeito modificativo, tudo na forma da fundamentação.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Embargos acolhidos para o efeito de sanar omissão, sem gerar, no entanto, qualquer efeito modificativo no julgado embargado.

VENDEDOR EXTERNO - HORAS EXTRAS - CONTROLE DE JORNADA

Se o empregado realiza trabalho externo, sem controle e fiscalização da empresa, não tem direito às horas extras, aplicando-se a regra do art. 62, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho.

15. PROCESSO Nº RXOF E RO-10821/2007-017-11-00
ORIGEM: 17ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - PREFEITURA MUNICIPAL (LITISCONSORTE)
Advogados: Dr. Marsyl Oliveira Marques
RECORRIDOS: LINCONL DE FRANÇA CARVALHO COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.

Advogados: Drs. Luiz de Souza Júnior e Outra
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8518/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, não conhecer da Remessa Oficial e conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a indenização substitutiva do PIS e argüir, de ofício, a prescrição para os pleitos anteriores a 04.06.2002, mantendo a decisão de primeiro grau em seus demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que excluía, ainda, do julgado a indenização do seguro-desemprego.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

16. PROCESSO Nº RXOF E RO-10853/2007-012-11-00
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED (LITISCONSORTE)
Advogados: Dra. Cely Cristina dos Santos Pereira
RECORRIDAS: MARILDA GARI MAR MONTEIRO COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs. Alberto da Silva Oliveira e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8526/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer da Remessa Oficial e do Recurso Ordinário; rejeito as preliminares suscitadas e, no mérito, por maioria, dar-lhes provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e a indenização substitutiva do PIS, mantendo a decisão de primeiro grau em seus demais termos, na forma da fundamentação. Votos parcialmente divergentes da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que excluía, ainda, o seguro-desemprego e da Exma. Juíza RUTH BARBOSA SAMPAIO, que retirava do julgado, apenas, a indenização substitutiva do PIS.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

17. PROCESSO Nº RO-11081/2007-018-11-00
ORIGEM: 18ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: TUMPEX - EMPRESA AMAZONENSE DE COLETA DE LIXO LTDA.
Advogados: Drs. Darlany Gabriel Hauache e Outros
RECORRIDO: FRANCISCO ALVES LIMA DA SILVA
Advogados: Drs. Manoel Pedro de Carvalho e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8527/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, acolher a preliminar de prescrição quinquenal para declarar prescritos os pleitos anteriores a 13.07.2002, e no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: DIFERENÇA SALARIAL - HORA INTRAJORNADA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A decisão está seguramente amparada no conjunto probatório dos autos, pelo que resultam inconsistentes as razões recursais, mantendo-se, em consequência, a sentença recorrida, na íntegra.

18. PROCESSO Nº RO-8375/2006-008-11-00
ORIGEM: 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: NAVEZON - LINHAS INTERNAS DA AMAZÔNIA S.A. - PETROBRÁS - PETROLEO

BRASILEIRO S.A.
Advogados: Drs. Ulysses dos Santos Baía e Outros
Drs. Wellyngton da Silva e Silva e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: JOÃO DE DEUS BARBOSA DO EGITO
Drs. Ademário do Rosário Azevedo e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8528/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, rejeitar a preliminar de nulidade por cerceamento de defesa; no mérito, negar provimento ao Apelo da reclamada; por maioria, dar provimento ao Recurso da litisconsorte para, reformando a sentença, excluir da condenação as multas de 1% sobre o valor da condenação, por prática de ato atentatório ao exercício da Jurisdição e de litigância de má-fé, sendo a indenização por litigância de má-fé aplicada ao reclamante e arbitrada em 20% sobre o valor da condenação, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que excluía a PETROBRAS da lide.

EMENTA: RECURSO DA RECLAMADA - DANOS MORAIS - OCORRÊNCIA

Ante a conduta inescusável da reclamada em negligenciar as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, configurada está sua culpa em não adotar procedimentos essenciais ao hígido meio ambiente de trabalho. Logo, faz jus o reclamante à respectiva indenização por dano moral, na forma concedida pelo Juízo Primário.

RECURSO DA LITISCONSORTE - TERCEIRIZAÇÃO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA DOS SERVIÇOS

A tomadora de serviços, por não ter sabido escolher a empresa idônea, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto.

19. PROCESSO Nº RO-1457/2007-052-11-00
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTES: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA - CODESAIMA
GEMAIRIE FERNANDES EVANGELISTA
Advogados: Drs. Giselle Dayana Gadelha Palmeira e Outros
Dr. Gemairie Fernandes Evangelista
RECORRIDOS: OS MESMOS
ESTADO DE RORAIMA
Advogados: Dra. Daniella Torres de Melo Bezerra
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8529/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos; por maioria, dar-lhes provimento para excluir da condenação a diferença salarial e a nulidade do art. 477, da CLT e considerar a data da dispensa da reclamante 18.7.2005, sendo-lhe devido o saldo de salário (período de 29.6.2005 a 18.7.2005), calculado com base no salário de R\$3.150,00, juros e correção monetária nos termos da Súmula 381 e OJ n.300/SD-I, do TST, mantendo-se a r. sentença recorrida nos demais termos, conforme a fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Juíza RUTH BARBOSA SAMPAIO, que mantinha na condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias.

EMENTA: RECURSO DA RECLAMADA - VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se a recorrida a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

20. PROCESSO Nº RO-18657/2006-011-11-00
ORIGEM: 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: ARICILVIO CORREIA VIEIRA E OUTRO
Advogados: Drs. Diego Américo Costa Silva e Outros
RECORRIDAS: PETROBRÁS PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROS - FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL
Advogados: Drs. Vagner Silva dos Santos e Outros
Dras. Jurema Dias de Lima

RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8530/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, acolher parcialmente a preliminar argüida pela reclamada PETROBRAS, para declarar prescritos os pleitos anteriores a 19.7.2001 e rejeitar as demais preliminares suscitadas; no mérito, dar provimento ao recurso para condenar a litisconsorte e a reclamada, solidariamente, a pagarem aos reclamantes a diferença salarial de 5% decorrente do reajuste salarial concedido aos empregados em atividade, conforme a fundamentação. Inverta-se o ônus da sucumbência.

EMENTA: REAJUSTE SALARIAL - EMPREGADOS ATIVOS E INATIVOS - PARIDADE ASSEGURADA POR REGULAMENTO

Tendo a patrocinadora concedido reajustamento salarial aos empregados em atividade, deve a majoração dos vencimentos ser extensiva aos aposentados beneficiários da previdência complementar, visto que a norma regulamentar assegura a paridade entre ativos e inativos, ao dispor que as suplementações de aposentadoria serão reajustadas na mesma época em que forem efetuados os reajustamentos salariais dos empregados da patrocinadora.

21. PROCESSO Nº RO-10532/2007-012-11-00
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS LTDA. - UNINORTE
Advogados: Drs. Francisco Madson da Cunha Veras e Outros
RECORRIDO: ALMERINDO CASTRO DE SOUZA
Advogados: Drs. Jairo Barroso de Santana e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8532/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar a preliminar de nulidade do julgado por falta de submissão à Comissão de Conciliação Prévia; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para, reformando a r. sentença, excluir da condenação as multas de 40% do FGTS e do art. 477, da CLT e o aviso prévio, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Votos parcialmente divergentes da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que retirava, ainda, a indenização do seguro-desemprego; do Exmo. Juiz JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES, que não retirava a multa do art. 477, da CLT.

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Se a empresa alega a existência de vínculo de natureza eventual e não trabalhista, atrai para si o ônus da prova. Como dele não se desincumbiu, resultam inconsistentes as razões recursais quanto ao vínculo empregatício, mantendo-se a decisão que assegurou ao autor os institutos reclamados, merecendo reforma tão-somente para excluir da condenação as multas de 40% do FGTS e por atraso no pagamento da rescisão, a indenização do seguro-desemprego, bem como o desconto do aviso prévio. Recurso a que se dá provimento parcial.

22. PROCESSO Nº RO-10813/2007-004-11-00
ORIGEM: 4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: TRÊS AMÉRICAS TRANSPOR-TESS LTDA.
MARIA ANTÔNIA SOUZA DA SILVA, REINALDO SOUZA DA SILVA, REPRESENTADOS POR MARIA IZABEL NEVES DE SOUZA, HEVERSON REINALDO PRESTES DA SILVA, LUANA REINALDO PRESTES DA SILVA E DANRLEY REINALDO DA SILVA, REPRESENTADOS POR MARIA DE NAZARÉ REINALDO DA SILVA
Advogados: Dr. José Ribamar Marçal Martins
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8533/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, dar provimento parcial ao apelo da reclamada para reduzir em 1/3 a indenização por danos materiais, que passa a ser no valor de R\$115.812,22, tomando-se como referência 100% do salário básico de *cujus*; e, em consequência dar provimento ao Recurso dos reclamantes, na forma do pedido.

EMENTA: DANOS MORAIS E MATERIAIS
*Concluindo-se que a empresa demandada não observou o mínimo das normas de segurança quando da manobra dos veículos de sua propriedade no interior do seu estabelecimento, que ensejou o infortúnio, deve ser considerada culpada de forma exclusiva pelo acidente ocorrido. Danos materiais reduzidos de 1/3 do valor da pensão, tomando-se como base os gastos que eram realizados pelo de *cujus*.*

23. PROCESSO Nº RO-9518/2007-010-11-00
ORIGEM: 10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: TEMA TRANSPORTES ESPECIAIS DE MANAUS LTDA.
Advogados: Dr. José Ribamar Marçal Martins
RECORRIDO: DANILO FERREIRA FRANCO
Advogados: Drs. Ademário do Rosário Azevedo e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8577/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, por maioria, dar-lhe provimento parcial para os fins de excluir da condenação a multa do art. 42 do Código de Defesa do Consumidor, bem como, a hora de intervalo intrajornada e repercussões superiores a duas horas, mantendo inalterada a r. sentença nos demais termos, conforme a fundamentação. Fica determinado, ainda, a dedução dos valores pagos a título de horas extras a 50% e 100%, constantes dos contracheques carreados aos autos. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que mantinha a sentença quanto a hora intervalar.

EMENTA: HORAS EXTRAS
Convenções Coletivas que estipulam carga horária além dos limites constitucionais, bem como em inobservância do intervalo intrajornada além das 2 horas diárias, devem ser pagas como horas extraordinárias e reflexos. A multa do artigo 42, do Código do Consumidor não se aplica quando o empregador desconta da remuneração do reclamante, direto no contracheque.

24. PROCESSO Nº RO-8540/2006-008-11-00
ORIGEM: 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: JUSSARA SOARES CALOBA
Advogados: Drs. Mário Jorge Oliveira de Paula Filho e Outros
RECORRIDO: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS
Advogados: Drs. Raimundo Rafael de Queiroz Neto e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8578/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento parcial para condenar a reclamada a pagar à reclamante a importância de R\$10.000,00, a título de indenização por danos morais, nos termos da fundamentação. Custas pela reclamada no importe de R\$200,00. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que concedia a referida indenização na quantia de R\$100.000,00.

EMENTA: DANO MORAL
Verificado que a empregada não se encontra com sua saúde em perfeitas condições (depressão e tratamento psiquiátrico), deve o empregador redobrar a diligência quanto ao meio ambiente de trabalho e não permitir "brincadeiras" ou comentários pejorativos que possam transtornar a enferma. Assim, o que para uma pessoa normal não configuraria ofensa, para a pessoa em tratamento, provoca constrangimento e redução da auto-estima. Assédio moral configurado, no entanto, de pequena monta, porque a dor da reclamante deu-se mais por conta de seu estado emocional abalado do que pelas "brincadeiras" e comentários de seu colega de trabalho, não repreendido oportunamente pela reclamada.

25. PROCESSO Nº RO-33668/2006-012-11-00
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: BANCO SANTANDER BANESPA S.A.

Advogados: Drs. Márcio Luiz Sordi e Outros
RECORRIDA: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO OLIVEIRA DA SILVA
Advogados: Dr. Enilson Campos de Souza
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8579/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; no mérito, dar-lhe provimento parcial para determinar a dedução dos valores pagos a título de horas extras, conforme contracheques carreados aos autos, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação.

EMENTA: HORAS EXTRAS - JORNADA SUPERIOR A 6 HORAS - INTERVALO INTRAJORNADA
Trabalho contínuo superior a 6 (seis) horas diárias, confere ao bancário intervalo intrajornada de no mínimo de 1 (uma) hora, face o caráter protetivo do descanso, sem prejuízo das demais horas extras com adicionais e reflexos sobre as verbas rescisórias.

26. PROCESSO Nº RO-10828/2007-011-11-00
ORIGEM: 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUSASHI DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogados: Dra. Débora Pureza Cotta Bisinoto
RECORRIDO: MÁRCIO DA SILVA ROCHA
Advogados: Dras. Maria Francideuza da Costa e Outra
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8580/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: EQUIPARAÇÃO SALARIAL
Considerando que restaram provados os requisitos de identidade de funções exercidas, a mesma perfeição técnica e que não há diferença superior ou igual a 2 anos entre o reclamante e o paradigma indicado, correta a r. decisão que reconheceu a equiparação salarial. Recurso a que se nega provimento.

27. PROCESSO Nº RO-0929/2007-003-11-00
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: LG ELETRONICS DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogados: MÁRCIO DE FREITAS
Dr. Christian Alberto Rodrigues Silva
Drs. Rodrigo Waughan de Lemos e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8599/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, negar provimento ao Recurso do reclamante; dar provimento ao Recurso da reclamada para, reformando a decisão primária, excluir da condenação o pleito de indenização a título de dano moral por assédio moral, julgando totalmente improcedente a reclamatória conforme a fundamentação. Inverta-se o ônus da sucumbência pelo reclamante, do qual fica isento, na forma da lei.

EMENTA: DANO MORAL. ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA
A responsabilidade do empregador em indenizar o dano moral que não decorrer de acidente de trabalho é subjetiva. O reclamante, por sua vez, não se desincumbiu do ônus de provar o prejuízo moral, nos moldes do art. 818, da CLT e art. 333, I, do Código de Processo Civil.

28. PROCESSO Nº RO-9709/2007-012-11-00
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED (LITISCONSORTE)
Advogados: Dra. Andréa Vianez de Castro e Cavalcanti
RECORRIDAS: RAIMUNDA FERREIRA LOPES COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA. (RECLAMADA)
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8600/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar as preliminares suscitadas pelo reclamado; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a indenização substitutiva do seguro-desemprego, mantendo a decisão de primeiro grau em seus demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente do Exmo. Juiz JORGE ÁLVARO MARQUES GUEDES, que lhe negava provimento; voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que extinguiu o processo sem resolução do mérito.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA
O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

29. PROCESSO Nº AP-10617/2007-006-11-40
ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
AGRAVANTE: MARCOS ANTÔNIO DA SILVA
Advogados: Drs. Wellington de Amorim Alves e Outros
AGRAVADAS: MARIA DE NAZARÉ NEVES FERREIRA MCM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Advogados: Drs. Jairo Barroso de Santana e Outra
RELATOR (A): Dra. Maria Rosa Soares de Lima SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8601/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo de Petição, dar-lhe provimento para, reformando a decisão hostilizada, tornar insubsistente a penhora do imóvel de propriedade do agravante, na forma da fundamentação.

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO - TERCEIRO EMBARGANTE - ALIENAÇÃO ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO - INEXISTÊNCIA DE FRAUDE À EXECUÇÃO
Considerando que o agravante, de boa-fé, adquiriu o imóvel objeto da penhora, por intermédio de contrato de compra e venda desde 1992, ou seja, onze anos antes do ajuizamento da ação trabalhista, merece reforma a decisão singular para tornar insubsistente a penhora do imóvel de propriedade deste. Agravo a que se dá provimento.

30. PROCESSO Nº RO-0631/2005-005-11-00
ORIGEM: 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogados: Dra. Terezinha Rodrigues dos Santos
RECORRIDOS: CASA DO PÃO N/P SR. RAIMUNDO ALDINEI DE ARAÚJO
Advogados: DAMIÃO CARNEIRO DE LIMA
RELATOR (A): Drs. Efigênia Generoso de Araújo e Outros SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8602/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar a preliminar suscitada; no mérito, dar-lhe provimento para, reformando a decisão primária, determinar o recolhimento da contribuição previdenciária do acordo efetivado entre as partes e do período trabalhado e registrado na CTPS do autor, conforme a fundamentação.

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ANOTAÇÃO NA CTPS
As Emendas Constitucionais de n. 45/2004, que acrescentou o inciso VIII, ao art. 114, e a de n. 20/98, que alterou os incisos I e II, do art. 195, todos da Constituição Federal/88, firmaram a competência desta Justiça Especializada para executar os encargos previdenciários decorrentes do registro do vínculo na CTPS. Apelo provido para que sejam inseridos na conta de liquidação, os valores pertinentes à obrigação previdenciária do período trabalhado pelo reclamante.

31. PROCESSO Nº RO-11173/2006-011-11-00
ORIGEM: 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: JABIL DO BRASIL INDÚSTRIA ELETROELETRÔNICA LTDA.
Advogados: Drs. Sérgio Arnaldo Cruz de Oliveira e Outros

RECORRIDA: DEBORA ALVES COSTA
Advogados: Drs. David Silva David e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8603/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para, reformando a sentença de 1º grau, condenar a reclamada a pagar à reclamante R\$15.000,00, a título de indenização por danos morais, e excluir da condenação a estabilidade acidentária, mantendo-a em seus demais termos, na forma da fundamentação.

EMENTA: ESTABILIDADE PROVISÓRIA ACIDENTÁRIA

Mesmo havendo comprovação nos autos da existência do acidente de trabalho, o empregado somente tem direito a estabilidade provisória acidentária após a percepção do referido auxílio, condição sine qua non para o aperfeiçoamento do seu direito, condição não implementada nos autos, pelo que não há que se falar em estabilidade provisória.

ACIDENTE DE TRABALHO - DANOS - OCORRÊNCIA
Restando provado nos autos que a angústia decorrente do acidente de trabalho sofrido pela reclamante, originou-se da incúria da reclamada em proteger seus empregados, tem-se caracterizado o dano, restando devida a indenização reparadora correspondente.

32. PROCESSO Nº RO-29247/2005-008-11-00
ORIGEM: 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MANOEL DA SILVA AMORIM
Advogados: Drs. Maria do Socorro Dantas de Góes Lyra e Outros
RECORRIDA: MANAUS ENERGIA S.A.
Advogados: Drs. Bairon Antonio do Nascimento Júnior e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8604/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento para, reformando a r. sentença, condenar a reclamada ao pagamento das diferenças salariais e seus reflexos devidos entre o reclamante Manoel da Silva Amorim e o paradigma Joaquim Correa do Nascimento, nos termos da inicial, conforme a fundamentação.

EMENTA: EQUIPARAÇÃO SALARIAL
Considerando que restaram provados os requisitos de identidade de funções de perfeição técnica e que não há diferença superior ou igual a 2 anos entre o reclamante e o paradigma indicado, Recurso a que se dá provimento.

33. PROCESSO Nº RO-11263/2007-003-11-00
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dra. Annick Costa Monteiro
RECORRIDAS: ZENAIDE BARBOSA DOS SANTOS COOTRAG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Dr. Igor Matheus Weil Pessoa da Silva
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8621/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a indenização substitutiva do PIS e a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias, mantendo a decisão de primeiro grau em seus demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que excluía, ainda, a indenização substitutiva do seguro-desemprego, e da Exma. Juíza RUTH BARBOSA SAMPAIO, que lhe negava provimento.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - MUNICÍPIO DE MANAUS

O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT, e Súmula n. 331, do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

34.
PROCESSO Nº RO-10625/2007-006-11-00
ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
CLEONICE MARTINS PINHEIRO
Advogados: Drs. Cely Cristina dos Santos Pereira e Outros
Drs. Júlio César de Almeida e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8622/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, rejeitar as preliminares argüidas; no mérito, por maioria, dar provimento parcial ao Recurso Ordinário do reclamado para excluir da condenação a multa do art. 477, da CLT; dar provimento parcial ao Recurso Adesivo da reclamante para condenar o reclamado ao pagamento da indenização dos vales-transportes, mantendo a r. sentença recorrida nos demais termos, conforme a fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora) que retirava, ainda, a indenização do seguro-desemprego; e da Exma. Juíza RUTH BARBOSA SAMPAIO, que negava provimento ao Recurso do reclamado.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA
O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

35.
PROCESSO Nº RO-10823/2007-001-11-00
ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: JOSÉ MEDEIROS DA SILVA
Advogados: Drs. Roberval Mendes de Souza e Outros
RECORRIDA: ÁGUAS DO AMAZONAS S.A.
Advogados: Drs. Mariana Pereira Bastos e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8623/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: SUPRESSÃO - HORAS EXTRAS - PRESCRIÇÃO TOTAL
O direito de ação do autor está fulminado pelo instituto da prescrição, considerando tratar-se de pedido de prestações sucessivas, decorrentes de alteração do pactuado e não amparadas por preceito de lei, conforme inteligência da Súmula n. 294, do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

36.
PROCESSO Nº RO-10514/2007-006-11-00
ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (2ª LITISCONSORTE)
Advogados: Drs. Vagner Silva dos Santos e Outros
RECORRIDOS: GEOVANE DE JESUS TEIXEIRA MAIA ASSAHI MANUTENÇÃO E MONTAGEM LTDA. (RECLA-MADA)
DBM ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA. (1ª LITISCONSORTE)
Advogados: Drs. Milcyete Braga Assayag e Outros
Drs. Delias Tupinambá Vieiralves e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8627/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam*; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa do art. 467, da CLT e as penalidades dos arts. 17 e 18 do Código de Processo Civil, mantendo a r. sentença em seus demais termos, conforme a fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Juíza RUTH BARBOSA SAMPAIO, que mantinha no julgado a multa do art. 467 da CLT.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA
O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiária pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

37.
PROCESSO Nº RO-11056/2007-003-11-00
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
RAIMUNDO LUIZ DOS SANTOS LIMA
Advogados: Dra. Annick Costa Monteiro
Drs. David Silva David e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8628/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos Ordinário do Município e do Recurso Adesivo do reclamante, rejeitar as preliminares suscitadas pelo Município; no mérito, por maioria, dar provimento parcial ao seu Recurso para excluir da condenação o pleito de horas intervalares, dar provimento parcial ao recurso do reclamante para reincluir a Cooperativa na lide, condenando-a diretamente e, subsidiariamente, o Município de Manaus a pagarem as seguintes parcelas: 778 horas noturnas reduzidas a 50%; 93 horas noturnas reduzidas a 50%; com integração nos RSR; 6.348 horas de adicional noturno a 20%; aviso prévio; 13º salários (integral) 2002 a 2006; 13º salário 2007 (projeção do AP - Proporcional); férias 2001/2002 + 1/3 (em dobro); férias 2002/2003 + 1/3 (em dobro); férias 2003/2004 + 1/3 (em dobro); férias 2004/2005 + 1/3 (em dobro); férias 2005/2006 + 1/3; férias proporcionais 2006/2007 + 1/3; FGTS rescisório; FGTS período (8% + 40%); bem como a procederem às anotações na CTPS do reclamante, com data de admissão (2.2.2001), saída (2.1.2007), função (Vigia), tudo conforme a fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOME, que extinguiu o processo sem resolução do mérito.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA
O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

38.
PROCESSO Nº RO-33556/2006-004-11-00
ORIGEM: 4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: UNIÃO - SECÇÃO DE ARRECAÇÃO E COBRANÇA DE CRÉDITO DA PROCURADORIA GERAL FEDERAL
Dr. Paulo Gil Cabral
Advogados:
RECORRIDOS: CGE - CEARÁ GERADORA DE ENERGIA S.A.
ILDO MACEDO DA SILVA
Advogados: Drs. Grazia Ferreira Brigante e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8630/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO - VERBAS INDENIZATÓRIAS ESPECIFICADAS
Homologação de acordo. As partes podem transacionar, na forma do artigo 845, do Código Civil combinado com o artigo 8º, da CLT, cabendo ao Juízo discriminar às verbas de natureza indenizatória.

39.
PROCESSO Nº RO-11233/2007-001-11-00

ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS 42.
 RECORRENTE: RUBERVAL MORAES DE LIMA
 Advogados: Drs. Jocil da Silva Moraes e
 Outros
 RECORRIDO: ECOTUR POUSADA DE SELVA
 Advogados: Dr. Ali Jesini
 RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8631/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para condenar a reclamada a pagar ao reclamante os seguintes pleitos: adicional de 50% sobre o intervalo intrajornada, diferença da soma do termo rescisório (R\$1.000,00), FGTS (8%), deduzindo e a quantia paga no termo rescisório de fl. 55, sob igual rubrica, reflexos e integrações legais sobre os adicionais de horas extras (intra-jornada e sobre-jornada) e noturno. Determinar que a reclamada proceda à assinatura e baixa na CTPS do reclamante, consignando o período de 17.6.2006 a 2.10.2006, nas funções de Pedreiro e Vigia, sob pena de ser efetuada pela Secretaria da Vara do Trabalho, tudo na forma da fundamentação. Custas pela reclamada, sob o valor arbitrado de R\$5.000,00, no importe de R\$100,00.

EMENTA: CASEIRO - EMPREGADO DOMÉSTICO - PESSOA JURÍDICA - IMPOSSIBILIDADE
 Verificado que o reclamante trabalhava para pessoa jurídica, torna-se impossível classificá-lo como empregado doméstico, por não prestar serviços no âmbito residencial do empregador.

40. PROCESSO Nº RO-0035/2008-401-11-00
 ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
 RECORRENTES: AGROPECUÁRIA JAYORO LTDA.
 Advogados: MANOEL RAMOS FILHO
 Drs. Silvana Maria Iúdice da Silva e Outros
 RECORRIDOS: Dr. Ademair Lins Vitório Filho
 OS MESMOS
 RECOFARMA INDÚSTRIA DO
 AMAZONAS LTDA.
 Advogados: Dr. Ademair Lins Vitório Filho
 RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8632/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, negar provimento ao Recurso do reclamante e; por maioria, dar provimento ao Recurso da reclamada para, reformando a r. sentença hostilizada, excluir da condenação as horas in itinere, conforme a fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Juíza RUTH BARBOSA SAMPAIO, que negava provimento a ambos os Recursos.

EMENTA: HORAS IN ITINERE - HORA EXTRA.
 Deve ser respeitada a previsão contida em norma coletiva de trabalho que restringe o pagamento das horas in itinere a apenas parte do percurso, em observância à autonomia da vontade coletiva, haja vista que a Constituição Federal valoriza a negociação nas relações de trabalho, reconhecendo as convenções e acordos coletivos.
 A hora destinada à compensação deve ser paga com o adicional de 50% e reflexos legais. A hora que extrapola a jornada semanal máxima deve ser paga como hora extraordinária e seus reflexos devidos, tudo em conformidade, com a Súmula 85, do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso a que se dá provimento parcial.

41. PROCESSO Nº AP-6541/2006-006-11-00
 ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
 AGRAVANTE: JOSÉ AUGUSTO DA LUZ
 Advogados: Dr. Sebastião David de Carvalho
 AGRAVADA: TRANSEXCEL SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
 Advogados: Drs. Raimundo Hitotuzi de Lima e Outros
 RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8647/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo de Petição, negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada, na forma da fundamentação.

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO
 A apuração do cálculo de liquidação deve ser feita com base no comando da sentença, em observância ao que dispõe o artigo 879, §1º, da CLT.
JUNTADA DE DOCUMENTO
 Na fase executória é vedada a juntada de documento que não seja considerado novo.

PROCESSO Nº RO-11269/2007-013-11-00
 ORIGEM: 13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
 RECORRENTES: ÁGUAS DO AMAZONAS S.A.
 BERNALDINO SANTOS ALMEIDA
 Advogados: Drs. José Alberto Maciel Dantas e Outros
 Drs. Ademário do Rosário Azevedo e Outros
 RECORRIDOS: OS MESMOS
 Advogados: Drs.
 RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8650/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para, reformando a sentença recorrida, excluir da condenação as horas intervalares deferidas, acrescidos de 50%, julgando, por consequência, a reclamatória totalmente improcedente, conforme a fundamentação. Inverta-se o ônus da sucumbência, isentando o reclamante de seu recolhimento, na forma da lei.

EMENTA: ACÚMULO DE FUNÇÃO
 Não restando provado nos autos o acúmulo de funções alegado na exordial, mantêm-se a decisão de 1º grau que o indeferiu, considerando que o simples fato do reclamante exercer, em algumas ocasiões, as funções de motorista concomitantemente com o cargo de fiscal, na mesma jornada laboral, não são suficientes para deferir o citado pleito.

43. PROCESSO Nº RO-10870/2007-011-11-00
 ORIGEM: 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
 RECORRENTE: LUIZ RODRIGUES DE LIMA
 Advogados: Drs. Ademário do Rosário Azevedo e Outro
 RECORRIDA: EUCATUR - EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
 Advogados: Drs. Otacílio Negreiros Neto e Outros
 RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8652/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: SUSPENSÃO DO CONTRATO LABORAL - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - INDENIZAÇÃO DO ART. 475, DA CLT
 Somente é cabível a indenização prevista no art. 475, da CLT, no caso do empregado recuperar a sua capacidade laborativa, sendo sua aposentadoria cancelada, e, ainda, quando não houver interesse do empregador em manter o contrato laboral. Recurso a que se nega provimento.

44. PROCESSO Nº RO-31410/2006-013-11-00
 ORIGEM: 13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
 RECORRENTE: VIAÇÃO CIDADE DE MANAUS LTDA.
 Advogados: Drs. Alberto Pedrini Júnior e Outros
 RECORRIDOS: MARIANO SOARES RODRIGUES
 MUNICÍPIO DE MANAUS - PREFEITURA MUNICIPAL
 Advogados: Drs. Rodrigo Waughan de Lemos e Outros
 Dra. Andréa Vianez de Castro e Cavalcanti
 RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8653/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para, reformando a r. sentença hostilizada, tão-somente, excluir da condenação o tempo de 5 (cinco) minutos destinados à vistoria do veículo, mantendo-a em seus demais termos, conforme a fundamentação.

EMENTA: HORAS EXTRAS
 Correta a decisão primária que condenou a recorrente ao pagamento das horas extras trabalhadas pelo obreiro, quando provado nos autos que o reclamante extrapolava sua jornada diária laboral, sem, contudo, perceber os valores atinentes à jornada extraordinária, merecendo reforma, tão-somente, para excluir da condenação o pleito de horas extras pelo tempo destinado à vistoria do veículo.

45. PROCESSO Nº RO-10775/2007-012-11-00
 ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RECORRENTE: REINALDO DA SILVA DUTRA JÚNIOR
Advogados: Dr. Jairo Bezerra Lima
RECORRIDO: FORT EMPREENDIMENTOS E
TECNOLOGIA LTDA.
Advogados: Drs. Marcelo Furukawa Maia e
Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8657/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para, reformando a sentença primária, deferir ao reclamante os pleitos de: diferenças salariais decorrentes da inobservância do piso da categoria; reflexos das diferenças salariais sobre os consectários do período deferido e multa por descumprimento das convenções coletivas, conforme a fundamentação.

EMENTA: DIFERENÇA SALARIAL - ENQUADRAMENTO SINDICAL

Restando provado nos autos que o reclamante estava filiado ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, merece reforma a decisão de 1º grau para que sejam deferidas as diferenças salariais decorrentes da inobservância do piso salarial da categoria. Recurso a que se dá provimento parcial.

46.

PROCESSO Nº RO-10791/2007-001-11-00
ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MAGNO FAUSTINO DA SILVA
Advogados: Drs. Pedro de Sá Mascarenhas e
Outros
RECORRIDO: PANASONICA DA AMAZÔNIA S.A.
Advogados: Drs. Natasja Deschoolmeester e
Outro
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8660/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento para, reformando a r. sentença, condenar a reclamada ao pagamento do adicional de periculosidade, no período de maio/2001 a agosto/2005, limitado ao valor do período, conforme a fundamentação. Custas pela reclamada sobre o valor arbitrado de R\$5.000,00.

EMENTA: ADICIONAL DE PERICULOSIDADE
Restando provado nos autos, através de laudo pericial, que o reclamante expunha-se, de forma permanente, ao contato com sistema elétrico de potência e, conseqüentemente, a risco acentuado, este faz jus ao adicional de periculosidade. Recurso a que se dá provimento.

47.

PROCESSO Nº RO-29459/2005-008-11-00
ORIGEM: 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: VANDERLÉIA CRUZ DA SILVA
Advogados: Drs. Rodrigo Waughan de Lemos e
Outros
RECORRIDO: VIMAM - VIAÇÃO MANAUEM-SE
LTDA.
Advogados: Drs. Alberto Pedrini Júnior e
Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8661/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: HORAS EXTRAS
Diante da prova testemunhal, cabe ao Juízo ponderar a inversão do ônus da prova, considerando a realidade dos fatos.

48.

PROCESSO Nº RO-10824/2007-008-11-00
ORIGEM: 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: ADEMAR GOMES DE BARROS
Advogados: Drs. Roberval Mendes de Souza e
Outros
RECORRIDO: ÁGUAS DO AMAZONAS S.A.
Advogados: Drs. José Alberto Maciel
Dantas e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8664/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: ESCALA DE 12 X 36 - HORAS EXTRAS
Tratando-se de regime de compensação de horário (12X36) não há falar em concessão de horas extras pelos domingos laborados, tampouco em pagamento de feriados laborados posto que, por ser mais benéfica ao obreiro, tal jornada já engloba, compensatoriamente no período de descanso, o domingo laborado e o eventual labor em dias feriados. Recurso a que se nega provimento.

49.

PROCESSO Nº RO-27022/2006-009-11-00
ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: SAMSUNG SDI BRASIL LTDA.
RISONILDO ALMEIDA DOS SANTOS
Advogados: Drs. Jefferson Ortiz Matias e
Outros
Drs. Cleonice Melo Carvalheira e
Outro
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8665/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, negar provimento ao Apelo da reclamada, dar provimento ao Recurso Adesivo do reclamante para, reformando a r. sentença de 1º grau, acrescentar à condenação os pleitos de: horas extras, a 110% e 150%, acrescidos de seus reflexos e integrações legais, que deverão ser apurados em regular liquidação de sentença, nos dias efetivamente laborados, bem como na multa prevista na cláusula 54ª da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, no valor de um salário mínimo, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação, inclusive o pagamento das custas.

EMENTA: INTERVALO INTRAJORNADA - HORAS EXTRAS

A supressão ou concessão parcial do intervalo intrajornada pelo empregador, implicará no pagamento do período como hora extra, salvo mediante autorização do Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho.

Restando provado que o reclamante extrapolava sua jornada diária laboral, este faz jus ao deferimento do pleito de horas extraordinárias.

50.

PROCESSO Nº RO-10569/2007-013-11-00
ORIGEM: 13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: EDITORA NOVO TEMPO LTDA.
MANUELLA DE BARROS SILVA
Advogados: Drs. Rodrigo Rodrigues Dias de
Almeida e Outros
Drs. Sérgio Cunha Cavalcanti e
Outros
RECORRIDOS: AS MESMAS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8666/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, dar provimento ao Recurso Ordinário da reclamada para, reformando a decisão primária, excluir da condenação o pleito de indenização de danos morais e negar provimento ao Recurso Adesivo da reclamante. Inverte-se o ônus da sucumbência, pela reclamante, do que fica isento, na forma da fundamentação.

EMENTA: DANO MORAL. ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA

A responsabilidade do empregador em indenizar o dano moral que não decorre de acidente de trabalho, é subjetiva. A reclamante, por sua vez, não se desincumbiu do ônus de provar o prejuízo moral, nos moldes do art. 818, da CLT e art. 333, I, do Código de Processo Civil.

51.

PROCESSO Nº RO-10942/2007-007-11-00
ORIGEM: 7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: RENATA PINHEIRO DAMASCENO
Advogados: Drs. Geraldo da Silva Frazão e
Outros
RECORRIDO: XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA
LTDA.
Advogados: Drs. Clailson Cardoso Ribeiro e
Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8668/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: DIFERENÇA SALARIAL
Não cabe reconhecimento de diferença salarial, quando reclamante e paradigmas apontados exercem funções distintas. Recurso a que se nega provimento.

52. PROCESSO Nº RO-34846/2006-012-11-00
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: EVANILDO CARNEIRO DA SILVA
Advogados: Drs.
RECORRIDO: MUNICÍPIO DE RIO PRETO DA EVA - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8671/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO
Cargo comissionado, provimento precário, incompetência da Justiça do Trabalho.

53. PROCESSO Nº RO-10642/2007-017-11-00
ORIGEM: 17ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: JANIR P. DE SOUZA - ME
Advogados: Dr. Paulo Sérgio de Menezes
RECORRIDO: MEIRE COSTA GUIMARÃES
Advogados: Drs. João Bosco Jackmonth da Costa e Outro
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8672/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: HORAS EXTRAS
Restando provado nos autos que a reclamante extrapolava a jornada laboral pactuada, impõe-se a condenação nas exatas horas extraordinárias trabalhadas. Recurso a que se nega provimento.

54. PROCESSO Nº RO-3959/2005-010-11-00
ORIGEM: 10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: NELSON DUARTE PEDROSO
Advogados: Drs. Ademário do Rosário Azevedo e Outros
RECORRIDO: PROMODAL LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA.
Advogados: Dr. Sérgio Marinho Lins
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8673/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: DANO MORAL - ATRASO DE SALÁRIO - DANO PRESUMIDO - IMPOSSIBILIDADE
Em que pese ser admissível a indenização por dano moral decorrente do atraso no pagamento de salários, faz-se necessária a cabal demonstração do dano sofrido.

55. PROCESSO Nº RO-4656/2006-012-11-00
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: UNIÃO FEDERAL (LITIS-CONSORTE) INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (LITISCONSORTE)
Advogados: Dr. Ivo Lopes Miranda
Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
RECORRIDOS: OS MESMOS EDNEI QUEIROZ VALENTE UNIGEL - UNIDOS SERVIÇOS GERAIS DE VIGILÂNCIA LTDA. (RECLAMADA)
Advogados: Dr. Eliezer Leão Gonzáles
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8674/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário da União Federal e dar-lhe provimento para excluí-la da lide, mantendo o julgado quanto à condenação da reclamada, como devedor principal e do INCRA, como devedor subsidiário. Não conhecer do Recurso Ordinário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, porque intempestivo, tudo conforme a fundamentação.

EMENTA: UNIÃO FEDERAL - INCRA - EXCLUSÃO DA LIDE

Verificado que a União Federal veio a ser incluída na lide por equívoco, impõe-se a sua exclusão, eis que pessoa distinta ao INCRA.

56. PROCESSO Nº RO-5331/2007-018-11-00
ORIGEM: 18ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED (LITISCONSORTE)
Advogados: Dr. Marsyl Oliveira Marques
RECORRIDOS: OLDENEY DE ALMEIDA E SILVA COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs. Ademário do Rosário Azevedo e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8675/2008

ACORDAM, os Desembargadores e Juizes Convocados do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, declarar de Ofício, nos termos do art. 219, § 5º, do Código de Processo Civil, a prescrição dos pedidos anteriores a 14.02.2002, exceto para o FGTS, observando-se também, o período concessivo das férias; rejeitar as preliminares de incompetência em razão da matéria e carência de Ação e; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação as indenizações substitutivas do seguro-desemprego e do PIS, mantendo a decisão de primeiro grau em seus demais termos, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal

VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que extinguiu o processo sem julgamento do mérito; voto parcialmente divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que excluía do julgado apenas a indenização substitutiva do PIS.

EMENTA: INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

É competente a Justiça do Trabalho para dirimir lide entre trabalhador e ente público, quando houver desvirtuamento do regime especial, nos termos da Orientação Jurisprudencial n. 205, SDI- I, do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso a que se nega provimento.

57. PROCESSO Nº RO-2200/2007-018-11-00
ORIGEM: 18ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dr. Marsyl Oliveira Marques
RECORRIDAS: WALDENORA BORGES MARQUES COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8676/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias, mantendo a decisão de primeiro grau em seus demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que excluía, ainda, a indenização substitutiva do seguro-desemprego e da Exma. Juíza RUTH BARBOSA SAMPAIO, que lhe negava provimento.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - MUNICÍPIO DE MANAUS

O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT, e Súmula n. 331, do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

58. PROCESSO Nº RO-11164/2007-001-11-00
ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: MUNICÍPIO DE MANAUS -

SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - SEMED
(LITISCONSORTE)
KASSANDRA COSTA SILVA DA SILVA
Advogados: Dra. Annick Costa Monteiro
Drs. Jocil da Silva Moraes e
Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
COOTRASG - COOPERATIVA DE
TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL
LTDA.
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8677/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, rejeitar as preliminares argüidas; no mérito, negar provimento ao Recurso Adesivo da reclamante e, por maioria, dar provimento parcial ao Recurso Ordinário do Município para excluir da condenação a indenização substitutiva do seguro-desemprego e as multas dos arts. 467 e 477 da CLT, mantendo a decisão de primeiro grau em seus demais termos, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que extinguiu o processo sem julgamento do mérito; voto parcialmente divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que mantinha no julgado a indenização do seguro-desemprego.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA -
MUNICÍPIO DE MANAUS

O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT, e Súmula n. 331, do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

59.

PROCESSO Nº RO-0064/2007-004-11-00
ORIGEM: 4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: ESTADO DO AMAZONAS - SUSAM -
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
Advogados: Dr. Alberto Bezerra de Melo
RECORRIDOS: MANOEL LUCAS DA SILVA
(RECLAMANTE)
SERV MAX DA AMAZÔNIA - TÉCNICA
EM QUALIDADE E SERVIÇOS LTDA.
(RECLAMADA)
Advogados: Drs. Jocil da Silva Moraes e
Outra
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8682/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; rejeitar as preliminares suscitadas pelo litisconsorte; no mérito, por maioria, conceder-lhe provimento parcial para, reformar a r. sentença primária, excluir da condenação o pleito de multa do art. 477 da CLT, mantendo-a nos demais termos, conforme a fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que extinguiu o processo sem resolução do mérito.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA
O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT, e Súmula n. 331, do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

60.

PROCESSO Nº RXOF E RO-9609/2007-018-11-00
ORIGEM: 18ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS -
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - SEMED
(LITISCONSORTE)
Advogados: Dr. Marsyl Oliveira Marques
RECORRIDOS: IZAQUE DE CARVALHO BARROS
COOTRASG - COOPERATIVA DE
TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL
LTDA.
Advogados: Drs. Heidir Barbosa dos Reis e
Outra
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8686/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer da Remessa Oficial e do Recurso Ordinário, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, por maioria, dar-lhes provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias, a indenização substitutiva do PIS, 780 (setecentos e oitenta) horas extras intrajornada, 780 (setecentos e oitenta) horas extras noturnas, acrescidas dos reflexos e integrações legais, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que excluía, ainda, a indenização substitutiva do seguro-desemprego.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA -
MUNICÍPIO DE MANAUS

O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT, e Súmula n. 331, do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

61.

PROCESSO Nº RXOF-11221/2007-017-11-00
ORIGEM: 17ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECLAMANTE: ELCINÉIA MOREIRA DO NASCIMENTO
Advogados: Dr. José Carlos Pereira do
Valle
RECLAMADOS: MUNICÍPIO DE MANAUS -
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - SEMED
(LITISCONSORTE)
COOTRASG - COOPERATIVA DE
TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL
LTDA. (RECLAMADA)
Advogados: Dr. Marsyl Oliveira Marques
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8687/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer da Remessa Oficial; por maioria, dar-lhe provimento parcial para, reformando a sentença primária, excluir da condenação a devolução de descontos indevidos do INSS, conforme a fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que retirava, ainda, o seguro-desemprego.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA -
MUNICÍPIO DE MANAUS

O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT, e Súmula n. 331, do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

62.

PROCESSO Nº RXOF E RO-11092/2007-017-11-00
ORIGEM: 17ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS -
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - SEMED
(LITISCONSORTE)
Advogados: Dr. Marsyl Oliveira Marques
RECORRIDAS: MARIA LÚCIA SOUZA NASCIMENTO
COOTRASG - COOPERATIVA DE
TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL
LTDA.
Advogados: Dra. Giselle Rachel Dias
Freire
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8688/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, não conhecer da Remessa Oficial, conhecer do Recurso do litisconsorte, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que lhes dava provimento parcial para excluir da condenação a indenização substitutiva do seguro-desemprego.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

63. PROCESSO Nº RXOF E RO-10608/2007-005-11-00
ORIGEM: 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS -
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - SEMED
(LITISCONSORTE)
Advogados: Dra. Magdalena Araújo Pereira
Ferreira
RECORRIDOS: JOSÉ LUCAS CUNHA DA SILVA
COOTRASG - COOPERATIVA DE
TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL
LTDA.
Advogados: Drs. José Carlos Pereira do
Valle e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8689/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer da Remessa Oficial e do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhes provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Votos parcialmente divergentes da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que excluía, ainda, a indenização substitutiva do seguro-desemprego, da Exma. Juíza RUTH BARBOSA SAMPAIO, que lhes negava provimento.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA
O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

64. PROCESSO Nº RXOF E RO-0777/2007-008-11-00
ORIGEM: 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS -
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - SEMED
(LITISCONSORTE)
Advogados: Dra. Magdalena Araújo Pereira
Ferreira
RECORRIDAS: MARIA IRIS FERREIRA DA SILVA
COOTRASG - COOPERATIVA DE
TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL
LTDA.
Advogados: Dra. Maria Isa Lopes da Silva
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8690/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, não conhecer da Remessa Oficial, conhecer Recurso do litisconsorte, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a indenização substitutiva do PIS, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA
O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

65. PROCESSO Nº RO-11350/2007-015-11-0
ORIGEM: 15ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: LUIZ CARLOS ALVES CARNEIRO
Advogados: Drs. Geraldo da Silva Frazão e
Outros
RECORRIDAS: CARIBE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS
LTDA. (RECLAMADA)
UNIÃO FEDERAL (LITISCON-SORTE)
Advogados: Dr. Ivo Lopes Miranda
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8691/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar provimento parcial para, reformando a decisão de 1º grau, acrescentar à condenação 190 horas extras, com o adicional de 50% e 60 horas extras, com adicional de 100%, mantendo a decisão primária nos seus demais termos, na forma da fundamentação.

EMENTA: RESPONSABILIDADE - DONO DA OBRA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 191/SDI-1, DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
O contrato de empreitada entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora.

66. PROCESSO Nº RXOF E RO-2100/2007-016-11-00
ORIGEM: 16ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS -
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - SEMED
(LITISCONSORTE)
Advogados: Dr. Daniel Octávio Silva
Marinho
RECORRIDAS: ELANE SOCORRO LOPES DE ALMEIDA
AMAZONAS
COOTRASG - COOPERATIVA DE
TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL
LTDA. (RECLAMADA)
Advogados: Drs. Júlio César de Almeida e
Outra
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8694/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, não conhecer da Remessa Oficial; conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar as preliminares de incompetência da Justiça do Trabalho e de carência de Ação; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e os honorários advocatícios, mantendo a decisão de primeiro grau em seus demais termos, na forma da fundamentação. Votos parcialmente divergentes da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que excluía, ainda, a indenização substitutiva do seguro-desemprego e da Exma. Juíza RUTH BARBOSA SAMPAIO, que retirava do julgado tão-somente, os honorários advocatícios.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA
O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

67. PROCESSO Nº AP-0181/2005-401-11-41
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE
FIGUEIREDO
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE
FIGUEIREDO - PREFEITURA
MUNICIPAL
Advogados: Drs. Stella Maria Freitas
Cordeiro e Outros
AGRAVADO: VALERIANO DE VASCONCELOS COSTA
Advogados: Dr. Irandy Rodrigues da Cruz
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8695/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo de Petição, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação as penalidades previstas nos artigos 17 e 18, ambos do Código de Processo Civil e a indenização do art. 20, § 2º, do Código de Processo Civil.

EMENTA: CORREÇÃO MONETÁRIA.
A incidência da correção monetária dos créditos trabalhistas deve obedecer ao que prescreve a Súmula n. 381, do Tribunal Superior do Trabalho. O exercício do direito de ação, em fase recursal, não consubstancia as hipóteses do artigo 17, do Código de Processo Civil.

68. PROCESSO Nº RO-6615/2007-006-11-00
ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: ENGECO ENGENHARIA E
CONSTRUÇÕES LTDA. (2ª
RECLAMADA)
Advogados: Drs. Márcio Luiz Sordi e Outro
RECORRIDOS: NEY PEREIRA GUEDES
(RECLAMANTE)
JOSÉ RIBAMAR VIEIRA (1º
RECLAMADO)
Advogados: Drs. Júlio César de Almeida e
Outro
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8696/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: HORAS EXTRAS

A proprietária da obra que, na qualidade de construtora, que não tem a devida cautela com as verbas trabalhistas dos empregados da prestadora deve ser responsabilizada pelas mesmas, na forma da Orientação Jurisprudencial 191, do Tribunal Superior do Trabalho.

69.

PROCESSO Nº RO-8528/2007-006-11-00
ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: ARNALDO DE ALMEIDA MENEZES
Advogados: Dra. Gabriela Paese Dantas
RECORRIDA: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
Advogados: Drs. Natasja Deschoolmeester e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8697/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: PRESCRIÇÃO - INTERRUÇÃO - RECLAMAÇÃO TRABALHISTA ARQUIVADA

A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos. Inteligência da Súmula n. 268, do Tribunal Superior do Trabalho.

70.

PROCESSO Nº RO-1812/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes
RECORRIDO: WALLACE JÔNATAS APARÍCIO
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8722/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento para, acolhendo a prejudicial de prescrição bienal, extinguir o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, IV, do Código de Processo Civil, conforme a fundamentação.

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO - PRESCRIÇÃO BIENAL

Considerando que o pacto laboral encerrou-se no dia 25.12.2004, conforme consta na inicial, tendo o reclamante ingressado com a reclamatória somente em 04.12.2007, extrapolando o prazo prescricional previsto no art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, merece acolhida a prescrição bienal suscitada pelo recorrente e pelo duto representante do órgão ministerial.

71.

PROCESSO Nº RO-19662/2006-018-11-00
ORIGEM: 18ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: RAIMUNDO KLEBER FERREIRA
Advogados: Drs. Geraldo da Silva Frazão e Outros
RECORRIDO: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
Advogados: Drs. José Alberto Maciel Dantas e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8723/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para, reformando a sentença recorrida, deferir ao reclamante 2 (duas) horas extras, durante quatro dias da semana e 50 (cinquenta) horas extras mensais, pelos plantões realizados, com adicional de 50%, aplicando-se o divisor de 220, com a incidência da Súmula n. 264, do Tribunal Superior do Trabalho, todas acrescidas dos reflexos e integrações legais, pelos dias efetivamente laborados, observando-se o período imprescrito delimitado pelo Juízo monocrático. Improcedentes as horas extras a 100%, em virtude de não restar robustamente provado o labor nas folgas, domingos ou feriados, conforme a fundamentação. Inverte-se o ônus da sucumbência.

EMENTA: HORAS EXTRAS

Restando provado nos autos que o reclamante extrapolava sua jornada laboral, merece reforma a decisão de 1º grau para que sejam deferidas as horas extras pleiteadas. Recurso a que se dá provimento parcial.

72.

PROCESSO Nº RO-22460/2006-018-11-00
ORIGEM: 18ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: UNIÃO FEDERAL - SEÇÃO DE ARRECAÇÃO E COBRANÇA DE CRÉDITO DA PROCURADORIA GERAL FEDERAL
Advogados: Dr. Evanilson Macedo Soares
RECORRIDOS: AMAZONAS MOTOCENTER COMÉRCIO DE MOTOS LTDA.
Advogados: ANDRÉ ALFREDO MAIA DE SOUZA
Drs. Vasco Pereira do Amaral e Outros
Dr. Leandro de Oliveira Violin
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8749/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: ACORDO HOMOLOGADO POR LIBERALIDADE - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - 20% SOBRE O VALOR DO ACORDO

Sobre os acordos firmados por deliberação, aplica-se, tão-somente, a contribuição previdenciária com alíquota de 20%, conforme art. 276, § 9º, do Decreto n. 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social).

73.

PROCESSO Nº RO-10580/2007-001-11-00
ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA COSTA
Advogados: Drs. Delias Tupinambá Vieiralves e Outro
RECORRIDO: QUARTZ ELETRON INDÚS-TRIA E COMÉRCIO S.A.
Advogados: Drs. Nilson Coronin e Outro
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8750/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar a preliminar suscitada pela reclamante; no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: DIFERENÇA SALARIAL - DESVIO DE FUNÇÃO - NÃO CARACTERIZAÇÃO

Não demonstrado nos autos haver a reclamante desempenhado funções vinculadas a cargo distinto daquele que ocupava, não prospera a arguição de desvio de função. Recurso a que se nega provimento.

74.

PROCESSO Nº RO-11262/2007-013-11-00
ORIGEM: 13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED (LITISCONSORTE)
CARLOS ALBERTO ALMARANTE CORDEIRO
Advogados: Dras. Cely Cristina dos Santos Pereira e Outra
Drs. Jocil da Silva Moraes e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8751/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, rejeitar as preliminares suscitadas pelo litisconsorte; no mérito, por maioria, dar provimento ao Recurso do reclamante para determinar a inclusão na lide da Cooperativa de Trabalho e Serviços em Geral, determinando a baixa dos autos para análise dos pedidos da inicial, ficando prejudicada a análise do Recurso do Município de Manaus, tudo nos termos da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que negava provimento ao Recurso do reclamante.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

RECORRENTES: CLOVIS QUEIROZ DE SOUZA
HSBC BANK BRASIL S.A.
Advogados: Drs. Enilson Campos de Sousa e Outros
Drs. Juliana Batista Braga e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT N° 8755/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, negar provimento ao Apelo do reclamado e dar provimento ao Recurso do reclamante para acrescentar os honorários advocatícios na base de 15%, conforme a fundamentação.
EMENTA: GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DE CAIXA Verificado que o reclamante exercia a função de caixa, correta foi a decisão primária que deferiu a gratificação de função pertinente à atividade desenvolvida.

75. PROCESSO N° RO-10655/2007-004-11-00
ORIGEM: 4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MARIA FARINETE MEIRELES FLORES
Advogados: Drs. Jefferson Cristophe de Lima Botelho e Outro
RECORRIDO: BALBA LUMBERG TECHNOLOGIES PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Advogados: Dr. Claudionor Cláudio Dias Júnior
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT N° 8752/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: DIFERENÇA SALARIAL Não cabe reconhecimento de diferença salarial, quando reclamante e paradigma apontados exercem funções distintas. Recurso a que se nega provimento.

79.

PROCESSO N° RO-10792/2007-006-11-00
ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: F. F. DA COSTA COMÉRCIO - ME
Advogados: Drs. Naudal Rodrigues de Almeida e Outros
RECORRIDO: AGENOR MONTE BRASIL
Advogados: Drs. Antônio Rodrigues dos Passos e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT N° 8756/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento para declarar a inexistência de vínculo de emprego entre as partes, por conseguinte, julgar improcedentes todos os pedidos da reclamatória, na forma da fundamentação, mantendo-se o ônus da sucumbência, considerando para fins de custas processuais o valor da causa.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO Não há como reconhecer-se o vínculo de emprego, quando o trabalhador não exerce, efetivamente, suas funções, resumindo-se a preencher as exigências do órgão fiscalizador.

76. PROCESSO N° RO-4818/2007-015-11-00
ORIGEM: 15ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MARCO ANTONIO SILVA DE CARVALHO
Advogados: Drs. Rodrigo Waughan de Lemos e Outros
RECORRIDOS: PERFAL ENGENHARIA LTDA. PORTAL CONSTRUÇÕES LTDA. NILSON PEDRO DE SOUZA FALCÃO
Advogados: Dr. Vinicius Martins de Meira
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT N° 8753/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: HORAS EXTRAS A jornada suplementar deve ser robustamente comprovada. Inexistindo, no conjunto probatório, elementos suficientes a ensejar tal configuração, não há como ser reconhecido o labor extraordinário, eis que o reclamante não se desincumbiu do ônus que lhe competia, a teor do art. 818, da CLT e art. 333, I, do Código de Processo Civil.

80.

PROCESSO N° AP-4911/2005-053-11-00
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
AGRAVANTE: ESTADO DE RORAIMA
Advogados: Drs. Carlos Guimarães Trindade Neto e Outro
AGRAVADOS: LUIS MARQUES COORSERV - COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS
Advogados: Dr. José Carlos Barbosa Cavalcante
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT N° 8790/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo de Petição, por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que dava provimento parcial ao Apelo para determinar a aplicação aos juros de 0,5% ao mês.

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO - NORMA ESPECIAL - LEI N. 8.177/91 - JUROS DE 1% AO MÊS O dispositivo constante do art. 39, §1º, da Lei n. 8.177/91, é norma específica a respeito da incidência dos juros (1% ao mês) nas condenações efetuadas pela Justiça do Trabalho. Logo, por ser regra especial sobre a matéria em epígrafe, deve ser aplicada ao presente feito, afastando assim as disposições do art. 1º-F, da Lei n. 9.494/97.

77. PROCESSO N° RO-11265/2007-019-11-00
ORIGEM: 19ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MOLEX BRASIL LTDA.
Advogados: Drs. Luciana Almeida de Sousa e Outros
RECORRIDO: ELIANE LIMA CARVALHO
Advogados: Drs. Jocil da Silva Moraes e Outra
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT N° 8754/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, acolher a preliminar suscitada, para declarar nulo o julgado, determinando-se que sejam baixados os autos para continuação da fase instrutória, como determinado no Termo de Audiência a fl. 36/38, dando regular andamento no processo, conforme a fundamentação.

EMENTA: AUSÊNCIA DAS RAZÕES FINAIS E DA ÚLTIMA TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. ART. 850, DA CLT. NULIDADE Verificado que o Juízo primário não deu continuidade à audiência de instrução previamente determinada, não permitindo que as partes apresentassem as razões finais, sem a última tentativa de conciliação, em flagrante descumprimento às disposições do art. 850, da Consolidação das Leis do Trabalho, impõe-se declarar nulo o julgado, determinando-se a continuidade da fase instrutória.

81.

PROCESSO N° RO-1966/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Fabianni Ferreira Lopes
RECORRIDO: ANTÔNIO LIMA DOS SANTOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT N° 8791/2008

78. PROCESSO N° RO-10927/2007-003-11-00
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento para acolher a prescrição bienal e extinguir o processo com julgamento do mérito, conforme o art. 269, inciso IV do Código de Processo Civil, nos termos da fundamentação.

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO - PRESCRIÇÃO BIENAL

Considerando que o pacto laboral encerrou-se no dia 31.12.2004, conforme consta na inicial, tendo o reclamante ingressado com a reclamatória somente em 06.09.2007, extrapolando o prazo prescricional previsto no art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, merece acolhida a prescrição bienal suscitada pelo recorrente e pela douta representante do Órgão Ministerial.

82. PROCESSO Nº AP-0994/2005-052-11-01
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA
Advogados: Dra. Renata Cristina de Melo Delgado Ribeiro Fonseca
AGRAVADAS: MARLUCE MARIA DA SILVA COORSERV - COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8792/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo de Petição, por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que dava provimento parcial ao Apelo para determinar a aplicação aos juros de 0,5% ao mês.

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO - NORMA ESPECIAL - LEI N. 8.177/91 - JUROS DE 1% AO MÊS
O dispositivo constante do art. 39, §1º, da Lei n. 8.177/91, é norma específica a respeito da incidência dos juros (1% ao mês) nas condenações efetivadas pela Justiça do Trabalho. Logo, por ser regra especial sobre a matéria em epígrafe, deve ser aplicada ao presente feito, afastando assim as disposições do art. 1º-F, da Lei n. 9.494/97.

83. PROCESSO Nº AP-25865/2005-010-11-00
ORIGEM: 10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
Advogados: Dr. Daniel Octávio Silva Marinho
AGRAVADA: LÍDIA ALENCAR QUEIROZ
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8793/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo de Petição, negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada, na forma da fundamentação.

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO
Não há compensação das contribuições previdenciárias entre os INSS e IMPAS, ao apurar valores referentes às verbas rescisórias.

84. PROCESSO Nº RO-1814/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes
RECORRIDO: JAIRO CORRÊA RUBIM
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8800/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento para acolher a prescrição bienal e extinguir o processo com julgamento do mérito, conforme o art. 269, inciso IV do Código de Processo Civil, nos termos da fundamentação.

EMENTA: VÍNCULO - PRESCRIÇÃO

A intenção do Legislador, quanto ao disposto no artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal, foi no sentido de limitar a prescrição em dois anos após a extinção de qualquer tipo de vínculo empregatício entre patrão e empregado. Restando provado nos autos que o reclamante extrapolou o prazo estipulado em lei, correta a sentença primária que acolheu a prescrição do direito de Ação do reclamante, extinguindo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, IV, do Código de Processo Civil.

85. PROCESSO Nº RO-0583/2007-251-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE COARI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE COARI - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Drs. Aguinaldo José Mendes de Sousa e Outro
RECORRIDO: GILCIMAR DANTAS RIBEIRO
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8801/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que lhe dava provimento para acolher a nulidade do vínculo empregatício e restringir a condenação aos depósitos do FGTS.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

86. PROCESSO Nº RO-0538/2007-251-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE COARI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE COARI - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Drs. Aguinaldo José Mendes de Sousa e Outros
RECORRIDO: ITELVINO PRESTES DA SILVA
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8802/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que acolhia a nulidade do vínculo empregatício e restringia a condenação aos depósitos do FGTS.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - CONTRATAÇÃO IRREGULAR

A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

87. PROCESSO Nº RO-1686/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes
RECORRIDO: HERMES MANUEL ARTUR
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8803/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que lhe dava provimento para acolher a nulidade do vínculo empregatício e restringir a condenação aos depósitos do FGTS.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeito ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

88. PROCESSO Nº RO-1811/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Di Fabianni
Ferreira Lopes
RECORRIDO: WALLACE JÔNATAS APARÍCIO
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8833/2008

ACORDAM, os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento para acolher a prescrição bienal e extinguir o processo com julgamento do mérito, conforme o art. 269, inciso IV do Código de Processo Civil, nos termos da fundamentação.

EMENTA: VÍNCULO - PRESCRIÇÃO

A intenção do Legislador, quanto ao disposto no artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal, foi no sentido de limitar a prescrição em dois anos após a extinção de qualquer tipo de vínculo empregatício entre patrão e empregado. Restando provado nos autos que o reclamante extrapolou o prazo estipulado em lei, correta a sentença primária que acolheu a prescrição do direito de ação do reclamante, extinguindo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, IV, do Código de Processo Civil.

89. PROCESSO Nº RO-5296/2006-002-11-00
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: VIAÇÃO CIDADE DE MANAUS LTDA.
Advogados: Drs. Alberto Pedrini Júnior e Outra
RECORRIDO: RAIMUNDO XAVIER DE MENEZES
Advogados: Drs. Rodrigo Waughan de Lemos e Outra
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8842/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: HORAS EXTRAS

Correta a decisão primária que condenou a recorrente ao pagamento das horas extras, quando provado nos autos que o reclamante extrapolava a sua jornada diária, sem, contudo, perceber os valores atinentes à jornada suplementar.

90. PROCESSO Nº RO-9191/2007-012-11-00
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: RAIMUNDO SOARES DOS SANTOS (RECLAMANTE)
Advogados: Dr. Ademário do Rosário Azevedo
RECORRIDOS: SALVADOR MATIAS BELAS SOARES (RECLAMADO)
GRUPO BAIANO (LITISCON-SORTE)
Advogados: Drs. Edmilson das Neves Guerra e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8843/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: VÍNCULO - PRESCRIÇÃO

A intenção do Legislador, quanto ao disposto no artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal, foi no sentido de limitar a prescrição em dois anos após a extinção de qualquer tipo de vínculo empregatício entre patrão e empregado. Restando provado nos autos que o reclamante extrapolou o prazo estipulado em lei, correta a sentença primária que acolheu a prescrição do direito de ação do reclamante, extinguindo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, IV, do Código de Processo Civil.

91. PROCESSO Nº AP-1328/2005-053-11-00
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA
Advogados: Dra. Renata Cristina de Melo Delgado Ribeiro Fonseca
AGRAVADAS: EUDÁLIA ALVES BARBOSA
COORSERV - COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS
Advogados: Drs. José Gervásio da Cunha e Outros
Dr. Ronaldo Mauro Costa Paiva
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8844/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo de Petição, rejeitar a preliminar suscitada; e no mérito, por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que dava provimento parcial ao Apelo para determinar a aplicação aos juros de 0,5% ao mês.

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO - NORMA ESPECIAL LEI N. 8.177/91. JUROS DE 1% AO MÊS

O dispositivo constante do art. 39, §1º, da Lei n. 8.177/91, é norma específica a respeito da incidência dos juros (1% ao mês) nas condenações efetuadas pela Justiça do Trabalho. Logo, por ser regra especial sobre a matéria em epígrafe, tem prioridade em sua aplicação no presente feito, afastando assim as disposições do art. 1º-F, da Lei n. 9.494/97.

92. PROCESSO Nº AP-14141/2005-004-11-01
ORIGEM: 4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
AGRAVANTE: IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS
Advogados: Drs. Aliny Soares da Silva e Outros
AGRAVADO: BRUNO RODRIGUES DA COSTA
Advogados: Drs. Francisco Madson da Cunha Veras e Outra
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8852/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo de Petição, negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada, na forma da fundamentação.

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO

Sendo inconsistentes as alegações da agravante, resta evidenciada a improcedência do seu inconformismo, motivo pelo qual se nega provimento ao Recurso interposto.

93. PROCESSO Nº RO-15990/2006-013-11-00
ORIGEM: 13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: VANDERLEY TEIXEIRA DE SOUZA
Advogados: Drs. Danielle Nunes de Souto Castro e Outros
RECORRIDO: EUCATUR - EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
Advogados: Drs. Otacílio Negreiros Neto e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8891/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: HORAS EXTRAS

Verificado que a jornada de trabalho da reclamante foi corretamente registrada e paga nos contracheques, impõe-se a manutenção do julgado que indeferiu a jornada suplementar postulada.

94. PROCESSO Nº RO-11395/2007-001-11-00
ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: EDILSON DA SILVA MENDONÇA
Advogados: Drs. João Roberto da Silveira Tapajós e Outro
RECORRIDAS: FRÚTAL ALIMENTOS LTDA. (RECLAMADA)
L S COMERCIAL LTDA. (LITISCONSORTE)
Advogados: Dra. Ana Cláudia Castro de Holanda Oliveira
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8892/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: DANO MORAL

Verificado que o prejuízo sofrido pelo reclamante não decorreu de ação ou omissão da reclamada, mas pelo descumprimento pelo próprio obreiro de ordem expedida de seu superior em não tocar no maquinário, não há como responsabilizar a reclamada pelo infortúnio, visto que inexistente o nexo de causalidade.

95. PROCESSO Nº RO-11459/2007-002-11-00
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUSASHI DA AMAZÔNIA LTDA. (LITISCONSORTE)
Advogados: Dra. Débora Pureza Cotta Bisinoto
RECORRIDOS: RAIMUNDO NONATO ROSÁLIA DO NASCIMENTO (RECLAMANTE)
TROPICAL SERVIÇO DE VIGILÂNCIA LTDA. (RECLAMADA)
Advogados: Drs. Valter de Souza Neves e Outros
Dra. Sandra Henrique Calheiros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8893/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a indenização substitutiva do seguro-desemprego e os honorários advocatícios, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que não retirava o seguro-desemprego.

EMENTA: INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA DO SEGURO DESEMPREGO

Por ausência de suporte legal, deve ser excluída do cálculo de liquidação a indenização substitutiva do seguro-desemprego.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Incabível a condenação da verba honorária, ante a Súmula n. 219, do Tribunal Superior do Trabalho.

96. PROCESSO Nº RO-11541/2007-012-11-00
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: ESTADO DO AMAZONAS
JOSÉ ROBERTO SILVA AZEVEDO
Advogados: Dr. Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha
Drs. Maurício Pereira da Silva e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8895/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos recursos interpostos pelas partes, negar provimento ao recurso adesivo do reclamado; por maioria, dar provimento parcial ao recurso adesivo do reclamante para reformar a decisão singular, reconhecer o contrato de trabalho entre as partes e condenar o reclamado a pagar ao reclamante as parcelas decorrentes da dispensa imotivada relativas a: aviso prévio, 13º salário/2007 (7/12), férias 2006/2007 mais 1/3, FGTS (8%) de todo o período laborado, isto é, 01.04.2002 a 21.06.2007, mais a multa de 40%, bem como determinar que se proceda ao registro da CTPS do autor, com função, período e salários declinados na inicial. Tudo nos termos da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora), que

deferiria, ainda, a multa pelo atraso no pagamento da rescisão e as indenizações do seguro-desemprego e pelo não cadastramento no PIS; voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que negava provimento a ambos os recursos.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se o reclamante comprovadamente trabalhou para o Ente Público, com todas as características de empregado, deve ser reformada a decisão singular que não reconheceu a existência do Contrato de Trabalho, em obediência ao princípio basilar da primazia da realidade que vigora no Direito do Trabalho, bem como aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e valorização do trabalho.

97. PROCESSO Nº RO-11636/2007-013-11-00
ORIGEM: 13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE FONTE BOA - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dra. Danielle de Moraes Campos
RECORRIDO: CÍNTIA MARIA LIMA BOAES
Advogados: Drs. Pedro Barbosa de Araújo e Outra
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8896/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso interposto pelo reclamado; por maioria, negar-lhe provimento. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que lhe dava provimento para excluir as horas extras.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Quando o reclamado, apesar da existência de normas legais quanto à contratação no serviço público, admite, assalaria e dispensa o obreiro sem justo motivo, o resultado é o pagamento dos direitos trabalhistas previstos em Lei. Contudo, deve ser mantida a decisão singular que acolheu a nulidade da contratação, para não incorrer em reformatio in pejus.

98. PROCESSO Nº RO-10536/2007-006-11-00
ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: UNIÃO - SEÇÃO DE ARRECAÇÃO E COBRANÇA DE CRÉDITO DA PROCURA-DORIA GERAL FEDERAL
Dr. Paulo Gil Cabral
Advogados:
RECORRIDOS: PARQUE DEZ POINT COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
JOSÉ JAILSON FERREIRA DA SILVA
Advogados: Drs. José Amarilis Castelo Branco e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8897/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - Impõe-se a improcedência do apelo, por entender que no Acordo Judicial, constou determinação de recolhimento dos encargos previdenciários sobre o percentual de 20% sobre o valor do Acordo, sendo incabível a aplicação literal dos termos da Lei 8.212/91.

99. PROCESSO Nº RO-0641/2007-251-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE COARI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE COARI - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Drs. Aguinaldo José Mendes de Sousa e Outro
RECORRIDO: ROSILENE SALDANHA CORRÊA
Advogados: Drs.
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8898/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que lhe dava provimento para acolher a nulidade da contratação, por ausência de concurso público.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se a reclamante comprovadamente trabalhou para o Município reclamado, deve ser reconhecida a existência do contrato de trabalho, apesar da obreira não haver se submetido a concurso público.

100. PROCESSO Nº RO-11342/2007-017-11-00
ORIGEM: 17ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dr. Marsyl Oliveira Marques
RECORRIDOS: VERA LÚCIA LIMA DE OLIVEIRA COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs.
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8899/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário interposto pelo litisconsorte; por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e a indenização substitutiva do seguro-desemprego, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora), que lhe negava provimento; voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que extinguiu o processo sem resolução do mérito.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Considerando-se que no Direito do Trabalho o vínculo laboral é um contrato-realidade e, ainda, restando indubitável de que jamais existiu, dentro dos moldes legais, relação de cooperativismo entre o reclamante e a Cooperativa, deve ser mantida a decisão singular, que reconheceu a existência da relação de emprego com o Município, nos moldes estabelecidos na CLT, uma vez que foi este quem de fato usufruiu a força de trabalho do obreiro.

101. PROCESSO Nº RO-10912/2007-006-11-00
ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: CEZARINA MEIRELES DOS SANTOS
Advogados: Drs. Diogo da Rocha Lima e Outros
RECORRIDO: BISHOP BICHARRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
Advogados: Drs. José Higino de Sousa Netto e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8900/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1.º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS CONFIGURADORES - Ausentes os pressupostos do art. 3.º da CLT, configuradores da relação empregatícia, não há que se falar em modificação do julgado de 1º grau, que bem analisou a matéria e julgou improcedente a ação.

102. PROCESSO Nº RO-11730/2007-007-11-00
ORIGEM: 7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dr. José Carlos Rego Barros e Santos
RECORRIDO: MARIA ELISETE PAIVA DA ROCHA
Advogados: Drs.
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8901/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário, rejeitar a preliminar de incompetência da Justiça do Trabalho e, no mérito; por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação as indenizações substitutivas do seguro-desemprego e do PIS, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora), que lhe negava provimento; voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que lhe dava provimento para acolher a nulidade da contratação, por ausência de concurso público.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se a reclamante comprovadamente trabalhou para o Município, com todas as características de empregado, correto o reconhecimento da existência do Contrato de Trabalho, apesar da obreira não haver se submetido a concurso público, em obediência ao princípio basilar da primazia da realidade que vigora no Direito do Trabalho, bem como aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e valorização do trabalho.

103. PROCESSO Nº RO-10959/2007-005-11-00
ORIGEM: 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO
Advogados: Drs. Jefferson Cristophe de Lima Botelho e Outros
RECORRIDAS: MANAUS ENERGIA S/A FUNDAÇÃO CENTRO DE ANÁLISE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - FUCAPI
Advogados: Drs. Bairon Antônio do Nascimento Júnior e Outros
Drs. José Higino de Sousa Netto e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8902/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1.º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: ENQUADRAMENTO SINDICAL - Correto o posicionamento do magistrado de primeira instância, no sentido de que o entendimento doutrinário e jurisprudencial majoritário quanto ao enquadramento sindical se dá pela atividade primordial da empresa, razão pela quais contratos de prestação de serviço firmados com outras empresas não desnaturam a relação sindical previamente estabelecida. Recurso improvido.

104. PROCESSO Nº RO-31652/2003-011-11-00
ORIGEM: 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MARIA IRANETH DE OLIVEIRA
Advogados: Dras. Mariel Benaion Mello e Outra
RECORRIDO: GRADIENTE ELETRÔNICA S.A.
Advogados: Drs. Natasja Deschoolmeester e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8904/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: ACIDENTE DE TRABALHO - DANOS MATERIAIS E MORAIS O conjunto probatório não confirma que a incapacidade de trabalho da reclamante decorre de acidente de trabalho, eis que inexistentes os elementos a caracterizar a responsabilidade subjetiva do empregador (nexo causal e culpa), conforme preceituado no art. 7º, inciso XXVIII, da Constituição Federal. Recurso a que se nega provimento.

105. PROCESSO Nº RO-2871/2007-001-11-00
ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: ESTADO DO AMAZONAS - SESEG - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Advogados: Dr. Leonardo Prestes Martins
RECORRIDO: DEIZE MARINLY NUNES DE OLIVEIRA
Advogados: Drs. Ademário do Rosário Azevedo e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8905/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar a preliminar argüida; no mérito, por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que restringia a condenação aos depósitos fundiários.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO
A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

106. PROCESSO Nº RO-26495/2005-010-11-00
ORIGEM: 10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: JARLENE SILVA MENEZES
Advogados: Drs. Jaime Marques Brasil e Outros
RECORRIDAS: HEBRON S.A. - INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMA-CÊUTICAS QUESALON DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMA-CÊUTICOS LTDA.
Advogados: Dr. Marcelo da Costa Pinheiro Dra. Mariana Pereira Bastos
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8906/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO
Verificada a ausência dos elementos caracterizadores da relação de emprego, não há como se reconhecer o vínculo trabalhista entre as partes.

107. PROCESSO Nº AP-12195/2005-003-11-41
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
AGRAVANTE: BENCHIMOL IRMÃO & CIA. LTDA.
Advogados: Drs. Evandro Ezidro de Lima Régis e Outros
AGRAVADO: ROBERVAL PEREIRA SAMPAIO
Advogados: Drs. Tatiane de Paula Santos e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8907/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo de Petição, dar-lhe provimento para reformar a decisão a quo, determinando o retorno dos autos à Vara de Origem para julgamento do mérito dos Embargos à Execução.

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO. ERRO DE CÁLCULO
Constatado que os cálculos apresentam erro material, imperioso o reconhecimento, nos termos do artigo 833, da CLT.

108. PROCESSO Nº RO-2270/2007-053-11-00
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA
Advogados: Dra. Renata Cristina de Melo Delgado Ribeiro Fonseca
RECORRIDO: EROTIDES COSTA SARMENTO
Advogados: Dr. Jeová Leopoldo Feitosa
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8908/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar a preliminar de incompetência; no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO
A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

109. PROCESSO Nº RO-2536/2007-051-11-00
ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTE: JOSÉ OLIVEIRA SANTOS
Advogados: Drs. Luiz Travassos Duarte Neto e Outra

RECORRIDO: MUNICÍPIO DE CARACARAÍ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Edson Prado Barros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8909/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento para, reformando a r. sentença primária, reconhecer o vínculo empregatício e deferir as parcelas a título de: aviso prévio, 13º salário 1/12, férias proporcionais 6/12+1/3, FGTS 40%, mantendo a sentença a quo quanto ao FGTS 8% e anotação na CTPS, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que lhe negava provimento.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO
A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

110. PROCESSO Nº RO-0205/2006-008-11-00
ORIGEM: 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: SILVIA LOURDES REIS DOS SANTOS
Advogados: Drs. Josias da Silva Maurício e Outros
RECORRIDAS: CEMAZ INDÚSTRIA ELETRÔ-NICA DA AMAZÔNIA S.A. PLACIBRÁS DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogados: Drs. Raffo Lima Ramos e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8919/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: DANO MORAL
Evidenciada a ausência de nexos de causalidade entre a lesão sofrida e a atividade exercida pela reclamante, resta improcedente a pretensão da recorrente de ver deferido o pleito requerido na inicial.

111. PROCESSO Nº RO-2711/2007-052-11-00
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE CARACARAÍ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Edson Prado Barros
RECORRIDO: DANIEL SANTOS ARAÚJO
Advogados: Drs. Luiz Travassos Duarte Neto e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8920/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias, a indenização substitutiva do seguro-desemprego e a aplicação do art. 467, da CLT, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que acolhia a nulidade do vínculo empregatício e restringia a condenação aos depósitos do FGTS.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO
A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

112. PROCESSO Nº AP-0791/2005-052-11-01
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA
Advogados: Dra. Renata Cristina de Melo Delgado Ribeiro Fonseca

AGRAVADOS: EVÂNIO MOURÃO SILVA
COORSERV - COOPERATIVA
RORAIMENSE DE SERVIÇOS
Advogados: Drs. Marcos Antônio Carvalho
de Souza e Outro
Dr. Ronaldo Mauro Costa Paiva
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8921/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo de Petição, por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão agravada, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que dava provimento parcial ao Apelo para determinar a aplicação aos juros de 0,5% ao mês.

EMENTA: AGRAVO DE PETIÇÃO - NORMA ESPECIAL - LEI N. 8.177/91 - JUROS DE 1% AO MÊS
O dispositivo constante do art. 39, §1º, da Lei n. 8.177/91, é norma específica a respeito da incidência dos juros (1% ao mês) nas condenações efetuadas pela Justiça do Trabalho. Logo, por ser regra especial sobre a matéria em epígrafe, deve ser aplicada ao presente feito, afastando assim as disposições do art. 1º-F, da Lei n. 9.494/97.

113.

PROCESSO Nº RO-0026/2008-002-11-00
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: DANIEL DOS SANTOS ROCHA
Advogados: Drs. José Higino de Sousa Netto e Outros
RECORRIDO: SAMSUNG DISPLAY DEVICES DO BRASIL LTDA.
Advogados: Drs. Armando Cláudio Dias dos S. Júnior e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8933/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário; por maioria, dar-lhe provimento, a fim de determinar a baixa dos autos à Vara do Trabalho de origem, para regular instrução e apreciação, nos termos da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que negava provimento ao apelo.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO - Impõe-se a reforma da decisão que julgou extinto o processo sem resolução de mérito, por estar a petição inicial desacompanhada do instrumento procuratório, considerando que nessa Especializada não se aplica o rigor e formalismo do direito comum. Nestes casos, confere-se à parte prazo para juntada de instrumento procuratório, a teor da Súmula n.º 263 do TST.

114.

PROCESSO Nº RO-11147/2007-012-11-00
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dra. Andréa Vianez de Castro e Cavalcanti
RECORRIDAS: VANUZA BARRETO DOS SANTOS ALBUQUERQUE
COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs. Auristela Maria C. dos Santos da Costa e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8934/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário interposto pelo litisconsorte, rejeitar as preliminares argüidas; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e a indenização substitutiva do seguro-desemprego, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora), que lhe negava provimento; voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que lhe dava provimento para acolher a nulidade da contratação, por ausência de concurso público, restringindo a condenação aos depósitos do FGTS (8%).

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - Em princípio, quando da existência de cooperativas intermediando a mão-de-obra, o contrato de trabalho deve ser reconhecido com o Ente Público. Neste caso, porém, torna-se preferencial manter a condenação subsidiária do Município de Manaus, já que inexistente a possibilidade de reformatio in pejus.

115.

PROCESSO Nº RO-11360/2007-003-11-00
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dra. Annick Costa Monteiro
RECORRIDOS: GERALDO GOMES VIEIRA
COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs. Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8935/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário interposto pelo litisconsorte, rejeitar as preliminares argüidas; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e a indenização substitutiva do seguro-desemprego, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO, que lhe negava provimento; voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que extinguiu o processo sem resolução do mérito.

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - Em princípio, quando da existência de cooperativas intermediando a mão-de-obra, o contrato de trabalho deve ser reconhecido com o Ente Público. Neste caso, porém, torna-se preferencial manter a condenação subsidiária do Município de Manaus, já que inexistente a possibilidade de reformatio in pejus.

116.

PROCESSO Nº RO-11151/2007-017-11-00
ORIGEM: 17ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: CLÓVIS SOUZA ARAÚJO
Advogados: Drs. Sérgio Cunha Cavalcanti e Outros
RECORRIDAS: GR S/A
BIC AMAZÔNIA S/A
Advogados: Drs. Hirley Verçosa dos Santos e Outros
Drs. José Higino de Sousa Netto e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8936/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1.º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - Impõe-se a manutenção da decisão recorrida que indeferiu a indenização por danos morais em razão de acusação de furto, diante da ausência da caracterização do dano sofrido, nexa de causalidade e culpabilidade. Recurso improvido.

117.

PROCESSO Nº RO-3022/2007-053-11-00
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTE: GERALDO ALMEIDA DA CRUZ
Advogados: Drs. Luiz Travassos Duarte Neto e Outros
RECORRIDO: MUNICÍPIO DE CARACARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Edson Prado Barros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8937/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento para, reformando a r. sentença primária, reconhecer o vínculo empregatício deferir as parcelas de aviso prévio, 13º salário proporcional de 2006(11/12); férias 2005/2006 (na forma simples) + 1/3; férias proporcionais 2006 (10/12) limitando os pedidos + 1/3; FGTS 40% e assinatura na CTPS, mantendo a sentença a quo quanto ao FGTS 8%, na forma da fundamentação.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO
A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.
ROBSON GIL VIANA DE SOUZA
Advogados: Drs. José Alberto Maciel Dantas e Outros
Drs. Almério Ferreira Botelho e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8966/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região por unanimidade de votos, conhecer dos recursos, negar-lhes provimento para confirmar a decisão de 1.º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: CONTESTAÇÃO GÊNÉRICA - A impugnação aos fatos apontados na petição inicial deve ser expressa, a fim de que se estabeleça os limites objetivos da lide. A simples menção de que todos os pedidos do reclamante se encontram precisamente contestados, não se pode ter como contestação específica, pois imprescindível a indicação e a demonstração que um referido pedido não merece ser deferido.

CARGO DE CHEFIA - APLICAÇÃO DO INCISO II DO ARTIGO 62 DA CLT - Uma vez provado que o reclamante possuía poderes de mando e gestão, não sofrendo controle ou fiscalização de jornada na forma dos demais empregados e, recebendo remuneração majorada em relação aos demais para o exercício da função. Deve ser confirmado o Julgado singular que julgou improcedente as horas extras a 50% e 100%.

118. PROCESSO Nº RO-25206/2006-011-11-00
ORIGEM: 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Advogados: Dr. Paulo Gil Cabral
RECORRIDOS: ZAPPI CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
WALDIMIRO ALMEIDA DA SILVA
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8949/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - AVISO PRÉVIO INDENIZADO
O aviso prévio, quando indenizado, não integra o salário-de-contribuição do reclamante, conforme dispõe o art. 214, §9º, V, f), do Decreto n. 3.048, de 06 de maio de 1999 (Regulamento da Previdência Social).

122. PROCESSO Nº RO-2961/2007-051-11-00
ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A
Advogados: Drs. Walber David Aguiar e Outros
RECORRIDO: RODRIGO CORREIA DE MELO
Advogados: Drs. José Ribamar Abreu dos Santos e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8967/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1.º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: HORAS EXTRAS - PROVA - Considerando que o a obreira se desincumbiu a contento do ônus probatório que lhe competia no tocante a sobrejornada, nos termos do art. 818 do Texto Consolidado, correto o deferimento das horas laboradas em sobrejornada, nos limites definidos na sentença.

119. PROCESSO Nº RO-14478/2006-011-11-00
ORIGEM: 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: AUGUSTO RODRIGUES (RECLAMANTE)
Advogados: Drs. Carlos José Veiga Crespo e Outros
RECORRIDOS: G. B. CONSTRUÇÕES LTDA. (RECLAMADA)
MUNICÍPIO DE MANAUS - CÂMARA MUNICIPAL (LITISCONSORTE)
Advogados: Drs. Saul Rogério Ramos de Athayde e Outros
Drs. Illídio Barbosa Vieira de Carvalho Júnior e Outra
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8950/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO
Para que seja reconhecido o vínculo empregatício são necessários que estejam presentes os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º da CLT. No presente caso, não restou provada, nem mesmo a prestação de serviço, razão pela qual a decisão primária não merece qualquer reforma. Recurso Ordinário a que se nega provimento.

123. PROCESSO Nº RO-2147/2005-053-11-42
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTES: ESTADO DE RORAIMA
ADÉLIA FEITOSA SANTOS
Advogados: Dr. Eduardo Bezerra Vieira
Drs. Ronaldo Mauro Costa Paiva e Outra
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8968/2008

120. PROCESSO Nº RO-35149/2005-012-11-00
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: UNIÃO FEDERAL - ÓRGÃO DE ARRECADAÇÃO DA PRO-CURADORIA GERAL FEDERAL
Advogados: Dr. Paulo Gil Cabral
RECORRIDOS: HALLER RELÓGIOS DO BRASIL S.A.
JOÃO RODRIGUES DE SOUZA
Advogados: Dr. Nildo Nogueira Nunes
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8965/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - AVISO PRÉVIO INDENIZADO
O aviso prévio, quando indenizado, não integra o salário-de-contribuição do reclamante, conforme dispõe o art. 214, §9º, V, f), do Decreto n. 3.048, de 06 de maio de 1999 (Regulamento da Previdência Social).

121. PROCESSO Nº RO-10459/2007-003-11-00

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos recursos ordinários, rejeitar as preliminares argüidas pelo reclamado; no mérito, por maioria, negar provimento ao recurso do reclamado e dar provimento ao apelo da reclamante para reconhecer o vínculo empregatício, deferir-lhe a assinatura e baixa na CTPS e o pagamento das parcelas referentes a: aviso prévio indenizado, 13.º salário proporcional 2004 (1/12); férias simples de 2003/2004, e férias proporcionais (8/12), ambas acrescidas de 1/3, além da parcela do FGTS de todo o período trabalhado, acrescido da multa de 40%, com o devido reflexo sobre as verbas rescisórias deferidas, mantida obrigação de anotações na CTPS deferida em primeira instância. Custas pelo reclamado, isento, nos termos do artigo 790-A, I da CLT. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO(Relatora), que deferia, ainda, a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e a indenização substitutiva do seguro-desemprego; voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que negava provimento ao apelo da reclamante e dava provimento parcial ao recurso do reclamado para excluir da condenação as anotações na CTPS.

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Considerando-se que no Direito do Trabalho o vínculo laboral é um contrato-realidade e, ainda, restando indubitável ter o reclamante laborado com todas as características da figura de empregado, estabelecidos na CLT, deve ser reformada a decisão que não reconheceu a existência do contrato de trabalho.

124.

PROCESSO Nº RO-11251/2007-017-11-00
ORIGEM: 17ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: ESTADO DO AMAZONAS - SSP - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Advogados: Dra. Vivien Medina Noronha
RECORRIDOS: JOSÉ WANDERLEI PEREIRA DE OLIVEIRA
ESTADO DO AMAZONAS - SEPLAN - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
Advogados: Drs. Enéias de Paula Bezerra e Outro
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8969/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário do reclamado, rejeitar a preliminar de exceção de incompetência em razão da matéria; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e a indenização substitutiva do seguro-desemprego, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO(Relatora), que lhe negava provimento; voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que lhe dava provimento para acolher a nulidade da contratação, por ausência de concurso público, restringindo a condenação aos depósitos do FGTS(8%).

EMENTA: REGIME ESPECIAL - CONTRATO DE TRABALHO - A contratação pelo regime especial, na esfera pública, é válida somente se atendidos todos os pressupostos previstos em lei. Ultrapassados os limites legais, entre os quais, a natureza da função e lapso temporal, deve ser reconhecida a existência de um contrato sob a égide da CLT.

125.

PROCESSO Nº RO-11876/2007-013-11-00
ORIGEM: 13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: VALDECI BERNARDES MACE-DO
Advogados: Drs. Alberto da Silva Oliveira e Outros
RECORRIDO: ÁGUAS DO AMAZONAS S/A
Advogados: Drs. José Alberto Maciel Dantas e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8970/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1.º grau, na forma da fundamentação.

126.

PROCESSO Nº RO-2181/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE TABATINGA
Advogados: Drs. Vitório Henrique Cestaro e Outros
RECORRIDO: MESSIAS ARÉVALO DA COSTA
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8971/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que lhe dava provimento para acolher a nulidade do vínculo empregatício e restringir a condenação aos depósitos do FGTS.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

127.

PROCESSO Nº RO-1680/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes
RECORRIDO: ALDENEY ALBINO FLORES
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8972/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que lhe dava provimento para acolher a nulidade do vínculo empregatício e restringir a condenação aos depósitos do FGTS.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

128.

PROCESSO Nº RO-1970/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes
RECORRIDA: ZILA ALMEIDA DO NASCIMENTO
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8973/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento para acolher a prescrição e extinguir o processo com julgamento do mérito, na forma do art. 269, IV do Código de Processo Civil à exceção da anotação na CTPS, tudo na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que lhe dava provimento para julgar improcedente a reclamatória.

EMENTA: VÍNCULO - PRESCRIÇÃO

A intenção do Legislador, quanto ao disposto no artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal, foi no sentido de limitar a prescrição em dois anos após a extinção de qualquer tipo de vínculo empregatício entre patrão e empregado. Restando provado nos autos que a reclamante extrapolou o prazo estipulado em lei, correta a sentença primária que acolheu a prescrição do direito de ação da reclamante, extinguindo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, IV, do Código de Processo Civil.

129.

PROCESSO Nº RO-11474/2007-006-11-00
ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: ESTADO DO AMAZONAS - SSP - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Advogados: Dr. Alberto Bezerra de Melo
RECORRIDO: LINDOMAR SANTOS DE CASTRO
Advogados: Drs. Maurício Pereira da Silva e Outro
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8976/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar a preliminar suscitada; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias, a indenização substitutiva do seguro-desemprego e a regularização do PIS, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que acolhia a nulidade do vínculo empregatício e restringia a condenação aos depósitos do FGTS.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

130.

PROCESSO Nº RO-11477/2007-009-11-00
ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dra. Magdalena Araújo Pereira Ferreira
RECORRIDAS: ALESSANDRA KAREN DE LIMA GOMES COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs. Sérgio Cunha Cavalcanti e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8977/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a indenização substitutiva do seguro-desemprego, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO, que lhe negava provimento; voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que lhe dava provimento para acolher a nulidade da contratação, por ausência de concurso público, restringindo a condenação aos depósitos do FGTS (8%).

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - Em princípio, quando da existência de cooperativas intermediando a mão-de-obra, o contrato de trabalho deve ser reconhecido com o Ente Público. Neste caso, correta a decisão que reconheceu o vínculo empregatício diretamente com o Município de Manaus. Recurso improvido.

131.

PROCESSO Nº RO-11208/2007-009-11-00
ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: SOLTUR - SOLIMÕES TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
Advogados: Drs. Fabíola Adriane Monteiro Lucena e Outros
RECORRIDO: JORGE LUIZ DOS SANTOS
Advogados: Drs. Rodrigo Waughan de Lemos
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8978/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento parcial a fim de reduzir a indenização por danos morais para R\$10.000,00, nos termos da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO, que lhe negava provimento.

EMENTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - Impõe-se a manutenção da decisão recorrida que deferiu a indenização por danos morais em razão de acusação de ato ilícito, eis que devidamente comprovada e divulgada em público pela empresa reclamada. Recurso improvido.

132.

PROCESSO Nº RO-0261/2008-911-11-00
ORIGEM: 7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MANOEL VIANA FILHO
Advogados: Drs. Jocil da Silva Moraes e Outro
RECORRIDO: MANAUS ENERGIA S/A
Advogados: Drs. Bairon Antônio do Nascimento Júnior e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8979/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário interposto pelo reclamante e dar-lhe provimento para reformar a decisão monocrática e determinar a remessa dos autos ao MM. Juízo de Origem para reabertura da instrução processual, oportunidade às partes para a produção de todas provas legais permitidas em juízo e conseqüente análise e julgamento do mérito, como entender de direito. Tudo nos termos da fundamentação.

EMENTA: VÍCIO - INEXISTENTE - ANÁLISE DO MÉRITO - Se efetivamente não teve início a fase cognitiva nos autos, o acórdão exarado por esta Corte, fls. 138/140, não se ressentido do vício que lhe foi inquinado, logo, considerando-se as garantias constitucionais da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal, determina-se à baixa dos autos ao MM. Juízo de Origem para análise do mérito, como entender de direito.

133.

PROCESSO Nº RO-3889/2007-006-11-00
ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: NAILSON DOS REIS E SILVA VILLAGE ALIMENTO LTDA.
Advogados: Dr. Manoel Romão da Silva
Drs. José Higino de Sousa Netto e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8980/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos recursos; por maioria, dar provimento ao recurso do reclamante para deferir o pleito de FGTS + 40%, incidente sobre o valor de R\$ 300,00 "pago por fora", com repercussão nas verbas rescisórias; dar provimento parcial ao recurso da reclamada para retirar da condenação as férias 2002/2003, as horas extras de intervalo intrajornada e a multa por embargos protelatórios, conforme fundamentação, mantendo a decisão nos demais termos. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora), que não excluía as horas extras intervalares.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO - Impõe-se a reforma parcial da decisão, por restar devidamente comprovado nos autos através da prova testemunhal produzida pelo reclamante, o recebimento de pagamento "por fora" sendo procedente o pleito de FGTS + 40% incidente sobre tal valor, com repercussão nos consectários trabalhistas.

134.

PROCESSO Nº RO-0171/2008-017-11-00
ORIGEM: 17ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA
Advogados: Dra. Laura Rita Araújo Cardoso
RECORRIDO: CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
Advogados: Drs. Márcio Luiz Sordi e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8981/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por maioria de votos, não conhecer do Recurso Ordinário, por ilegitimidade passiva ad causam, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO, que afastava a preliminar para conhecer do Recurso.

EMENTA: COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA - ILEGITIMIDADE DE PARTE

A Comissão Intersindical de Conciliação Prévia não possui personalidade jurídica tratando-se de ente pertencente aos Sindicatos, e por via de consequência, capacidade processual para integrar o pólo ativo da demanda, devendo ser extinto o processo sem julgamento do mérito. Ultrapassada a preliminar, no mérito entende-se que as custas que embasam a ação de cobrança não são título executivo extrajudicial.

135. PROCESSO Nº RO-10844/2007-012-11-00
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: ÁGUAS DO AMAZONAS S.A.
ROSANA FONSECA PIMENTEL
Advogados: Drs. José Alberto Maciel
Dantas e Outros
Drs. Ademário do Rosário
Azevedo e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8982/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, rejeitando a preliminar de não conhecimento do Recurso Ordinário; no mérito, dar-lhes provimento parcial, ao Recurso Adesivo da reclamante para majorar a indenização por danos morais, fixando-a em R\$50.000,00; e ao Recurso Ordinário da reclamada para excluir da condenação o pleito de 15% de honorários advocatícios, mantendo a sentença nos demais termos, conforme a fundamentação.

EMENTA: DANOS MORAIS

Restando provado nos autos que a reclamada expôs a reclamante a constrangimento moral que veio a denegrir a sua imagem, tem-se caracterizado o dano, restando devida a indenização reparadora correspondente.

136. PROCESSO Nº RO-3065/2007-005-11-00
ORIGEM: 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: MUNICÍPIO DE MANAUS -
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - SEMED
(LITISCONSORTE)
LOURIVAL GARCIA GALVÃO
(RECLAMANTE)
Advogados: Dra. Andréa Vianez de Castro e
Cavalcanti
Drs. Júlio César de Almeida e
Outra
RECORRIDOS: OS MESMOS
COOTRASG - COOPERATIVA DE
TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL
LTDA.
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8983/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, negar provimento ao Apelo do reclamante; por maioria, dar provimento parcial ao Recurso do reclamado para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e a indenização substitutiva do seguro-desemprego, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que excluía apenas a multa do art. 477, da CLT.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - MUNICÍPIO DE MANAUS

O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT, e Súmula n. 331, do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

137. PROCESSO Nº RO-0656/2006-053-11-41
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTE: ESTADO DO AMAZONAS
Advogados: Dr. Marcelo de Sá Mendes
RECORRIDO: ROBERTO DE JESUS SOUSA

Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8984/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que lhe dava provimento parcial para excluir da condenação as anotações na CTPS.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao Estado a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante. Entretanto, para que não se configure a reformatio in pejus, mantenho a decisão primária, considerando tratar-se de Recurso do reclamado.

138. PROCESSO Nº RO-8418/2006-008-11-00
ORIGEM: 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: J. A. LEITE NAVEGAÇÃO LTDA.
Advogados: Dra. Leila de Oliveira Souza
RECORRIDAS: ALAÍDE LIMA VILAÇA
PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.
Advogados: Drs. Elaine Bezerra de Queiroz
Benayon e Outro
Drs. Sólton Angelim de Alencar
Ferreira e Outro
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8985/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: REVELIA E CONFISSÃO

Revel e confessa a reclamada, milita em favor da reclamante a presunção de veracidade dos fatos trazidos a Juízo, a autorizar o deferimento dos pleitos, na conformidade da lei.
DANOS MORAIS - OCORRÊNCIA
Ante a conduta inescusável da reclamada em negligenciar as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, configurada está sua culpa em não adotar procedimentos essenciais ao hígido meio ambiente de trabalho. Logo, faz jus a autora aos danos material e moral deferidos. Recurso a que se dá provimento parcial.

139. PROCESSO Nº RO-10608/2007-007-11-00
ORIGEM: 7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: LORENA PEREIRA SARKIS E SILVA
Advogados: Drs. Francinete Segadilha
França e Outros
RECORRIDO: FOXCONN DO BRASIL INDÚSTRIA E
COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA.
Advogados: Drs. José Alberto Maciel
Dantas e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8986/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: ACIDENTE DE TRABALHO - DANO MORAL

Não existindo provas nos autos, da existência do nexa causal entre o trabalho desempenhado pela empregada e o possível dano argüido, resta improcedente a pretensão da recorrente de ver deferidos os pleitos requeridos na inicial. Recurso Ordinário a que se nega provimento.

140. PROCESSO Nº RO-10479/2007-018-11-00
ORIGEM: 18ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MARCELO ALVES FERREIRA
Advogados: Drs. Júlio César de Almeida e
Outro
RECORRIDO: MUNICÍPIO DE MANAUS -
PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marsyl Oliveira Marques
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8987/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, fixar a competência da Justiça do Trabalho para julgar o feito; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento e com fundamento no art. 515, § 3º, do Código de Processo Civil, deferir os pedidos de aviso prévio, salário, férias, FGTS (8%+40%) sobre as verbas rescisórias, tomando como base o contracheque de fl.11, excluindo-se as parcelas de horas extras por não serem habituais, 13º salário e férias, improcedentes os demais pleitos, tudo na forma da fundamentação. As custas são fixadas tomando como base o valor arbitrado de R\$1.000,00, no importe de R\$20,00, das quais fica isento, na forma da lei. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que lhe negava provimento.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO
A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

141. PROCESSO Nº RO-5047/2007-013-11-00
ORIGEM: 13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: ESTADO DO AMAZONAS - SSP - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Advogados: Dr. Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha
RECORRIDOS: FELLIPE MOZART MENDONÇA DE ANDRADE
UNIVERSAL SERVIÇOS DIVER-SOS LTDA.
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8988/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento dos verbas rescisórias, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.
O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

142. PROCESSO Nº RO-24801/2004-008-11-00
ORIGEM: 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: CARMEN CELESTE DA SILVA SANTOS BANCO BRADESCO S/A
Advogados: Drs. Antonio Pinheiro de Oliveira e Outros
Drs. Elaine Peixoto Mattos e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8989/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos; por maioria, dar-lhes provimento parcial para, reformando a decisão de 1º grau, deferir à reclamante 1 (uma) hora de intervalo intrajornada, com adicional de 50%, com integração e reflexos legais, bem como para determinar a aplicação do parágrafo único do art. 479 da CLT, nos termos da Súmula n. 381, do Tribunal Superior do Trabalho, em relação à correção monetária, conforme a fundamentação, mantendo a sentença nos demais termos, inclusive quanto às custas. Voto parcialmente divergente do Exmo. Desembargador Federal EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO, que indeferia os reflexos do intervalo intrajornada.

EMENTA: INTERVALO INTRAJORNADA
O empregado, sujeito a uma jornada legal de 6 horas, que extrapola essa jornada, tem direito ao intervalo mínimo de 1 hora, cujo desrespeito obriga o empregador a remunerar o período correspondente como hora extraordinária, acrescida do adicional respectivo.

143. PROCESSO Nº RO-10380/2006-016-11-00
ORIGEM: 16ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

RECORRENTE: JERRY ARAÚJO VALE
Advogados: Drs. David Silva David e Outros
RECORRIDO: PHILIPS DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA.
Advogados: Drs. Sérgio Arnaldo Cruz de Oliveira e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8990/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa; no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: ESTABILIDADE PROVISÓRIA ACIDENTÁRIA
O empregado somente tem direito à estabilidade provisória acidentária após a percepção do referido auxílio, condição sine qua non para o aperfeiçoamento do seu direito, condição não implementada nos autos, pelo que não há falar em estabilidade provisória.
DANO MORAL - NEXO DE CAUSALIDADE
Para que seja caracterizado o dano moral, faz-se necessário a prova do nexo de causalidade entre a causa alegada - ato do empregador - e o prejuízo sofrido. Recurso a que se nega provimento.

144. PROCESSO Nº RXOF E RO-11179/2007-005-11-00
ORIGEM: 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO E SERVIÇO PÚBLICO - SEMOSB
Advogados: Dra. Cely Cristina dos Santos Pereira
RECORRIDOS: FRANCISCO EDNALDO PESSOA OLIVEIRA
MUNICÍPIO DE MANAUS - SEMULSP - SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA E SERVIÇO PÚBLICOS
Advogados: Drs. Nívea Maria M. da Costa Oliveira e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8991/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer da remessa oficial, por imperativo legal e do recurso voluntário interposto pelo reclamado, rejeitar as preliminares argüidas pelo reclamado; no mérito, por maioria, dar provimento parcial ao apelo para excluir da condenação as parcelas de horas extras, com integração e reflexos, intervalo intrajornada, com integração e reflexos, multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e indenização substitutiva do seguro-desemprego, mantendo a decisão de primeiro grau em todos os demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora), que não excluía a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e a indenização substitutiva do seguro-desemprego; voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que lhe dava provimento para acolher a nulidade da contratação, por ausência de concurso público.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se o reclamante comprovadamente trabalhou para o Município reclamado, deve ser reconhecida a existência do contrato de trabalho, apesar do obreiro não haver se submetido a concurso público.

145. PROCESSO Nº RO-8529/2007-012-11-00
ORIGEM: 12ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: PETROBRÁS - PETRÓLEO BRASILEIRO S/A
Advogados: Drs. Raimundo Rafael de Queiroz Neto e Outros
RECORRIDOS: JOSÉ JORGE ALVES DA SILVA TALENTO RECURSOS HUMANOS LTDA. SEB MANUTENÇÃO INDUS-TRIAL LTDA.
Advogados: Drs. Francisco Madson da Cunha Veras e Outros
Drs. Cíntia Martins de Souza e Outra
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8992/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário, rejeitar a preliminar de ilegitimidade de parte e; no mérito, por maioria, negar-lhe provimento para confirmar na íntegra a decisão recorrida, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal ANTÔNIO CARLOS MARINHO BEZERRA, que dava provimento ao apelo para excluir a recorrente da lide.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - Aplicação do § 1.º do art. 71, da Lei de Licitações, aos entes públicos, depende de comprovação de observância estrita das regras que regem o processo licitatório, não só no que diz respeito à habilitação jurídica e à idoneidade financeira, como também no que pertine ao cumprimento pelo contratado das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias. Não tendo a litisconsorte comprovado que o contrato resultou de regular procedimento licitatório e que cumpriu seu dever de fiscalizar a execução, mantém-se a responsabilização subsidiária.

146.

PROCESSO Nº RO-11347/2007-001-11-00
ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: EUCATUR - EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
Advogados: Drs. Fernando Borges de Moraes e Outros
RECORRIDO: FERNANDO BONATES JÚNIOR
Advogados: Dr. Felipe Lucachinski
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8993/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: CIPA - PROCESSO ELEITORAL NULO - GARANTIA DE REGISTRO - Segundo dicação do art. 163 Consolidado, a CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes deverá obedecer às instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, órgão a quem cabe sua respectiva regulamentação. Estabelecendo a NR-05 que mesmo nulo o processo eleitoral para eleição dos membros da referida comissão, ficam ressaltadas e garantidas as inscrições já realizadas, não há que falar em qualquer nulidade, ao argumento de que o ato não se reveste de forma prescrita em lei. Recurso improvido.

147.

PROCESSO Nº RO-11755/2007-015-11-00
ORIGEM: 15ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: KELLY CAVALCANTE ALVES
Advogados: Drs. Maurício Pereira da Silva e Outro
RECORRIDA: SILVEIRA SERVIÇOS E COMÉRCIO ODONTOLÓGICOS LTDA.
Advogados: Dr. Edmárie de Jesus Cavalcante
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8994/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO - INEXISTÊNCIA - Das provas carreadas aos autos extrai-se que entre as partes existiu vínculo empregatício, durante o período alegado, mas apenas um trabalho autônomo, com uma prestação de serviço e uma contraprestação em face da execução, não se enquadrando nos ditames legais insculpidos no art. 3.º, da CLT.

148.

PROCESSO Nº RO-11623/2007-002-11-00
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dra. Annick Costa Monteiro
RECORRIDAS: MARIA HELENA ARAÚJO GUERREIRO COOTRASC - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs. David Silva David e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8995/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso, rejeitar as preliminares argüidas; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação os honorários advocatícios, as multas dos arts. 467 e 477 da CLT e a indenização substitutiva do seguro desemprego, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora), que retirava do julgado apenas os honorários advocatícios e a multa do art. 467 da CLT; voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que extinguiu o processo sem julgamento do mérito.

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - Em princípio, quando da existência de cooperativas intermediando a mão-de-obra, o contrato de trabalho deve ser reconhecido com o Ente Público. Neste caso, porém, torna-se preferencial manter a condenação subsidiária do Município de Manaus, já que inexistente a possibilidade de reformatio in pejus.

149.

PROCESSO Nº RO-10756/2007-018-11-00
ORIGEM: 18ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: LG ELETRONICS DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogados: Drs. José Alberto Maciel Dantas e Outros
RECORRIDAS: ROSANA DE JESUS FEITOZA AMAZON PACK INDÚSTRIA DE COMPONENTES LTDA.
Advogados: Drs. José Maria Gomes da Costa e Outra
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8996/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso, rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam; no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a decisão singular em todos os seus fundamentos.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - Se restou incontroverso que entre a litisconsorte e a reclamada existiu um contrato para prestação de serviços e a terceirização da mão-de-obra da autora, bem como, que a reclamada era empresa inidônea, tanto que nada pagou ao reclamante nem sequer foi encontrada. Correto o Julgado singular que reconheceu a recorrente como parte legítima para figurar no pólo passivo da ação e a condenou de forma subsidiária, ao pagamento de verbas trabalhistas à reclamante, em conformidade com o Enunciado n.º 331, IV, do C. TST.

150.

PROCESSO Nº RO-11042/2007-013-11-00
ORIGEM: 13ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: DISBAM - DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS ANTARCTICA DE MANAUS LTDA.
Advogados: Drs. Natasja Deschoolmeester e Outros
RECORRIDOS: TELMO IJUMA ALVES FILH AMBEV - COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A
Advogados: Dr. Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8997/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: HORAS EXTRAS - Estando as partes de acordo quanto ao correto registro do cartão de ponto, existindo tais documentos nos autos, confirma-se a sentença que julgou procedente o pleito de horas extras, a apurar.

148.

PROCESSO Nº RO-11623/2007-002-11-00
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dra. Annick Costa Monteiro
RECORRIDAS: MARIA HELENA ARAÚJO GUERREIRO COOTRASC - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs. David Silva David e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 8995/2008

151.

PROCESSO Nº RO-0230/2008-052-11-00
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE RORAIMA - CER
Advogados: Dr. Eivaldo Sérgio da Silva
RECORRIDO: LEOPOLDO GOMES SECUNDINO
Advogados: Drs. Jaques Sonntag e Outra
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8998/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e a indenização substitutiva do seguro-desemprego, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que excluía, apenas, a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se a recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

152.

PROCESSO Nº RO-0091/2008-005-11-00
ORIGEM: 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: FG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REFEIÇÕES LTDA.
Advogados: Drs. Joaquim Donato Lopes Filho e Outro
RECORRIDO: ELIZABETH DE OLIVEIRA VIANA
Advogados: Dra. Renilda Guimarães do Valle
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 8999/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento para excluir da condenação a indenização por danos morais, nos termos da fundamentação. Custas pela reclamante calculadas sobre o valor arbitrado de R\$5.000,00, no importe de R\$100,00.

EMENTA: DANO MORAL - JUSTA CAUSA - INDENIZAÇÃO

Para que seja caracterizado o dano moral, faz-se necessário que o empregado seja ofendido em sua honra e dignidade, sem isso não há como prosperar a pretensão do recorrente em receber indenização por danos morais, não cabendo, no presente caso, o reconhecimento dos danos por presunção.

153.

PROCESSO Nº RO-0491/2007-201-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE MANACAPURU
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dra. Keila Regina de Almeida Sereno
RECORRIDO: MARILENE PONTES DOS ANJOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9000/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que lhe dava provimento para acolher a nulidade do vínculo empregatício e restringir a condenação aos depósitos do FGTS.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

154.

PROCESSO Nº RXOF E RO-11235/2007-002-11-00
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: ESTADO DO AMAZONAS - SSP - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Advogados: Dr. Leonardo Prestes Martins
RECORRIDO: ANTÔNIO LIMA DA SILVA
Advogados: Drs. Enéias de Paula Bezerra e Outro
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9001/2008

155.

PROCESSO Nº RO-10888/2006-005-11-00
ORIGEM: 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - FUA
Advogados: Dr. André Cheik Bessa
RECORRIDAS: SHIRLEY DA SILVA FARINHA CONSERVADORA UNIDOS LTDA.
Advogados: Drs. Júlio César de Almeida e Outra
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9003/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, por maioria, rejeitar a preliminar de submissão da demanda à Comissão de Conciliação Prévia; por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares suscitadas pelo recorrente; no mérito, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS (Relatora), que acolhia a preliminar de submissão da demanda à Comissão de Conciliação Prévia.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

A tomadora dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT, e Súmula n. 331, do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

156.

PROCESSO Nº RO-0255/2008-052-11-00
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTE: ESTADO DE RORAIMA
Advogados: Dra. Daniella Torres de Mello Bezerra
RECORRIDO: CARLOS EUGÊNIO DE CASTRO
Advogados: Dra. Ana Beatriz de Oliveira Rego
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9004/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar a preliminar de incompetência; no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

157.

PROCESSO Nº RO-1830/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes
RECORRIDO: LENINHA CAVALCANTE RUBEM
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9005/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: SALDO DE SALÁRIO - QUITAÇÃO - FATO EXTINTIVO - ÔNUS DA PROVA
A comprovação do fato extintivo do direito do autor - quitação do saldo de salário - é ônus que cabe ao empregador que o alegou. Não restando provado este, procedente será o pedido do reclamante. Inteligência do art. 333, II, do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho.

158. PROCESSO Nº RO-0648/2007-301-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TEFÉ
RECORRENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Advogados: Dr. Ivo Lopes Miranda
RECORRIDO: VALDOMERO DA SILVA MORAIS
Advogados: Dr. Klaus Oliveira de Queiroz
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9006/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO
A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se a recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

159. PROCESSO Nº RO-11399/2007-015-11-00
ORIGEM: 15ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dr. Joaquim Sampaio de Negreiros Neto
RECORRIDOS: MARIA RAIMUNDA NASCI-MENTO VIANA
COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Dra. Reinilda Guimarães do Valle
PROLATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9007/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que extinguiu o processo sem resolução do mérito.

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - Em princípio, quando da existência de cooperativas intermediando a mão-de-obra, o contrato de trabalho deve ser reconhecido com o Ente Público. Neste caso, correta a decisão que reconheceu o vínculo empregatício diretamente com o Município de Manaus. Recurso improvido.

160. PROCESSO Nº RO-0495/2007-201-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE MANACAPURU
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dra. Keila Regina de Almeida Sereno
RECORRIDO: VALDIR SILVA DE SOUZA
Advogados: Drs.
PROLATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9008/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que lhe dava provimento para acolher a nulidade da contratação, por ausência de concurso público, restringindo a condenação aos depósitos do FGTS (8%).

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se o reclamante comprovadamente trabalhou para o Município reclamado, deve ser reconhecida a existência do contrato de trabalho, apesar do obreiro não haver se submetido a concurso público.

161. PROCESSO Nº RO-11667/2007-004-11-00
ORIGEM: 4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS - CEAM (LITISCONSORTE)
Advogados: Drs. Alexandre Fleming Neves de Melo e Outros
RECORRIDOS: JOÃO TADEU DA SILVA BRANDÃO (RECLAMANTE)
ÚTIL TERCEIRIZAÇÃO LTDA. (RECLAMADA)
Advogados: Drs. David Silva David e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9009/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias, a indenização substitutiva do seguro-desemprego e aplicação do art. 467, da CLT, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que mantinha na condenação a indenização substitutiva do seguro-desemprego

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA
A tomadora dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

162. PROCESSO Nº RXOF E RO-11793/2007-015-11-00
ORIGEM: 15ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: ESTADO DO AMAZONAS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Advogados: Dra. Alzira Farias Almeida da Fonseca de Góes
RECORRIDO: LINO QUEIROZ DE OLIVEIRA NETO
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9010/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer da Remessa e do Recurso Ordinário, negar-lhes provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO
É competente a Justiça do Trabalho para dirimir lide entre trabalhador e ente público, quando houver desvirtuamento do regime especial, nos termos da Orientação Jurisprudencial n. 205, SDI- I, do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso a que se nega provimento.
VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO
A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

163. PROCESSO Nº RXOF E RO-2429/2007-008-11-00
ORIGEM: 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dra. Magdalena Araújo Pereira Ferreira
RECORRIDOS: SEBASTIÃO DA CONCEIÇÃO COOTRASG - COOPERATIVA DE

TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL
LTD.A.
Advogados: Drs. Jarí Vargas Filho e
Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9016/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, não conhecer da Remessa Oficial; conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar a preliminar suscitada; no mérito, por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e indenização substitutiva do seguro-desemprego, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que excluía, apenas, a multa constante do art. 477, da CLT.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

164.

PROCESSO Nº RO-11222/2006-018-11-00
ORIGEM: 18ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: BANCO ABN AMRO REAL S.A
BENEDITO LUCAS DE MOURA
Advogados: Drs. Izabelle Lima Assem e
Outros
Drs. Enilson Campos de Sousa e
Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9019/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, por maioria, dar-lhes provimento parcial para, reformando a sentença primária, determinar que a prescrição somente venha alcançar os pleitos anteriores a 1.4.2001, conceder 01 (uma) hora de intervalo intrajornada, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 307, da SBDI-I, do Tribunal Superior do Trabalho e excluir a indenização por danos morais, mantendo a sentença nos demais termos, conforme a fundamentação. Votos parcialmente divergentes do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que concedia apenas 30 minutos de intervalo intrajornada; do Exmo. Desembargador Federal EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO, que aplicava a prescrição da data do ajuizamento da sessão, indeferia os reflexos da hora intervalar e mantinha a sentença quanto à indenização por danos morais.

EMENTA: DANO MORAL - JUSTA CAUSA - INDENIZAÇÃO Para que seja caracterizado o dano moral, faz-se necessário que o empregado seja ofendido em sua honra e dignidade, sem isso não há como prosperar a pretensão do recorrente em receber indenização por danos morais.

JUSTA CAUSA

Comprovada, através do conjunto probatório, que a conduta do obreiro não configurou ato de improbidade ou mau procedimento, impõe-se à confirmação da anulação da justa causa aplicada, não merecendo prosperar o inconformismo do reclamado, em sede recursal.

HORAS EXTRAS - BANCÁRIO

Robustamente comprovado que o reclamante efetuava labor extraordinário, mantém-se a decisão primária que concedeu a jornada suplementar, eis que não se enquadrava na exceção do art. 62, II, da Consolidação das Leis do Trabalho.

165.

PROCESSO Nº RO-0288/2008-053-11-00
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTE: ESTADO DE RORAIMA
Advogados: Drs. Alexandre Machado de
Oliveira e Outros
RECORRIDO: MARIA ALICE DA SILVA SOUZA
Advogados: Dr. Silas Cabral de Araújo
Franco
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9022/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

166.

PROCESSO Nº RO-11518/2007-015-11-00
ORIGEM: 15ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: MUNICÍPIO DE MANAUS
ZÓZIMO BELEZA PASSOS
Advogados: Dr. Joaquim Sampaio de
Negreiros Neto
Drs. David Silva David e
Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
COOTRASG - COOPERATIVA DE
TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL
LTD.A.
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9044/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, rejeitar as preliminares suscitadas pelo litisconsorte; no mérito, por maioria, negar provimento ao apelo do litisconsorte e dar provimento parcial ao recurso do reclamante para deferir a dobra legal referente às férias 2001/2002, 2002/2003, 2003/2004 e 2004/2005, na forma da fundamentação.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

167.

PROCESSO Nº RO-11421/2007-015-11-00
ORIGEM: 15ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: MUNICÍPIO DE MANAUS -
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - SEMED
ANTÔNIO MARCOS DE CARVALHO
COSTA
Advogados: Drs. Cely Cristina dos Santos
Pereira e Outro
Drs. David da Silva David e
Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
COOTRASG - COOPERATIVA DE
TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL
LTD.A.
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9045/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, por maioria, negar provimento ao apelo do litisconsorte e dar provimento parcial ao Recurso do reclamante para deferir a dobra legal referente às férias dos períodos de 2001/2002, 2002/2003, 2003/2004, 2004/2005, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que concedia, ainda, a indenização substitutiva do seguro-desemprego.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

168.

PROCESSO Nº RO-24906/2005-009-11-00
ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: UNIÃO FEDERAL - INCRA -
INSTITUTO NACIONAL DE
COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
(LITISCONSORTE)

Advogados: Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
 RECORRIDAS: MARIA GESSY PEREIRA DE CARVALHO (RECLAMANTE) CONSERVADORA UNIDOS LTDA. (RECLAMADA)
 Advogados: Drs. José Maria Gomes da Costa e Outra
 RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9046/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar a preliminar argüida; no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA A tomadora dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiária pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho.

169.

PROCESSO Nº RXOF E RO-11274/2007-002-11-00
 ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
 RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED (LITISCONSORTE)
 Advogados: Dr. Daniel Octávio Silva Marinho
 RECORRIDAS: ROSANA PAES LOPES COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
 Advogados: Dras. Kelma Souza Lima e Outra
 RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9049/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, não conhecer da Remessa Oficial e conhecer do Recurso Ordinário; rejeitar as preliminares suscitadas e, no mérito, por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que lhe dava provimento para acolher a nulidade do vínculo empregatício e restringir a condenação aos depósitos do FGTS.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

170.

PROCESSO Nº RO-11441/2007-007-11-00
 ORIGEM: 7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
 RECORRENTES: ADAÍDES CARDOSO DA COSTA MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
 Advogados: Drs. Auristela Maria Cardoso dos Santos da Costa e Outros
 Dras. Andréa Vianez de Castro e Cavalcanti e Outra
 RECORRIDOS: OS MESMOS
 COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
 Advogados: Drs.
 RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9050/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA O tomador dos serviços, por não ter sabido escolher empresa idônea para firmar contrato de terceirização, torna-se responsável subsidiariamente pelos direitos trabalhistas dos empregados da prestadora. Teoria da culpa in eligendo, face à inadimplência do empregador direto, conforme dispõe o art. 455, da CLT e Súmula n. 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

171.

PROCESSO Nº AC-0641/2007-000-11-00
 ORIGEM: TRT DA 11ª REGIÃO
 REQUERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMATURÁ
 Advogados: Drs. Hugo Fernandes Levy Neto e Outro
 REQUERIDA: ROSELITA CASTELO BRANCO
 Advogados: Drs.
 RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9051/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, julgar procedente a Ação Cautelar, concedendo efeito suspensivo ao Recurso Ordinário, nos termos da fundamentação.

EMENTA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL - BLOQUEIO DE CRÉDITOS - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - IMPOSSIBILIDADE O Juiz deve estar atento para que o provimento antecipado de determinada tutela, com todo o caráter provisório que lhe é inerente, não possa traduzir prejuízo ainda maior, àquele que também é atingido por tal ordem; no presente caso, o Município, porque

o Código de Processo Civil assevera que, para a antecipação da tutela, deve estar configurado o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (periculum in mora), traduzindo manifestação, também, de que não possa configurar-se tal situação à parte requerida no processo. Ação Cautelar a que se dá provimento.

172.

PROCESSO Nº AC-0644/2007-000-11-00
 ORIGEM: TRT DA 11ª REGIÃO
 REQUERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMATURÁ
 Advogados: Drs. Hugo Fernandes Levy Neto e Outro
 REQUERIDO: ONEI FÉLIX REIS
 Advogados: Drs.
 RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9052/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, julgar procedente a Ação Cautelar, concedendo efeito suspensivo ao Recurso Ordinário, nos termos da fundamentação.

EMENTA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL - BLOQUEIO DE CRÉDITOS - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - IMPOSSIBILIDADE O Juiz deve estar atento para que o provimento antecipado de determinada tutela, com todo o caráter provisório que lhe é inerente, não possa traduzir prejuízo ainda maior, àquele que também é atingido por tal ordem; no presente caso, o Município, porque o Código de Processo Civil assevera que, para a antecipação da tutela, deve estar configurado o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (periculum in mora), traduzindo manifestação, também, de que não possa configurar-se tal situação à parte requerida no processo. Ação Cautelar a que se dá provimento.

173.

PROCESSO Nº AC-0632/2007-000-11-00
 ORIGEM: TRT DA 11ª REGIÃO
 REQUERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMATURÁ
 Advogados: Drs. Hugo Fernandes Levy Neto e Outro
 REQUERIDO: ALTUMIRO RODRIGUES RAMOS
 Advogados: Drs.
 RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9053/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, julgar procedente a Ação Cautelar, concedendo efeito suspensivo ao Recurso Ordinário, nos termos da fundamentação.

EMENTA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL - BLOQUEIO DE CRÉDITOS - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - IMPOSSIBILIDADE O Juiz deve estar atento para que o provimento antecipado de determinada tutela, com todo o caráter provisório que lhe é inerente, não possa traduzir prejuízo ainda maior, àquele que também é atingido por tal ordem; no presente caso, o Município, porque o Código de Processo Civil assevera que, para a antecipação da tutela, deve estar configurado o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (periculum in mora), traduzindo manifestação, também, de que não possa configurar-se tal situação à parte requerida no processo. Ação Cautelar a que se dá provimento.

174.

PROCESSO Nº AC-0628/2007-000-11-00
 ORIGEM: TRT DA 11ª REGIÃO

REQUERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMATURÁ
Advogados: Drs. Hugo Fernandes Levy Neto e Outros
REQUERIDO: CARMITO FÉLIX RUBEM
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9054/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, julgar procedente a Ação Cautelar, concedendo efeito suspensivo ao Recurso Ordinário, nos termos da fundamentação.

EMENTA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL - BLOQUEIO DE CRÉDITOS - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - IMPOSSIBILIDADE
O Juiz deve estar atento para que o provimento antecipado de determinada tutela, com todo o caráter provisório que lhe é inerente, não possa traduzir prejuízo ainda maior, àquele que também é atingido por tal ordem; no presente caso, o Município, porque o Código de Processo Civil assevera que, para a antecipação da tutela, deve estar configurado o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (periculum in mora), traduzindo manifestação, também, de que não possa configurar-se tal situação à parte requerida no processo. Ação Cautelar a que se dá provimento.

175.

PROCESSO Nº AC-0637/2007-000-11-00
ORIGEM: TRT DA 11ª REGIÃO
REQUERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMATURÁ
Advogados: Drs. Hugo Fernandes Levy Neto e Outro
REQUERIDO: LUÍS ANDRADE FRANCO
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9055/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, julgar procedente a Ação Cautelar, concedendo efeito suspensivo ao Recurso Ordinário, nos termos da fundamentação.

EMENTA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL - BLOQUEIO DE CRÉDITOS - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - IMPOSSIBILIDADE
O Juiz deve estar atento para que o provimento antecipado de determinada tutela, com todo o caráter provisório que lhe é inerente, não possa traduzir prejuízo ainda maior, àquele que também é atingido por tal ordem; no presente caso, o Município, porque o Código de Processo Civil assevera que, para a antecipação da tutela, deve estar configurado o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (periculum in mora), traduzindo manifestação, também, de que não possa configurar-se tal situação à parte requerida no processo. Ação Cautelar a que se dá provimento.

176.

PROCESSO Nº RO-11017/2007-019-11-00
ORIGEM: 19ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA
Advogados: Dr. Marsyl Oliveira Marques
RECORRIDA: MARIA DE NAZARÉ GUIMARÃES DOURADO
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9056/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar a preliminar argüida; no mérito, por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que lhe dava provimento para acolher a nulidade do vínculo empregatício, restringindo a condenação aos depósitos do FGTS.

EMENTA: INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO
É competente a Justiça do Trabalho para dirimir lide entre trabalhador e ente público, quando houver desvirtuamento do regime especial, nos termos da Orientação Jurisprudencial n. 205, SDI- I, do Tribunal Superior do Trabalho. Recurso a que se nega provimento.

177.

PROCESSO Nº RO-1701/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO

ICÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes
RECORRIDO: MARIA INÊS ARCANJO PINTO
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9057/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: SALDO DE SALÁRIO - QUITAÇÃO - FATO EXTINTIVO - ÔNUS DA PROVA
A comprovação do fato extintivo do direito do autor - quitação do saldo de salário - é ônus que cabe ao empregador que o alegou. Não restando provado este, procedente será o pedido do reclamante. Inteligência do art. 333, II, do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente ao processo do trabalho.

178.

PROCESSO Nº RO-0496/2007-201-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE MANACAPURU
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dra. Keila Regina de Almeida Sereno
RECORRIDA: MARIA MARTA DAMASCENO NOGUEIRA
Advogados: Drs.
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9058/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que lhe dava provimento para acolher a nulidade da contratação, por ausência de concurso público, restringindo a condenação aos depósitos do FGTS (8%).

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se a reclamante comprovadamente trabalhou para o Município reclamado, deve ser reconhecida a existência do contrato de trabalho, apesar da obreira não haver se submetido a concurso público. Recurso Improvido.

179.

PROCESSO Nº RO-10960/2007-016-11-00
ORIGEM: 16ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dr. Daniel Octávio Silva Marinho
RECORRIDAS: CONCEIÇÃO OLIVEIRA NASCIMENTO COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs. Sâmara da Silva Nóbrega e Outra
PROLATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9059/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais do Tribunal Regional do Trabalho de 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa rescisória e as indenizações substitutivas do seguro-desemprego e do PIS, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que extinguiu o processo sem resolução do mérito; voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO, que lhe negava provimento.

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - Em princípio, quando da existência de cooperativas intermediando a mão-de-obra, o contrato de trabalho deve ser reconhecido com o Ente Público. Neste caso, correta a decisão que reconheceu o vínculo empregatício diretamente com o Município de Manaus. Recurso improvido.

180.

PROCESSO Nº RO-1744/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ICÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes
RECORRIDO: JACKSON AUANÁRIO COMAPA
Advogados: Drs.

PROLATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9060/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que lhe dava provimento para julgar improcedente a reclamatória.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se o reclamante comprovadamente trabalhou para o Município reclamado, deve ser reconhecida a existência do contrato de trabalho, apesar do obreiro não haver se submetido a concurso público.

181.

PROCESSO Nº RO-1738/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes
RECORRIDO: RAIMUNDA FAÇANHA GARCIA
Advogados: Drs.
PROLATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9061/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que lhe dava provimento para julgar improcedente a reclamatória.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se a reclamante comprovadamente trabalhou para o Município reclamado, deve ser reconhecida a existência do contrato de trabalho, apesar da obreira não haver se submetido a concurso público.

182.

PROCESSO Nº RO-34084/2005-006-11-00
ORIGEM: 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: WAGNER JOSÉ GONÇALVES RAYTHEON BRASIL SISTEMAS DE INTEGRAÇÃO LTDA.
Advogados: Drs. Marco Lúcio Souto-Maior de Athayde e Outro
Drs. Márcio Luiz Sordi e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9086/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, negar provimento ao Recurso Ordinário do reclamante, posto que restou prejudicado diante da inexistência de vínculo empregatício e dar provimentos do Recurso Ordinário da reclamada para, reformando a r. sentença primária, excluir da condenação os pleitos concedidos, bem como os seus reflexos legais, julgando, conseqüentemente a reclamatória improcedente, conforme a fundamentação. Inverta-se o ônus da sucumbência, condenando o reclamante no recolhimento das custas processuais.

EMENTA: RECURSO DA RECLAMADA - VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Se a empresa assume a prestação do labor pelo reclamante, mas nega a existência de vínculo empregatício, atrai para si o ônus da prova. Considerando que para o reconhecimento do pacto laboral, não de estar presentes de forma concomitante, todos os pressupostos exigidos pelo artigo 3º, da CLT. Provada a insubordinação jurídica, principal elemento distintivo do contrato de trabalho, entendendo ausente a vinculação empregatícia entre as partes, restando improcedente a reclamatória. Recurso a que se dá provimento.

183.

PROCESSO Nº RO-3831/2007-008-11-00
ORIGEM: 8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES CANTO
Advogados: Dr. Marsyl Oliveira Marques
Drs. Ademário do Rosário Azevedo e Outros
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9087/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, rejeitar as preliminares argüidas; no mérito, negar provimento ao Apelo da reclamado, dar provimento parcial ao Recurso da reclamante para conceder o FGTS por todo o período laborado, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO

A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao Município a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

DANO MORAL - CONTRATAÇÃO IRREGULAR PELO PODER PÚBLICO

Para que seja imputado ao empregador a prática de ato passível de gerar indenização por dano moral, imperativo a comprovação da existência do ato ofensor e do nexó causal entre este ato e o dano experimentado pela parte ofendida. Inexistindo tal demonstrativo, descabe a indenização perseguida a título de dano moral.

184.

PROCESSO Nº RO-6059/2006-011-11-41
ORIGEM: 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM
Advogados: Drs. Luciana Almeida de Souza e Outros
RECORRIDO: ANDRÉA CATARINA BELÉM DE OLIVEIRA
Advogados: Drs. Antônio Ivan Olimpio da Silva e Outros
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9102/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar as preliminares suscitadas; no mérito, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a indenização por danos morais, julgar improcedente a reclamatória, na forma da fundamentação. Inverta-se o ônus da sucumbência.

EMENTA: DISPENSA SEM JUSTA CAUSA. DANO MORAL

A rescisão contratual de empregada pública sem a devida motivação, fere o princípio da legalidade, previsto no artigo 37, da Constituição Federal, a qual a Administração Indireta deve observância. A comprovação do dano moral deve restar robustamente provada, não se presumindo, diante da dispensa imotivada.

185.

PROCESSO Nº AC-0633/2007-000-11-00
ORIGEM: TRT DA 11ª REGIÃO
REQUERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMATURÁ
Advogados: Drs. Hugo Fernandes Levy Neto e Outro
REQUERIDA: MARIA IZABEL PINTO BARBOSA
Advogados: Dra. Djane Oliveira Marinho
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9103/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por maioria de votos, julgar procedente a Ação Cautelar, concedendo efeito suspensivo ao Recurso Ordinário, nos termos da fundamentação. Determinar, ainda, que sejam riscadas das razões recursais linha 34, da fl. 8 dos autos. Voto divergente do Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que julgava a ação improcedente.

EMENTA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL - BLOQUEIO DE CRÉDITOS - ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA - IMPOSSIBILIDADE

O Juiz deve estar atento para que o provimento antecipado de determinada tutela, com todo o caráter provisório que lhe é inerente, não possa traduzir prejuízo ainda maior do que àquele que também é atingido por tal ordem, no presente caso o Município, porque o Código de Processo Civil ao asseverar que, para a antecipação da tutela, deve estar configurado o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (periculum in mora), traduzindo manifestação, também, de que não possa configurar-se tal situação à parte requerida no processo. Ação Cautelar a que se dá provimento.

186.

PROCESSO Nº RO-10661/2007-010-11-00
ORIGEM: 10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: DESPAC DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Advogados: Drs. Daniel Silva Barroso e Outros
RECORRIDO: SOLENI DA SILVA SOUZA
Advogados: Drs. Maria Rosa Soares de Lima Ávila e Outro
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9104/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: DANOS MORAIS - OCORRÊNCIA
Ante a conduta inescusável da reclamada em negligenciar as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, configurada está sua culpa em não adotar procedimentos essenciais ao hígido meio ambiente de trabalho. Logo, faz jus a reclamante à respectiva indenização por dano moral e dano estético. Recurso a que se nega provimento.

187.

PROCESSO Nº RO-11213/2007-009-11-00
ORIGEM: 9ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: ESTADO DO AMAZONAS - SSP - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
Advogados: CHRISTIANE SERRÃO DE SOUZA
Dra. Simonete Gomes Santos
Drs. Eneias de Paula Bezerra e Outro
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9105/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, rejeitar a preliminar argüida; no mérito, negar provimento ao Apelo do reclamado; por maioria, dar provimento parcial ao Recurso da reclamante para, reformando a r. sentença primária, reconhecer o vínculo empregatício e deferir as parcelas de aviso prévio; 13º salário proporcional a 2007 (7/12), férias 2006/2007 + 1/3; FGTS (8%+40%) e assinatura e baixa na CTPS, na forma da fundamentação. Custas pelo reclamado, pelo acréscimo na condenação, no importe de R\$200,00, calculadas sobre o valor arbitrado de R\$10.000,00, das quais fica isento na forma da lei. Voto divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que negava provimento a ambos os Recursos.

EMENTA: VÍNCULO DE EMPREGO - NULIDADE DA CONTRATAÇÃO
A decretação de nulidade por descumprimento de Concurso, consoante determina o art. 37, II, da Constituição Federal, produzirá sempre efeitos ex nunc, ou seja, a partir da declaração, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício entre as partes, atribuindo-se ao recorrente a responsabilidade objetiva de garantir as verbas rescisórias, em virtude da impossibilidade de restituir-se às partes o status quo ante.

188.

PROCESSO Nº RO-0622/2007-101-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE PARINTINS
RECORRENTE: DERLI SANTIAGO PESSOA
Advogados: Dr. Aroldo Denis Magalhães Silva
RECORRIDO: ALVES E JANONI COMÉRCIO ATACADISTA DE CALÇADOS LTDA. (FRANCAL CALÇADOS)
Advogados: Dr. Flávio Josino da Costa Júnior
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT Nº 9106/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: DANO MATERIAL E MORAL. ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA
A responsabilidade do empregador em indenizar o dano moral que não decorrer de acidente de trabalho é subjetiva. O reclamante, por sua vez, não se desincumbiu do ônus de provar o prejuízo moral, nos moldes do art. 818, da CLT e art. 333, I, do Código de Processo Civil. Recurso a que se nega provimento.

189.

PROCESSO Nº RO-1702/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Di Fabianni
Ferreira Lopes
RECORRIDO: MARIA INÊS ARCANJO PINTO
Advogados: Drs.
PROLATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9107/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que lhe dava provimento para julgar improcedente a reclamatória.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se a reclamante comprovadamente trabalhou para o Município reclamado, deve ser reconhecida a existência do contrato de trabalho, apesar da obreira não haver se submetido a concurso público.

190.

PROCESSO Nº RO-1911/2007-016-11-00
ORIGEM: 16ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dr. Daniel Octávio Silva Marinho
RECORRIDOS: CARLOS SANTOS DA SILVA
COOTRASG - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA.
Advogados: Drs.
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9108/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e a indenização substitutiva do seguro-desemprego, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que extinguiu o processo sem resolução do mérito; voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO, que lhe negava provimento.

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - Em princípio, quando da existência de cooperativas intermediando a mão-de-obra, o contrato de trabalho deve ser reconhecido com o Ente Público. Neste caso, correta a decisão que reconheceu o vínculo empregatício diretamente com o Município de Manaus. Recurso improvido.

191.

PROCESSO Nº RO-1720/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Di Fabianni
Ferreira Lopes
RECORRIDO: LÚCIA COMAPÁ AUANÁRIO
Advogados: Drs.
PROLATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9109/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que lhe dava provimento para excluir da condenação o FGTS sobre o 13º salário, mantendo quanto ao saldo de salário e FGTS(8%) do período laborado.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se a reclamante comprovadamente trabalhou para o Município reclamado, deve ser reconhecida a existência do contrato de trabalho, apesar da obreira não haver se submetido a concurso público.

192.

PROCESSO Nº RXOF E RO-10802/2007-002-11-00
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dra. Annick Costa Monteiro

RECORRIDAS: SELMA PINHEIRO DA SILVA
COOTRASG - COOPERATIVA DE
TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL
LTDA.
Advogados: Drs. Rodrigo Waughan de Lemos
e Outros
PROLATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ
PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT N° 9110/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer da remessa oficial e do recurso ordinário; por maioria, rejeitar a preliminar de nulidade por julgamento extra petita, suscitada de ofício pela Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora); no mérito, ainda, por maioria, negar-lhes provimento para confirmar a decisão de 1.º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que extinguiu o processo sem julgamento do mérito.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - VÍNCULO EMPREGATÍCIO - Em análise da realidade fática, não resta dúvida de que jamais existiu, dentro dos moldes legais, relação de cooperativismo entre a reclamante e a Cooperativa. Esta apenas funcionou como empresa de interposição de mão-de-obra, com a finalidade de recrutar empregados, assim como a autora, para servir ao Município de Manaus, em atividade na qual seja possível a realização de concurso público.

193.

PROCESSO N° RO-11175/2007-004-11-00
ORIGEM: 4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: REGINA DOS SANTOS ALHO
PARQUE DEZ POINT COMÉRCIO DE
ALIMENTOS LTDA.
Advogados: Drs.
RECORRIDOS: OS MESMOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT N° 9111/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, negar-lhes provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: DANOS MORAIS
Assédio Moral é toda e qualquer conduta que caracteriza comportamento abusivo, freqüente e intencional, através de atitudes, gestos, palavras ou escritos, que possam ferir a integridade física ou psíquica de uma pessoa, vindo a por em risco o seu emprego ou degradando o seu ambiente de trabalho.

194.

PROCESSO N° RO-8934/2005-010-11-00
ORIGEM: 10ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DA
AMAZÔNIA - CNA
Advogados: Drs. Luciana Almeida de Sousa
e Outros
RECORRIDO: JOSÉ ROMULO FERNANDES DOS REIS
Advogados: Drs. Jocil da Silva Moraes e
Outra
RELATOR (A): SOLANGE MARIA SANTIAGO MORAIS

ACÓRDÃO TRT N° 9119/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da SEGUNDA TURMA do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, rejeitar as preliminares de interesse processual, possibilidade jurídica do pedido e impossibilidade da incidência do art. 461, do Código de Processo Civil e acolher a preliminar de inovação à lide; no mérito, dar-lhe provimento para excluir da condenação a indenização por danos morais e a multa aplicada nos Embargos de Declaração, mantendo inalterada a r. sentença primária nos demais termos, conforme a fundamentação. Custas pela reclamada sobre o valor arbitrado de R\$10.000,00, no importe de R\$200,00.

EMENTA: DANO MORAL. INEXISTÊNCIA DE AÇÃO OU OMISSÃO DO EMPREGADOR. NEXO CAUSAL NÃO CONFIGURADO
Para responsabilizar o empregador pelos danos experimentados pelo obreiro, é imprescindível a existência de ação ou omissão. Inexistindo o liame lógico entre o ato (ou omissão) da reclamada e a enfermidade do reclamante, não há como responsabilizá-la, por ausência do nexo de causalidade.

195.

PROCESSO N° RO-7063/2007-016-11-00
ORIGEM: 16ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE MANAUS -
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Dr. Joaquim Sampaio de
Negreiros Neto

RECORRIDAS: ELLEM MARA BALBY DE LIMA
COOTRASG - COOPERATIVA DE
TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL
LTDA.
Advogados: Dr. Ernesto Alberto Leite
Barbosa
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ
PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT N° 9125/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa rescisória e o seguro-desemprego, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que extinguiu o processo sem resolução do mérito; voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO, que lhe negava provimento.

EMENTA: VÍNCULO EMPREGATÍCIO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA - Em princípio, quando da existência de cooperativas intermediando a mão-de-obra, o contrato de trabalho deve ser reconhecido com o Ente Público. Neste caso, porém, torna-se preferencial manter a condenação subsidiária do Município de Manaus, já que inexistente a possibilidade de reformatio in pejus.

196.

PROCESSO N° RO-0592/2007-251-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE COARI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE COARI -
PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Agnaldo José Mendes de
Sousa
RECORRIDO: MIRIAN RODRIGUES DE SOUZA
Advogados: Drs.
PROLATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ
PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT N° 9126/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que lhe dava provimento para acolher a nulidade da contratação, por ausência de concurso público, restringindo a condenação aos depósitos do FGTS (8%).

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se a reclamante comprovadamente trabalhou para o Município reclamado, deve ser reconhecida a existência do contrato de trabalho, apesar da obreira não haver se submetido a concurso público.

197.

PROCESSO N° RO-2306/2007-007-11-00
ORIGEM: 7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: ELSILVIA PINTO FREIRE
MUNICÍPIO DE MANAUS -
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - SEMED
Advogados: Drs. Auristela Maria C. dos
Santos da Costa e Outros
Drs. Andréa Vianez de Castro e
Cavalcanti
RECORRIDOS: OS MESMOS
COOTRASG - COOPERATIVA DE
TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL
LTDA.
Advogados: Drs.
PROLATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ
PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT N° 9127/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer dos recursos; por maioria, negar provimento ao apelo do reclamado e dar provimento parcial ao recurso da reclamante para, reformando a sentença primária, reconhecer o vínculo de emprego e deferir as parcelas, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que dava provimento ao apelo do reclamado para extinguir o processo sem julgamento do mérito; voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO, que deveria, ainda, a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e a indenização substitutiva do seguro-desemprego.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Considerando-se que no Direito do Trabalho o vínculo laboral é um contrato-realidade e, ainda, restando indubitável de que jamais existiu, dentro dos moldes legais, relação de cooperativismo entre a reclamante e a Cooperativa, deve ser reformada a decisão singular, para que seja reconhecida a existência da relação de emprego com o Estado, nos moldes estabelecidos na CLT, uma vez que foi este quem de fato usufruiu da força de trabalho da obreira.

PROCESSO Nº RO-1823/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Di Fabianni
Ferreira Lopes
RECORRIDO: RUBEM ALBINO SANTOS
Advogados: Drs.
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9182/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que lhe dava provimento para julgar improcedente a reclamatória.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se o reclamante comprovadamente trabalha para o Município reclamado, apesar de não haver se submetido a concurso público, tem direito de receber as parcelas salariais devidas.

198.

PROCESSO Nº RO-1999/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Marcus Di Fabianni
Ferreira Lopes
RECORRIDO: RAIMUNDO MANUEL FRANCISCO
Advogados: Drs.
PROLATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9128/2008

ACORDAM os Desembargadores da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que lhe dava provimento para julgar improcedente a reclamatória.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se o reclamante comprovadamente trabalhou para o Município reclamado, deve ser reconhecida a existência do contrato de trabalho, apesar do obreiro não haver se submetido a concurso público.

202.

PROCESSO Nº RO-0506/2007-201-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE MANACAPURU
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dra. Keila Regina de Almeida Sereno
RECORRIDO: ALBERTA DA LUZ DANTAS PACHECO
Advogados: Drs.
PROLATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9183/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que lhe dava provimento para acolher a nulidade da contratação, por ausência de concurso público, restringindo a condenação aos depósitos do FGTS (8%).

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se a reclamante comprovadamente trabalhou para o Município reclamado, deve ser reconhecida a existência do contrato de trabalho, apesar da obreira não haver se submetido a concurso público.

199.

PROCESSO Nº RO-0181/2007-301-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TEFÉ
RECORRENTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
Advogados: Dr. Ivo Lopes Miranda
RECORRIDOS: SANDRO CONDE DE OLIVEIRA
FUNDAÇÃO SÃO JORGE
Advogados: Dra. Danielle Rufino Alves Betesek
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9180/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que acolhia a nulidade da contratação por ausência de concurso público, restringindo a condenação a 8% do FGTS.

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se a reclamante trabalhou para a demandada, com todas as características da figura do empregado, deve ser mantida a decisão que reconheceu a existência do contrato de trabalho.

203.

PROCESSO Nº RO-0687/2007-251-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE COARI
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE COARI - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dr. Agnaldo José Mendes de Sousa
RECORRIDO: MARIA ROSINEIDE LOPES FEITOSA
Advogados: Drs.
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9184/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que lhe dava provimento para acolher a nulidade da contratação, por ausência de concurso público, restringindo a condenação aos depósitos do FGTS (8%).

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Quando o reclamado, apesar da existência de normas legais quanto à contratação no serviço público, admite, assalariada e dispensa o obreiro sem justo motivo, o resultado é o pagamento dos direitos trabalhistas previstos em Lei. Recurso improvido.

200.

PROCESSO Nº RO-0481/2007-201-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE MANACAPURU
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dra. Keila Regina de Almeida Sereno
RECORRIDO: FRANCISCA EDINI DE SOUZA SANTOS
Advogados: Drs.
PROLATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9181/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que lhe dava provimento para acolher a nulidade da contratação, por ausência de concurso público, restringindo a condenação aos depósitos do FGTS (8%).

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se a reclamante comprovadamente trabalhou para o Município reclamado, deve ser reconhecida a existência do contrato de trabalho, apesar da obreira não haver se submetido a concurso público. Recurso Improvido.

204.

PROCESSO Nº RO-0502/2007-201-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE MANACAPURU
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE NOVO AIRÃO - PREFEITURA MUNICIPAL
Advogados: Dra. Keila Regina de Almeida Sereno
RECORRIDA: DENIR NOGUEIRA DA LUZ
Advogados: Drs.
PROLATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9185/2008

201.

ACORDAM os Desembargadores Federais da 1.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ (Relatora), que lhe dava provimento para acolher a nulidade da contratação, por ausência de concurso público, restringindo a condenação aos depósitos do FGTS (8%).

EMENTA: CONTRATO DE TRABALHO - Se a reclamante comprovadamente trabalhou para o Município reclamado, deve ser reconhecida a existência do contrato de trabalho, apesar da obreira não haver se submetido a concurso público. Recurso Improvido.

205. PROCESSO Nº RO-21158/2006-005-11-00
ORIGEM: 5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: MONARK DA AMAZÔNIA S/A
Advogados: Drs. Vasco Pereira do Amaral e Outros
RECORRIDO: ADALBERTO GARCIA COLARES
Advogados: Drs. Jocil da Silva Moraes e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9188/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, conhecer do recurso ordinário; por maioria, dar-lhe provimento parcial para retirar da condenação a multa por embargos procrastinatórios e aplicar a Súmula 381 do TST, quanto à correção monetária, bem como, reduzir o valor da indenização por danos morais para R\$ 50.000,00, e excluir a pensão mensal no percentual de 20% do valor do salário contribuição, mantendo a sentença quanto aos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO (Relatora), que mantinha na condenação a pensão mensal.

EMENTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - Impõe-se a confirmação da decisão recorrida que deferiu a indenização por danos morais eis que restou comprovado o nexo de causalidade entre a atividade desenvolvida pelo obreiro e o dano causado. Aplicando-se ao caso a teoria da responsabilidade civil objetiva, conforme disposto no parágrafo único do art. 927 do CCB.

206. PROCESSO Nº RO-11010/2007-007-11-00
ORIGEM: 7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: M. A. CASONI PURCHIO
OCRIM S/A - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS
Advogados: Drs. José Higino de Sousa Netto e Outros
RECORRIDO: OSIAS PEREIRA LIMA
Advogados: Drs. Júlio César de Almeida e Outros
RELATOR (A): VERA LÚCIA CÂMARA DE SÁ PEIXOTO

ACÓRDÃO TRT Nº 9189/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais do Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso ordinário da litisconsorte, porque deserto; conhecer do recurso ordinário da reclamada; por maioria, dar-lhe provimento parcial para reduzir o número de horas extras para 3 horas diárias e observar que aplicação da correção monetária se dê na forma da Súmula 381, do C. TST, mantendo-se a decisão em seus demais termos, de acordo com a fundamentação. Voto parcialmente divergente da Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que julgava improcedente o pleito de horas extras.

EMENTA: PROVA - AVALIAÇÃO - A valoração da prova testemunhal é ato que se insere no poder discricionário do juiz, a quem compete atribuir maior ou menor eficácia a determinado depoimento, de acordo com a impressão causada pela testemunha ao prestar suas declarações. Ao magistrado, ainda, é dada a liberdade para valorar a prova e formar sua convicção, fazendo prevalecer os meios de prova que, no confronto dos elementos ou fatos constantes nos autos, forem mais idôneos e próximos do objeto do litígio.

207. PROCESSO Nº RO-1731/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMATURÁ
Advogados: Drs. Hugo Fernandes Levy Neto e Robert Merril York Júnior
RECORRIDO: GRACILENE RABELO PESSOA
Advogados: Dra. Djane Oliveira Marinho

RELATOR (A): EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO

ACÓRDÃO TRT Nº 9461/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da Segunda Turma e membro convocado da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Primeira Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento parcial para efeito de excluir da condenação a verba honorária, na forma da fundamentação.

EMENTA: Deve ser reformada em parte a sentença para excluir da condenação o saldo de salário, que se encontra abrangido pela prescrição; bem como os honorários advocatícios, visto que não foi requerido na inicial e, ainda, por força da orientação contida na Súmula 329, do Tribunal Superior do Trabalho.

208. PROCESSO Nº RO-1300/2006-053-11-00
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTE: ESTADO DE RORAIMA
Advogados: Drs. Marcelo de Sá Mendes e Outros
RECORRIDAS: MARIA GILSETE CARVALHO FILGUEIRAS
COOPROMEDE - COOPERA-TIVA DOS PROFISSIONAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE RORAIMA
Advogados: Dr. Marcos Antonio Carvalho de Souza
RELATOR (A): EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO

ACÓRDÃO TRT Nº 9462/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Primeira Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhe provimento parcial para excluir da condenação a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias e a indenização substitutiva do seguro-desemprego, mantendo a decisão de primeiro grau em seus demais termos, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, membro convocado da Primeira Turma, que lhe dava provimento para acolher a nulidade da contratação, por ausência de concurso público; voto parcialmente divergente do Exmo. Desembargador Federal DAVID ALVES DE MELLO JÚNIOR, que excluía, tão-somente a multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias.

EMENTA: Diante da contratação sem observância dos requisitos legais para o regime de trabalho cooperativado, deve ser confirmada a sentença que decidiu pela vinculação empregatícia com a Cooperativa e a responsabilidade subsidiária do Estado de Roraima, na forma do Enunciado 331, IV, do Tribunal Superior do Trabalho.

209. PROCESSO Nº RO-0254/2007-051-11-00
ORIGEM: 1ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTE: MARIA ROSIENE DA SILVA SOUZA
Advogados: Dr. José Carlos Barbosa Cavalcante
RECORRIDOS: ESTADO DE RORAIMA
COORSERV - COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS
Advogados: Drs. Alexandre Machado de Oliveira e Outros
RELATOR (A): EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO

ACÓRDÃO TRT Nº 9463/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da Segunda Turma e membro convocado da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Primeira Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento para efeito apenas de afastar a prescrição e determinar a remessa dos autos à Vara de origem para julgar o mérito como entender de direito, nos termos da fundamentação.

EMENTA: Deve ser reformada a sentença para rejeitar a prescrição, diante da comprovação das reclamações anteriores que interromperam o prazo prescricional.

210. PROCESSO Nº RO-1307/2006-053-11-00
ORIGEM: 3ª VARA DO TRABALHO DE BOA VISTA
RECORRENTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA - PREFEITURA MUNICIPAL (LITISCONSORTE)
Advogados: Dra. Renata Cristina de Melo Delgado Ribeiro Fonseca e Outros
RECORRIDAS: MARIA GORETE FERREIRA LIMA
COORSERV - COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS
Advogados: Dr. José Carlos Barbosa Cavalcante
RELATOR (A): EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO

ACÓRDÃO TRT Nº 9467/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da Segunda Turma e do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Primeira Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário; por maioria, negar-lhe provimento para manter inalterada a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação. Voto divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, membro da 1ª Turma, convocada.

EMENTA: Diante da contratação sem observância dos requisitos legais para o regime de trabalho cooperativado, deve ser confirmada a sentença que decidiu pela vinculação empregatícia com a Cooperativa, com responsabilidade subsidiária do Município litisconsorte, na forma do Enunciado 331, IV, do Tribunal Superior do Trabalho.

211.

PROCESSO Nº RO-10910/2007-017-11-00
ORIGEM: 17ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTES: ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SUSAM
Advogados: FRANCISCA ALMEIDA DE SOUZA
Dr. Leonardo Prestes Martins
Drs. Ademário do Rosário Azevedo e Outros
RECORRIDOS: FRANCISCA ALMEIDA DE SOUZA - ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SUSAM
Advogados: Drs. Ademário do Rosário Azevedo e Outros
Dr. Leonardo Prestes Martins
RELATOR (A): EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO

ACÓRDÃO TRT Nº 9468/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Primeira Região, por unanimidade de votos, conhecer dos Recursos, negar-lhes provimento para manter inalterada a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: Deve ser confirmada a sentença que julgou improcedente o pedido de indenização por dano moral, visto que a simples demissão, ainda que desfundamentada, não guarda relação causal com qualquer dano, por tratar-se de uma faculdade do empregador. A indenização por dano moral somente é devida nos casos de demonstração inequívoca de sofrimento causado por violação da honra e da imagem do obreiro, conforme previsto no art. 5.º, inciso X, da Constituição Federal.

212.

PROCESSO Nº RO-10882/2007-004-11-00
ORIGEM: 4ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: ESTADO DO AMAZONAS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Advogados: Dr. Alberto Bezerra de Melo
RECORRIDO: FRANCISCO NERES DA SILVA
Advogados: Drs. Luiz de Souza Júnior e Maria Tereza de Almeida Cruz
RELATOR (A): EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO

ACÓRDÃO TRT Nº 9469/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da Segunda Turma e membro convocado da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Primeira Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para manter inalterada a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: Deve ser confirmada a sentença que deferiu apenas os valores correspondentes ao fundo de garantia, visto que as demais parcelas pleiteadas passaram em julgado por não estarem abrangidas pelo efeito devolutivo recursal.

213.

PROCESSO Nº RO-10710/2007-002-11-00
ORIGEM: 2ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
RECORRENTE: LUIZ CARLOS BARBOSA DE SOUZA
Advogados: Dr. Marcos Antônio Martins Afonso
RECORRIDO: ELIAS MARTINS DA SILVA
Advogados: Drs. Tânia Maria dos Santos e Outros
RELATOR (A): EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO

ACÓRDÃO TRT Nº 9470/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da Segunda Turma e membro convocado da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Primeira Região, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão de 1º grau, na forma da fundamentação.

EMENTA: HORAS EXTRAS. Ao autor cabe o encargo probatório da prestação de trabalho em sobrejornada. Não se desincumbindo desse mister, confirma-se a sentença que julgou improcedente as horas extras e os reflexos postulados.

214.

PROCESSO Nº RXOF E RO-1726/2007-351-11-00
ORIGEM: VARA DO TRABALHO DE TABATINGA
RECORRENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMATURÁ
Advogados: Drs. Hugo Fernandes Levy Neto e Robert Merrill York Júnior
LUIZ ANDRADE FRANCO
RECORRIDO:
Advogados: Dra. Djane Oliveira Marinho
RELATOR (A): EDUARDO BARBOSA PENNA RIBEIRO

ACÓRDÃO TRT Nº 9471/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais da Segunda Turma e membro convocado da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Primeira Região, por unanimidade de votos, conhecer da Remessa Oficial e do Recurso Ordinário; por maioria, dar-lhes provimento para considerar prescrito o direito à percepção do saldo de salário e excluir da condenação a verba honorária, mantendo a sentença nos demais termos, na forma da fundamentação. Voto parcialmente divergente da Exma. Desembargadora Federal VALDENYRA FARIAS THOMÉ, que excluía, ainda, a antecipação de tutela referente ao FGTS.

EMENTA: Deve ser reformada em parte a sentença para excluir da condenação o saldo de salário, que se encontra abrangido pela prescrição; bem como os honorários advocatícios, visto que não foi requerido na inicial e, ainda, por força da orientação contida na Súmula 329, do Tribunal Superior do Trabalho.

Eu, _____ Isaura Pereira de Souza, Técnico Judiciário, lavrei este Edital.

Manaus 21 de agosto de 2008.

Sandya Gonçalves Xavier do Amaral Melo
Diretora do Serviço Processual

VISTO:

Floripes d' Albuquerque V. Lima
Diretora da Secretaria de Coordenação Judiciária

ORIGINAL ASSINADO

De ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora Federal Presidente deste Tribunal, faço saber que em 13.08.2008 foi assinado o seguinte Acórdão:

01.

PROCESSO Nº RO-32998/2005-011-11-00 -
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
ORIGEM: 11ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS
EMBARGANTE: EUCATUR - EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Advogados: Drs.: Otacilio Negreiros Neto e Outros
EMBARGADO: FRANCISCO RODRIGUES PINTO
Advogados: Drs. Carlos Alberto Gomes Henrique e Outro
RELATOR (A): ADILSON MACIEL DANTAS

ACÓRDÃO TRT Nº 5219/2008

ACORDAM os Desembargadores Federais e Juizes do Trabalho Convocados, por unanimidade, conhecer dos Embargos e Dar-lhes PROVIMENTO PARCIAL para o fim de esclarecer a matéria de prequestionamento quanto à suposta violação ao disposto no artigo 144 da Constituição, rejeitando os demais argumentos da embargante por já estarem devidamente contidos nas razões de fundo do v. acórdão embargado.

EMENTA: Embargos parcialmente providos para o fim de esclarecer a matéria de prequestionamento quanto à alegação de violação ao disposto no artigo 144 da Constituição.

Eu, _____ Sérgio de Souza Pantoja, Técnico Judiciário, lavrei este Edital.

Manaus, 18 de agosto de 2008.

Sandya Gonçalves Xavier do Amaral Melo
Diretora do Serviço Processual

ORIGINAL ASSINADO

VISTO:
Floripes d' Albuquerque V. Lima
Diretora da Secretaria de Coordenação Judiciária

3ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

3ª Vara do Trabalho de Manaus
AV.DJALMA BATISTA, 98 A ,PARQUE DEZ DE NOVEMBRO - - MANAUS - AM - 69020090

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRAZO DE 5(CINCO) DIAS No 378/2008

Processo : 00085-2008-003-11-00-0

Reclamante: EDILEUSA SANTOS DE MOURA
Reclamado: CONSTRUTORA TERRA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA
O(a) doutor(a) KARLA YACY CARLOS DA SILVA, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 3ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) CONSTRUTORA TERRA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: TOMAR CIÊNCIA DA DECISÃO, NO PRAZO DE LEI: Em face de todo o exposto e do mais que dos autos consta, com fundamento nos artigos 269, I e 520, VII do CPC, julgo TOTALMENTE PROCEDENTE e antecipo nesta oportunidade os efeitos da tutela, ora procedendo à baixa na CTPS da reclamante, com data de 15/07/2004. Julgo ainda, procedente o pedido, deferindo o levantamento do valor de R\$ 170,11, acrescidos de juros, através de alvará, que será entregue à reclamante pela Secretaria da Vara. Defiro o pedido de Justiça Gratuita. Custas pela reclamada, arbitradas sobre R\$ 170,11, na quantia de R\$3,40. Ciente a reclamante. Notifique-se a reclamada. E, para constar, foi lavrado o presente termo. ab

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 21 de agosto de 2008. Eu, _____, MARIA ARMINDA FONSECA BASTOS, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
KARLA YACY CARLOS DA SILVA
JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 5(CINCO) DIAS No 380/2008

Processo : 11379-2007-003-11-00-7

Exequente: UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Executado: PRAXIS ENGENHARIA LTDA
O(a) doutor(a) KARLA YACY CARLOS DA SILVA, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 3ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) PRAXIS ENGENHARIA LTDA, Executado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 22.299,38 (vinte e dois mil e duzentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos) atualizado em 01/08/2008, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:
Princ. Corrigido R\$ 22.299,38
Tot dev ao Reclte R\$ 22.299,38
Total Devido R\$ 22.299,38

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 21 de agosto de 2008. Eu, _____, MARIA ARMINDA FONSECA BASTOS, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
KARLA YACY CARLOS DA SILVA
JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRAZO DE 5(CINCO) DIAS No 381/2008

Processo : 00047-2008-003-11-00-8

Reclamante: VALDECIR VANZELER DE CASTRO
Advogado(a): LOUISE MARTINEZ ALMEIDA
Reclamado: NOR TERCEIRIZACAO LTDA
O(a) doutor(a) KARLA YACY CARLOS DA SILVA, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 3ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) NOR TERCEIRIZACAO LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO, NO PRAZO DE LEI: I - Homologo os cálculos de encargos de fls. 103, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos; II - Homologo o acordo celebrado entre as partes constante das fls. 100/101, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos; III - Custas pela reclamada no valor de R\$100,00, para cujo recolhimento deverá ser notificada; IV - Deverá a reclamada, quando da quitação total do acordo, comprovar o recolhimento dos encargos previdenciários no valor de R\$152,94, conforme demonstrativo de fls. 103V - Fica estabelecida multa de 50% sobre o valor total do acordo em caso de inadimplência; VI - Ficam as partes advertidas de que a quitação do referido acordo, somente será considerada válida, se o pagamento for efetuado na própria Secretaria da Vara; Dê-se ciência às partes.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa

Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 21 de agosto de 2008. Eu, _____, MARIA ARMINDA FONSECA BASTOS, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
KARLA YACY CARLOS DA SILVA
JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INAUGURAL
PRAZO DE 5(CINCO) DIAS
No 350/2008**

Processo : 00171-2008-003-11-00-3

Reclamante: HUMBERTO MANOEL DAS NEVES
Advogado(a): LOUISE MARTINEZ ALMEIDA
Reclamado: EDMILSON GOMES DA SILVA
Data da próxima audiência: 04/09/2008 às 08:10
O(a) doutor(a) KARLA YACY CARLOS DA SILVA, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 3ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) EDMILSON GOMES DA SILVA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: fica(m) notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural. Nessa audiência V. Sa. devera oferecer as provas que julgar necessarias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O nao comparecimento de V. Sa. a referida audiência, importara o julgamento da questao a sua revelia e na aplicacao da pena de confissao quanto a materia de fato. OBS: TOMAR CIÊNCIA DO ADITAMENTO À INICIAL.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 06 de agosto de 2008. Eu, _____, MARIA ARMINDA FONSECA BASTOS, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
KARLA YACY CARLOS DA SILVA
JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 5(CINCO) DIAS No 382/2008

Processo : 19840-1998-003-11-00-8

Exequente: VALDIRA FILGUEIRA DE FREITAS
Executado: BRH-SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA
O(a) doutor(a) KARLA YACY CARLOS DA SILVA, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 3ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) BRH-SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA, Executado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 4.764,88 (quatro mil e setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos) atualizado em 01/08/2008, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:
Princ. Corrigido R\$ 4.634,71
I.R R\$ 140,34
INSS Reclamante R\$ 10,41
Tot dev ao Reclte R\$ 4.483,96
INSS Patronal R\$ 37,48
Custas Conhecimento R\$ 92,69
Total Devido R\$ 4.764,88

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 21 de agosto de 2008. Eu, _____, MARIA ARMINDA FONSECA BASTOS, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
KARLA YACY CARLOS DA SILVA
JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

5ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

5ª Vara do Trabalho de Manaus
AV.DJALMA BATISTA, 98 A ,PARQUE DEZ DE NOVEMBRO - - MANAUS - AM - 69000000

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRAZO DE 5(CINCO) DIAS No 376/2008

Processo : 11727-2007-005-11-00-9

Reclamante: SHIRLEY DA SILVA COSTA
Advogado(a): RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS
Reclamado: COOTRASG-COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA
O(a) doutor(a) HUMBERTO FOLZ DE OLIVEIRA, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 5ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOTRASG-COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: TOMAR CIÊNCIA DE QUE foi prolatada a Sentença de Mérito e interposição de Recurso Ordinário pela litisconsorte

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 21 de agosto de 2008. Eu, _____, ELAINE CRISTINE MELO DE OLIVEIRA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):
HUMBERTO FOLZ DE OLIVEIRA
JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INAUGURAL**PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS**
No 232/2008**Processo : 00330-2008-005-11-00-2**Reclamante: VERA LUCIA FERREIRA DE SOUZA
Advogado(a): REINILDA GUIMARÃES DO VALLE
Reclamado: COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA(COOTRASAG)

Data da próxima audiência: 11/11/2008 às 08:00

O(a) doutor(a) HUMBERTO FOLZ DE OLIVEIRA, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 5ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA(COOTRASAG), RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: fica(m) notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural. Nessa audiência V. Sa. devera oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O não comparecimento de V. Sa. a referida audiência, importará o julgamento da questão a sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto a matéria de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 10 de junho de 2008. Eu, _____, ELAINE CRISTINE MELO DE OLIVEIRA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

HUMBERTO FOLZ DE OLIVEIRA
JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)**EDITAL DE CITAÇÃO****PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS**
No 377/2008**Processo : 19913-2004-005-11-00-3**Exequente: NELSON DE OLIVEIRA RAMOS
Executado: PAULO RUBENS LACERDA

O(a) doutor(a) HUMBERTO FOLZ DE OLIVEIRA, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 5ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) PAULO RUBENS LACERDA, Executado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 3.589,81 (três mil e quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e um centavos) atualizado em 27/11/2006, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:Princ. Corrigido R\$ 3.589,81
Tot dev ao Reclte R\$ 3.589,81
Total Devido R\$ 3.589,81

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 21 de agosto de 2008. Eu, _____, ELAINE CRISTINE MELO DE OLIVEIRA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

HUMBERTO FOLZ DE OLIVEIRA
JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)**6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS**6ª Vara do Trabalho de Manaus
AV. DJALMA BATISTA, 98 A, PARQUE DEZ DE NOVEMBRO - - MANAUS - AM - 66050100**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INAUGURAL**
PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS
No 475/2008**Processo : 00993-2008-006-11-00-3**Reclamante: ERICA VALENTE COELHO
Reclamado: GLORIA SOUSA & CIA LTDA

Data da próxima audiência: 02/10/2008 às 09:40

O(a) doutor(a) ADILSON MACIEL DANTAS, JUIZ(A) DO TRABALHO da 6ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) GLORIA SOUSA & CIA LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: fica(m) notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural. Nessa audiência V. Sa. devera oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O não comparecimento de V. Sa. a referida audiência, importará o julgamento da questão a sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto a matéria de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 21 de agosto de 2008. Eu, _____, JOVELITA THOMÉ ARAUJO, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ADILSON MACIEL DANTAS
JUIZ(A) DO TRABALHO**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PENHORA - EM DINHEIRO****No 448/2008****Processo : 11344-2007-006-11-00-7**Exequente: ALFREDO ALCEBIANES BARRETO NETO
Advogado(a): ROGÉRIO OLIVEIRA DO VALLE
Executado: LIMPABRAS LIMPEZA E CONSERVACAO LTDAO(a) doutor(a) ADILSON MACIEL DANTAS, JUIZ(A) DO TRABALHO da 6ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.
Descrição: PENHORA ON-LINE EFETUADA ATRAVÉS DO SISTEMA BACEN-JUD, NO VALOR DE R\$ 11.264,30 (ONZE MIL, DUZENTOS E SESENTA E QUATRO REAIS E TRINTA CENTAVOS), À DISPOSIÇÃO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS NA CONTA JUDICIAL Nº 01516165-1, NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (PAB/FÓRUM TRABALHISTA).
Localização do Bem: Manaus - AM
Valor: 11.264,30

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica INTIMADA A EXECUTADA, atualmente em lugar incerto e não sabido, nos autos do Processo supra, no prazo de 05 (cinco) dias, para, querendo, manifestar-se QUANTO À PENHORA ACIMA DESCRITA. Assim sendo, para que chegue ao conhecimento da executada é passado o presente EDITAL, que deverá ser publicado no Diário Oficial e afixado no lugar de costume na Sede deste Juízo.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 14 de agosto de 2008. Eu, _____, JOVELITA THOMÉ ARAUJO, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

ADILSON MACIEL DANTAS
JUIZ(A) DO TRABALHO**7ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS**7ª Vara do Trabalho de Manaus
AV. DJALMA BATISTA, 98 A, PARQUE DEZ DE NOVEMBRO - - MANAUS - AM - 69020090**EDITAL DE CITAÇÃO****PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS**
No 480/2008**Processo : 30210-2005-007-11-00-0**Exequente: CARLOS EDMILSON DA CUNHA RAMOS
Advogado(a): FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS

Executado: PAULA DE JESUS RODRIGUES

Advogado(a): ROGERIO OLIVEIRA DO VALLE

O(a) doutor(a) MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, JUIZ(A) DO TRABALHO da 7ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) PAULA DE JESUS RODRIGUES, Executado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 1.159,74 (hum mil e cento e cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos) atualizado em 30/06/2008, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:INSS Patronal R\$ 1.142,97
Custas Execução R\$ 16,77
Total Devido R\$ 1.159,74

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 21 de agosto de 2008. Eu, _____, SUZIMAR FERREIRA BRAGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES
JUIZ(A) DO TRABALHO**EDITAL DE CITAÇÃO****PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS**
No 481/2008**Processo : 28101-2006-007-11-00-3**Exequente: MARIA BARBOSA DEMETRIO
Advogado(a): ELVES MARTINS TRAVASSOS

Executado: FRANCISCO DAS CHAGAS FREIRE DO NASCIMENTO

O(a) doutor(a) MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES, JUIZ(A) DO TRABALHO da 7ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) FRANCISCO DAS CHAGAS FREIRE DO NASCIMENTO, Executado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 3.054,21 (três mil e cinquenta e quatro reais e vinte e um centavos) atualizado em 31/05/2008, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:Princ. Corrigido R\$ 2.846,87
Tot dev ao Reclte R\$ 2.846,87
INSS Patronal R\$ 144,66
Custas Execução R\$ 26,20
Contrib.Social 0,5% R\$ 36,48

Total Devido R\$ 3.054,21

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 21 de agosto de 2008. Eu, _____, SUZIMAR FERREIRA BRAGA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

MARIA DE FÁTIMA NEVES LOPES
JUIZ(A) DO TRABALHO**8ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS**8ª Vara do Trabalho de Manaus
AV. DJALMA BATISTA, 98 A, PARQUE DEZ DE NOVEMBRO - - MANAUS - AM - 69020090**EDITAL DE CITAÇÃO****PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS**
No 269/2008

Processo : 04788-2004-008-11-00-6

Exequente: HEMERSON DENNER DA SILVA ARAUJO
Advogado(a): EXPEDITO BEZERRA MOURÃO
Executado: MANAUSCOL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
O(a) doutor(a) SAMIRA MÁRCIA ZAMAGNA AKEL, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 8ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica citado(a) MANAUSCOL DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, Executado nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para pagar em 48 (QUARENTA E OITO) horas ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de R\$ 8.742,12(oito mil e setecentos e quarenta e dois reais e doze centavos) atualizado em 31/08/2007, correspondente ao Principal e Juros devidos nos termos da decisão proferida no referido Processo.

RESUMO:

Princ. Corrigido R\$ 8.742,12

Tot dev ao Reclte R\$ 8.742,12

Total Devido R\$ 8.742,12

Caso não pague, nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à Penhora em tantos bens quanto bastem para o integral pagamento da dívida.

REFERIDO VALOR DEVERÁ SER ATUALIZADO, QUANDO DA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de agosto de 2008. Eu, _____, AUGUSTO SALDANHA BEZERRA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

SAMIRA MÁRCIA ZAMAGNA AKEL

JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**PRAZO DE 5(CINCO) DIAS****No 270/2008****Processo : 11901-2007-008-11-00-2**

Reclamante: MARIA NEIDE VIANA MIRANDA
Advogado(a): REINILDA GUIMARÃES DO VALLE
Reclamado: COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA
O(a) doutor(a) SAMIRA MÁRCIA ZAMAGNA AKEL, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 8ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: a fim de tomar ciência da sentença de mérito e CONTRA-ARRAZOAR RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO LITISCONSORTE, QUERENDO, NO PRAZO DE LEI. Decisão a seguir transcrita: CONCLUSÃO: Ante o exposto, DECIDO REJEITAR AS PRELIMINARES SUSCITADAS E, NO MÉRITO, JULGAR PROCEDENTE A AÇÃO, PARA EFEITO DE CONDENAR A COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL LTDA. E, SUBSIDIARIAMENTE, O MUNICÍPIO DE MANAUS e PREFEITURA MUNICIPAL e SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMED A PAGAREM A MARIA NEIDE VIANA MIRANDA A QUANTIA DE R\$-11.527,17, A TÍTULO DE AVISO PRÉVIO, 13º SALÁRIOS, FÉRIAS ACRESCIDAS DE UM TERÇO, FGTS DO PERÍODO (8%+40%), MULTA PREVISTA NO ART. 477, DA CLT E INDENIZAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO. APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DESTA DECISÃO, A 1ª RECLAMADA DEVERÁ PROCEDER ÀS ANOTAÇÕES DO CONTRATO DE TRABALHO NA CTPS DA AUTORA, NOS TERMOS DA INICIAL, SOB PENA DE SEREM FEITAS PELA SECRETARIA DESTA JUÍZO, COMPROVANDO OS RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS RESPECTIVOS, SOB PENA DE EXECUÇÃO EM FAVOR DA PREVIDÊNCIA SOCIAL QUE, POR SUA VEZ, EXPEDIRÁ A CERTIDÃO COM A AVERBAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO E DE CONTRIBUIÇÃO DA AUTORA, DA MANEIRA RECONHECIDA NESTA SENTENÇA, PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS. ASSEGURADOS JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA, DESCONTOS FISCAIS E INCIDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA, NA FORMA DA LEI. TUDO NOS EXATOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. DECLARO A AUTORA BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE NA BUSCA DA TUTELA JURISDICIONAL, PARA OS EFEITOS DE DIREITO. Custas de R\$-230,54, pelos Réus, calculadas sobre o valor da condenação, estando o MUNICÍPIO isento de recolhimento, na forma da Lei. CIENTES AS PARTES, o Município através de sua preposta. Para constar, foi lavrado este termo que vai assinado pelo Juiz Titular e pelo Diretor de Secretaria. /jamg.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 18 de agosto de 2008. Eu, _____, AUGUSTO SALDANHA BEZERRA, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

SAMIRA MÁRCIA ZAMAGNA AKEL

JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

14ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

14ª Vara do Trabalho de Manaus
AV. DJALMA BATISTA, 98 A, PARQUE DEZ DE NOVEMBRO - - MANAUS - AM - 69020090

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**PRAZO DE 5(CINCO) DIAS****No 227/2008****Processo : 07463-2007-014-11-00-0**

Reclamante: REGINALDO VASCONCELOS DE LIMA
Advogado(a): JOSE CARLOS PEREIRA DO VALLE
Reclamado: COOTRASG-COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA

O(a) doutor(a) SÂMARA CHRISTINA SOUZA NOGUEIRA, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 14ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOTRASG-COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: TOMAR CIENCIA DA SENTENÇA DE MÉRITO, CUJO TEOR SEGUE ABAIXO TRANSCRITO:III e CONCLUSÃO Por estes fundamentos, e por tudo o mais que dos autos conste, DECIDO JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTES todos os pedidos formulados por REGINALDO VASCONCELOS DE LIMA para o fim de ABSOLVER a reclamada COOTRASG e COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL de pagar ao reclamante qualquer dos pedidos líquidos e ilíquidos constantes na inicial.TUDO NOS TERMOS DA

FUNDAMENTAÇÃO.Custas pelo reclamante calculadas sobre o valor arbitrado de R\$1.000,00, no importe de R\$20,00, do que fica ISENTO de seu recolhimento, na forma da lei. Deferidos à parte reclamante os benefícios da justiça gratuita. Ciente o litisconsorte.NOTIFIQUEM-SE O RECLAMANTE, ATRAVÉS DE SEU PATRONO, E A RECLAMADA, POR EDITAL.E, para constar, lavrou-se o presente termo. ///edaPEDRO BARRETO FALCÃO NETTOJuiz do TrabalhoTitular da 14ª Vara do Trabalho de Manaus

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 21 de agosto de 2008. Eu, _____, VIRGÍLIO AZEVEDO DOS SANTOS FILHO, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

SÂMARA CHRISTINA SOUZA NOGUEIRA

JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**PRAZO DE 5(CINCO) DIAS****No 228/2008****Processo : 11460-2007-014-11-00-0**

Reclamante: REGINA BARROSO DE ARAUJO
Advogado(a): HOSANNAH SOUZA DE ALENCAR
Reclamado: COOTRASG COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA

O(a) doutor(a) SÂMARA CHRISTINA SOUZA NOGUEIRA, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 14ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOTRASG COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: TOMAR CIENCIA DA SENTENÇA DE MÉRITO, CUJO TEOR SEGUE ABAIXO TRANSCRITO:III e CONCLUSÃO Por estes fundamentos, e por tudo o mais que dos autos conste, DECIDO ACOLHER em sua totalidade a EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA argüida pelo litisconsorte, declarando-se esta Justiça do Trabalho, através desta MM. 14ª Vara Trabalhista, incompetente para apreciar e decidir sua responsabilidade na presente relação jurídico-processual, razão pela qual este Juízo exclui o litisconsorte MUNICÍPIO DE MANAUS e SEMED e SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO da presente demanda, passando a integrar o pólo passivo da presente reclamatória somente a reclamada COOTRASG e COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL, e no mérito DECIDO JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por REGINA BARROSO DE ARAUJO para o fim de CONDENAR a COOTRASG e COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL a proceder a anotação na CTPS do reclamante, com a data de admissão 01/09/1996 e saída em 27/12/2006, na função de auxiliar de serviços gerais, com remuneração mensal de R\$350,00 e a pagar e lhe a quantia de R\$8.573,58 (oito mil, quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos) a título de: Aviso Prévio e 30 dias (R\$350,00), 13º salário/2002 (R\$350,00), 13º salário/2003 (R\$350,00), 13º salário/2004 (R\$350,00), 13º salário/2005 (R\$350,00), 13º salário/2006 (R\$350,00); férias em dobro + 1/3 2001/2002 (R\$933,33), férias em dobro + 1/3 2002/2003 (R\$933,33), férias em dobro + 1/3 2003/2004 (R\$933,33), férias em dobro + 1/3 2004/2005 (R\$933,33), férias simples + 1/3 2006 (R\$466,66); FGTS (8% + 40%) sobre verbas rescisórias (R\$235,20); FGTS (8% + 40%) sobre período trabalhado (R\$2.038,40).INDEFEREM-SE os pedidos de indenização substitutiva do seguro desemprego e indenização compensatória pelo não cadastramento e recebimento do PIS/PASEP, bem como o pedido de multa por atraso no pagamento da rescisão.TUDO NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.Juros, correção monetária, encargos previdenciários e fiscais, no que couber, nos termos da Lei, determinando-se que a reclamada retenha, recolha e comprove o recolhimento dos mencionados encargos na Secretaria da Vara, referente à sua parte e a do reclamante, no prazo de 10 (dez) dias, contados do pagamento dos créditos deferidos à obreira, sob pena de execução.Custas pela reclamada calculadas sobre o valor da condenação, no importe de R\$ 171,47 (cento e setenta e um reais e quarenta e sete centavos), ficando a COOTRASG e COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVIÇOS EM GERAL desde já intimada a recolher, sob pena de execução e bloqueio, inclusive mediante sistema BacenJud.Deferidos à parte reclamante os benefícios da justiça gratuita. Inexiste remessa ex officio no presente caso, ante a regra contida no art. 475, § 2º do CPC. Cientes a reclamante e o litisconsorte. NOTIFIQUE-SE A RECLAMADA DA PRESENTE DECISÃO, POR EDITAL.E, para constar, lavrou-se o presente termo. ///edaPEDRO BARRETO FALCÃO NETTOJuiz do TrabalhoTitular da 14ª Vara do Trabalho de Manaus

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 21 de agosto de 2008. Eu, _____, VIRGÍLIO AZEVEDO DOS SANTOS FILHO, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

SÂMARA CHRISTINA SOUZA NOGUEIRA

JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INAUGURAL**PRAZO DE 5(CINCO) DIAS****No 230/2008****Processo : 00173-2008-014-11-00-6**

Reclamante: GERUSA VASCONCELOS SILVA
Advogado(a): AURISTELA MARIA CARDOSO DOS SANTOS DA COSTA
Reclamado: COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA
Data da próxima audiência:18/09/2008 às 08:00

O(a) doutor(a) SÂMARA CHRISTINA SOUZA NOGUEIRA, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 14ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: fica(m) notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural. Nessa audiência V. Sa. devera oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O nao comparecimento de V. Sa. a referida audiência, importara o julgamento da questao a sua revelia ena aplicacao da pena de confissao quanto a materia de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 21 de agosto de 2008. Eu, _____, VIRGÍLIO AZEVEDO DOS SANTOS FILHO, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.
O(a) Juiz(a):
SÂMARA CHRISTINA SOUZA NOGUEIRA
JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

19ª VARA DO TRABALHO DE MANAUS

19ª Vara do Trabalho de Manaus
AV. DJALMA BATISTA, 98 A, PARQUE DEZ DE NOVEMBRO - - MANAUS - AM - 6900000

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INAUGURAL**PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS****No 212/2008****Processo : 01414-2008-019-11-00-6**

Reclamante: PLACIDO TERCO DOS SANTOS

Advogado(a): MARCOS ANTONIO VASCONCELOS

Reclamado: COOTRASG-COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA

Data da próxima audiência: 07/04/2009 às 11:00

O(a) doutor(a) JOSÉ ANTONIO CORREA FRANCISCO, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 19ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) COOTRASG-COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICOS EM GERAL LTDA, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: fica(m) notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural. Nessa audiência V. Sa. devera oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O não comparecimento de V. Sa. a referida audiência, importará o julgamento da questão a sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto a matéria de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 21 de agosto de 2008. Eu, _____, ÁTILA REIS GONZALES, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

JOSÉ ANTONIO CORREA FRANCISCO

JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO INAUGURAL**PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS****No 213/2008****Processo : 00374-2008-019-11-00-5**

Reclamante: MAPEMI BRASIL MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS LTDA

Advogado(a): MARIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO

Reclamado: ALCEMIRO DA SILVA MONTENEGRO

Data da próxima audiência: 17/12/2008 às 08:30

O(a) doutor(a) JOSÉ ANTONIO CORREA FRANCISCO, JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A) da 19ª VARA DO TRABALHO de MANAUS.

FAZ SABER que, pelo presente EDITAL, fica notificado(a) ALCEMIRO DA SILVA MONTENEGRO, RECLAMADO nos autos do processo supra, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da seguinte determinação: fica(m) notificado(s) o(s) reclamado(s) acima mencionado(s) a fim de comparecer(em) a audiência a ser realizada nesta Vara Trabalhista, no dia, hora e local acima informados, para audiência inaugural. Nessa audiência V. Sa. devera oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e/ou testemunhas. O não comparecimento de V. Sa. a referida audiência, importará o julgamento da questão a sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto a matéria de fato.

E, para chegar ao conhecimento do(s) interessado(s) e passado o presente EDITAL, que será publicado na Imprensa Oficial do e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara do Trabalho.

DADO E PASSADO nesta cidade de MANAUS - AM, em 21 de agosto de 2008. Eu, _____, ÁTILA REIS GONZALES, DIRETOR(A) DE SECRETARIA, subscrevi.

O(a) Juiz(a):

JOSÉ ANTONIO CORREA FRANCISCO

JUIZ(A) DO TRABALHO SUBSTITUTO(A)